



DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE
MESTRADO EM LITERATURA E INTERCULTURALIDADE

**DE CABO VERDE AO RIO GRANDE DO NORTE:
IDENTIDADE ÉTNICA E SOCIAL EM *FAMINTOS* DE LUIS
ROMANO E OS *BRUTOS* DE JOSÉ BEZERRA GOMES**

Eidson Miguel da Silva Marcos

CAMPINA GRANDE – PB
2013

EIDSON MIGUEL DA SILVA MARCOS

**DE CABO VERDE AO RIO GRANDE DO NORTE:
IDENTIDADE ÉTNICA E SOCIAL EM *FAMINTOS* DE LUIS
ROMANO E OS *BRUTOS* DE JOSÉ BEZERRA GOMES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba na linha de pesquisa Literatura Memória e Estudos Culturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosilda Alves Bezerra

CAMPINA GRANDE – PB
2013

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

M321d Marcos, Eidson Miguel da Silva.

De Cabo Verde ao Rio Grande do Norte [manuscrito]:
identidade étnica e social em Famintos de Luis Romano e
Os Brutos de José Bezerra Gomes / Eidson Miguel da Silva
Marcos. – 2013.

128 f.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Literatura e
Interculturalidade) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-
Reitoria de Pós-Graduação, 2013.

“Orientação: Profa. Dra. Rosilda Alves Bezerra,
Departamento de Letras e Artes.”

1. Identidade social. 2. Análise literária. 3. Literatura
brasileira. 4. Literatura cabo-verdiana. I. Título.

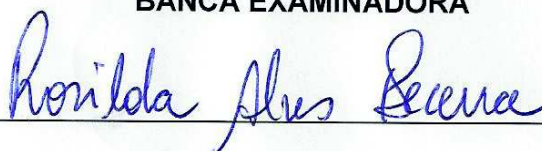
21. ed. CDD 801.1

EIDSON MIGUEL DA SILVA MARCOS

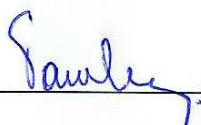
**DE CABO VERDE AO RIO GRANDE DO NORTE:
IDENTIDADE ÉTNICA E SOCIAL EM *FAMINTOS* DE LUIS
ROMANO E OS *BRUTOS* DE JOSÉ BEZERRA GOMES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Literatura e Interculturalidade, da Universidade Estadual da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Prof^aDr^a Rosilda Alves Bezerra – UEPB/PPGLI
(Orientadora)



Prof^a.Dr^a. Tânia Lima– UFRN/PPGEL
(Examinadora externa)



Prof^a. Dr^a. Zuleide Duarte – UEPB/PPGLI
(Examinadora interna)

Prof. Dr. Luciano B. Justino – UEPB/PPGLI
(Suplente)

Campina Grande - PB
2013

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por tudo que fizeram por mim até hoje.

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba.

A Professora Rosilda Alves Bezerra, por ter me orientado na escrita da dissertação.

Ao Professor Amarino Oliveira de Queiroz, com quem iniciei todo esse trabalho e sem o apoio do qual não teria chegado até aqui.

SUMÁRIO

RESUMO	7
RESUMEN	8
INTRODUÇÃO	9
1.BREVE NOTÍCIA DAS CONEXÕES HISTÓRICAS, SOCIOCULTURAIS E LITERÁRIAS E ENTRE BRASIL E CABO VERDE	16
1.1 Nordeste brasileiro e cabo verde: similitudes geográficas e humanas.....	32
1.2 Conexões literárias entre brasil e cabo verde.....	40
2. <i>FAMINTOS</i>: UMA CRÍTICA SOCIAL DA “ILHA SEM NOME”	56
2.1 O mundo que o mulato criou.....	81
3. <i>OS BRUTOS</i>: UMA CRÍTICA SOCIAL DO SERIDÓ	85
3.1 Identidade étnica n’os <i>brutos</i> ?.....	99
4. ENTRE FAMINTOS E BRUTOS	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	121

RESUMO

No decorrer do século XX, a construção ou a releitura de identidades nacionais marcaram a trajetória de vários países, a exemplo de Cabo Verde e Brasil. A literatura, nesse contexto, se converteu num campo fecundo para o desenvolvimento desses projetos identitários e respectivas discussões dos problemas inerentes às realidades dos ditos países. Partindo do reconhecimento do percurso histórico e literário de Cabo Verde em diálogo com o brasileiro, especificamente com o Regionalismo nordestino da década de 30, investigamos as conexões que se dão entre as duas realidades nos âmbitos histórico, cultural, geofísico e humano. Assim, buscamos compreender como se esboça a construção de uma identidade étnica e social – o fator étnico implicando na posição social e histórica do indivíduo – nos romances *Famintos* e *Os Brutos*, do cabo-verdiano Luís Romano e do brasileiro José Bezerra Gomes, respectivamente. Para tanto, adotamos a análise literária, histórica e cultural dos dois romances, assim como numa aproximação entre os mesmos, configurando uma metodologia comparatista e interdisciplinar. Por fim, apresentamos algumas ilações em torno da questão identitária e étnica, que a aproximação entre as duas obras suscitou nos respectivos contextos de produção.

Palavras-chave: Literatura cabo-verdiana, Literatura brasileira, conexões culturais, identidade étnica e social.

RESUMEN

A lo largo del siglo XX, la construcción o la relectura de identidades nacionales marcaron la trayectoria de varios países, como de Cabo Verde y Brasil. En este contexto la literatura se convirtió en campo fértil para el desarrollo de esos proyectos identitarios y respectiva discusión de las cuestiones inherentes a la realidad de dichos países. Partiendo del reconocimiento de la trayectoria histórica y literaria de Cabo Verde en diálogo con la brasileña, específicamente con el Regionalismo nordestino de los años 30, investigamos las conexiones verificadas entre las dos realidades en los ámbitos histórico, cultural, geográfico y humano. Así, tratamos de comprender cómo se procesa la construcción de una identidad étnica y social – el factor étnico implicando en la posición social y histórica del individuo – en las novelas *Famintos* y *Os Brutos*, del cabo-verdiano Luís Romano y del brasileño José Bezerra Gomes, respectivamente. Para tanto, adoptamos el análisis literario, histórica y cultural de las dos novelas, así como una aproximación entre las mismas, configurando una metodología comparatista y interdisciplinaria. Por fin, presentamos algunas ilaciones en torno a las cuestiones identitarias y étnicas, que la aproximación entre las dos obras suscitó en sus respectivos contextos de producción.

Palabras-clave: Literatura cabo-verdiana, Literatura brasileña, conexiones culturales, identidad étnica y social.

INTRODUÇÃO

Observar como o texto literário veicula construções identitárias no que diz respeito à etnia e a classe social, por exemplo, torna-se imprescindível quando a discussão está relacionada a certos eventos históricos e literários. Tal é o caso, em pleno século XX, de elementos da expressão literária emergida em meio aos processos de luta pela independência empreendidos no campo político, militar e cultural por países como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, então colônias portuguesas na África, que buscavam, a partir da leitura dessas construções étnicas e sociais, erigirem identidades nacionais.

Estudiosos de diferentes áreas, como a Sociologia, Antropologia, Geografia, Filosofia, História e Literatura entendem não ser possível atingir leituras e compreensões mais profundas dessas manifestações artísticas, sem levar em conta os processos de colonização e pós-colonização implicados nos contextos de sua produção.

Além de fornecerem leituras críticas do ambiente conflituoso citado, várias experiências literárias de África investiram (e investem) em projetos de construção de identidades nacionais, como vem a ser o caso da expressão literária “cabo-verdiana”, principalmente a partir da década de 30 do século XX. Influenciados por movimentos como os surgidos no Brasil, nomeadamente o Modernismo e o Regionalismo de 1930, alguns autores cabo-verdianos, como Manuel Lopes, Baltazar Lopes e Jorge Barbosa, investiram no projeto político e identitário de “fincar os pés na terra”, isto é, investigar e captar o perfil do homem cabo-verdiano, com todos os seus dramas, marcas culturais e idiossincrasias.

O escritor Luís Romano também privilegiou a investigação das características de seus compatriotas cabo-verdianos nas páginas de seu trabalho intelectual, bem como das estruturas sociais no qual estava inserido, possibilitando a continuidade, a partir da década de 40, do projeto iniciado

pelos escritores da geração de 30, ou Geração da Claridade¹, conforme Laranjeira (1995).

Luís Romano Madeira de Melo nasceu em 1922, na Ilha de Santo Antão, uma das dez ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde. Foi exilado na cidade de Natal/RN, onde viveu e produziu por mais de vinte anos, falecendo em janeiro de 2010. No Rio Grande do Norte atuou também como técnico salineiro, contribuindo com a pesquisa na área através de palestras como “Aspectos do Sal, na História e na Antropologia Cultural, Através dos Tempos”².

Autor multifacetado, Romano enveredou pela prosa de ficção, poesia, narrativa curta³, ensaios críticos e antropologia, colaborando com diversas revistas literárias e inclusive dedicando atenção intelectual a aspectos literários e culturais do Nordeste brasileiro, especialmente aos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Chegou mesmo a arquitetar a produção de um “romance do salineiro nordestino”, intitulado *Ar Salgado*, o qual é apresentado como “em preparação” na bibliografia do autor que aparece na edição do livro de poemas *Clima*, de 1963.

No romance *Famintos*, publicado pela primeira vez em 1962 no Rio de Janeiro, o autor apresenta um panorama crítico da realidade cabo-verdiana perante dois grandes problemas: a seca periódica que assola o arquipélago e o caráter fascista da administração local, reflexo da metropolitana, que oprimiu violentamente o povo em grande parte de sua história.

Não existe uma personagem principal no romance, a narrativa apresenta uma sequência de quadros do cotidiano dos ilhéus, que se passam em meio à escassez de alimentos e humanidade, cuja coletividade faminta é a protagonista, como bem indica o próprio título da obra. Ao simbolizar diferentes tipos marcantes da sociedade cabo-verdiana, várias personagens protagonizam diferentes episódios de violência física, sexual e moral, nas

¹Grupo de escritores que publicou trabalhos na revista literária “Claridade”, lançada pela primeira vez em 1936, considerada um divisor de águas na literatura cabo-verdiana por ter fundado sua modernidade.

²Publicada pela Coleção Mossoroense.

³ Nesse gênero, destaca-se o trabalho bilíngue *Negrume (Lzimparin)*, escrito em crioulo cabo-verdiano e em português, lançado em 1973.

quaisse destacam a espoliação dos miseráveis pelos mais ricos e todas as mazelas produzidas pelas desigualdades existentes nas estruturas sociais, assim como a implicação que a condição étnica dos indivíduos tem nessas estruturas.

A partir da contextualização social, histórica e cultural de *Famintos*, inclusive nos pontos de conexão com o Brasil, apontaremos quais leituras e discussões no campo étnico e social a obra suscita no âmbito do contexto cabo-verdiano e do brasileiro, especialmente no nordestino/potiguar, objetivando, portanto, uma leitura étnica e social da obra, isto é, considerar como a condição étnica implica na posição social dos indivíduos. Para tanto, investiremos também numa leitura do romance *Os Brutos* (1938), de José Bezerra Gomes, inserido no Regionalismo de 1930, procurando vislumbrar os diálogos possíveis entre as duas obras.

Os diálogos se iniciariam no âmbito dos movimentos literários aos quais pertenciam os dois autores, tendo em vista a reconhecida influência do modernismo brasileiro, e do regionalismo de 30, no desenvolvimento da moderna expressão literária cabo-verdiana. Fato asseverado por vários estudiosos da questão, a exemplo do intelectual cabo-verdiano Manuel Brito Semedo⁴.

José Bezerra Gomes nasceu em 9 de março de 1911, no município de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte. Formado em Direito, também ocupou cargos políticos como o de vereador, além de produzir trabalhos de cunho historiográfico. No entanto, foi a faceta literária que lhe garantiu reconhecimento junto à posteridade. Sua produção contemplou a poesia, a prosa ficcional, a historiografia, o ensaio literário e a pesquisa cultural. Teve problemas com a administração política de sua época e com sua comunidade, tudo por causa de seu suposto envolvimento com grupos políticos de esquerda, tendo inclusive seu romance de estreia despertado suspeitas no sentido do

⁴SEMEDO, Manuel Brito. "O Modelo Brasileiro e a Literatura Moderna Cabo-verdiana. Estudo comparado". *África: revista do centro de estudos africanos*. USP, São Paulo, 22-23: 253-265, 1999/2000/2001.

engajamento ideológico do autor, visto que retratava criticamente a sociedade na qual vivia⁵.

O foco da nossa análise recaiu em um diálogo entre *Famintos* e *Os Brutos*. *Famintos* é o único romance publicado de Luís Romano, *Os Brutos* foi o primeiro romance publicado de José Bezerra Gomes, sendo o que lhe rendeu uma maior repercussão. Além do fato de serem obras emblemáticas em seus respectivos contextos de produção, *Famintos* marca por sua mensagem preponderantemente política, fato que, segundo Venâncio (1992), é único na literatura de Cabo Verde.

O romance *Os Brutos*, por sua vez, teria inaugurado um ciclo do algodão dentro do Regionalismo de 30. Apesar de tudo isso são obras e autores que carecem de mais estudo, tendo em vista que os referidos romances padeceriam de “graves problemas”, como a falta de unidade narrativa e desorganização temática em *Os Brutos*⁶ e o uso de um discurso exageradamente metonímico e grotesco por parte de *Famintos*⁷. Investigar os aspectos das obras, a fim de alcançar compreensões mais abrangentes do que venham a ser características literárias dos autores e não defeitos propriamente ditos, podem conduzir à superação de leituras cristalizadas dos romances.

Além dos referidos romances, outros trabalhos dos autores em questão também serão mencionados, a exemplo da poesia, cultivada por ambos, na perspectiva de se focar duas questões principais: a leitura social de seus respectivos contextos empreendida pelos autores, atentando para as particularidades e similitudes históricas e culturais entre esses contextos de produção, assim como das discussões de caráter étnico suscitadas pela leitura das obras. Nesse sentido, *Famintos* expõe, de forma contundente, por meio do “exagero e do grotesco”, conforme argumenta Venâncio (1992), as mazelas existentes no âmbito das estruturas sociais desiguais, pondo em relevo também a condição do negro em Cabo Verde.

⁵Ver (SILVA, 2005, pp. 40 a 42).

⁶Ver (BUENO, 206, pp. 444 a 447). Ver também Silva (2005).

⁷Ver (VENÂNCIO, 1992, pp. 33 a 34).

Em *Os brutos*, José Bezerra Gomes apresenta, porém de forma mais sutil, as desigualdades da estrutura social na região do Seridó potiguar⁸, contemplando discretamente (talvez até inconscientemente) a questão do negro, mas reproduzindo, principalmente em momentos de sua poética, “mitos” ligados a um visível processo de apagamento cultural de alteridades outras, a exemplo do índio e do negro, fenômeno esse presente em todo o continente americano (WALTER, 2009), e também no Nordeste brasileiro.

Diante de nós, portanto, se fixa a leitura das obras assentada em uma questão principal: a construção de uma identidade étnica e social, por meio de uma análise crítica das problematizações de caráter social e étnico, que a leitura das duas obras suscita.

Contemplando tais questões, investiremos em uma crítica a respeito dos autores, que, apesar da contribuição que legaram à sociedade e à ciência, carecem de maior visibilidade. Além disso, estaremos evidenciando as contribuições e relações que os trabalhos dos dois tiveram/tem nos processos literários nos quais estavam inseridos, principalmente no que diz respeito à questão étnica, discutida a partir do viés literário.

Assim, também situaremos a problemática social no âmbito da literatura produzida no Nordeste brasileiro. Evidenciando o meio literário como campo onde se verifica a tensão entre forças que envolvem o apagamento e a sobrevivência de uma memória histórica e cultural de alteridades presentes na construção histórica do contexto em questão, nomeadamente o negro e o índio.

Desse modo, investimos na análise literária e cultural dos dois romances, assim como numa aproximação entre os mesmos, configurando uma metodologia comparatista e interdisciplinar.

Portanto, tendo em vista nosso *corpus*, objetivos e métodos fez-se necessário buscarmos subsídios nos campos dos Estudos Literários e Culturais, na História, Sociologia e Antropologia. Na leitura de obras inseridas em contextos históricos e literários específicos, utilizaremos, então, autores que tratam desses contextos, a exemplo de Candido (2006, 2008), Hopffer Almada

⁸Microrregião do Estado do Rio Grande do Norte, se estendendo também pela Paraíba.

(2005, 2011), Gomes (2008), entre outros, além de autores que trabalham a questão da colonialidade, literatura e construção identitária, como é o caso de Queiroz (2007), Mignolo (2003), Walter (2009), entre outros. Investimos ainda na leitura de historiadores, sociólogos e antropólogos, como Albuquerque Jr. (2011), Hernandez (2002, 2008), Spínola (2012), Venâncio (1992), Romano (2000), Cavnac (2011), que também tratam do percurso histórico, construção identitária e apagamento étnico em Brasil e Cabo Verde.

Para a melhor execução da nossa proposta, dividimos o presente trabalho em quatro capítulos. No primeiro trataremos das conexões históricas, geofísicas, sociais, culturais e literárias entre Brasil e Cabo Verde, contextualizando assim o campo para leitura e aproximação de *Famintos* e *Os Brutos*.

No segundo capítulo empreenderemos a análise de *Famintos*, enfocando a formação de uma identidade nacional por meio de uma investigação cultural e literária, além das problematizações de caráter étnico e social veiculadas pela referida obra. No terceiro capítulo será realizada a leitura do romance *Os Brutos*, destacando a leitura do elemento social (e do étnico) que a obra traz.

No quarto capítulo apresentaremos pontos de diálogo entre as duas obras, procurando destacar as apreensões do contexto social que elas fornecem, bem como as ilações suscitadas no campo das discussões de caráter étnico. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais, nas quais exporemos os principais resultados do trabalho, bem como seus possíveis desdobramentos.

Não é preciso que me indiquem a classe a que DEVO PERTENCER,
paravosso prazer,
quando dessa mesa
saem migalhas para mim.

SOU DA CLASSE HUMANA: eis tudo⁹.

⁹Fragmento do poema "O que sou", em (ROMANO, 1963, p. 209).

1BREVE NOTÍCIA DAS CONEXÕES HISTÓRICAS, SOCIOCULTURAIS ELITERÁRIAS ENTRE BRASIL E CABO VERDE

Pode parecer, a priori, um tanto forçado estabelecer aproximações entre um arquipélago africano e uma região/Estado do Brasil, como sugere o título desse trabalho. No entanto, se os tomarmos como objetos de saber, ou seja, como identidades espaciais construídas em um dado momento histórico, dotados de uma visibilidade e de uma dizibilidade por certos mecanismos de poder –a exemplo do que faz Albuquerque Jr. (2011) ao investigar a emergência da região Nordeste enquanto um objeto de saber e um espaço de poder em *A invenção do Nordeste e outras artes* –compreenderemos a existência de conexões de várias ordens entre Brasil e Cabo Verde.

Portanto, enquanto objetos de conhecimento dotados de uma visibilidade e uma dizibilidade social, histórica, humana e cultural construídas por discursos políticos, científicos e artísticos, Cabo Verde e Brasil, principalmente em sua região Nordeste, se aproximam em muitos aspectos.

As similitudes histórica, geográfica, humana etc. entre o arquipélago africano e a região brasileira emergem, portanto, de um discurso historiográfico, geográfico, político, antropológico, ficcional e poético. Dessa forma, não tomaremos esses objetos de saber aqui apenas como estereótipos essencialmente pejorativos que devam ser desconstruídos para a superação de preconceitos, mas também, e principalmente, como elementos que participam da construção de identidades regionais e nacionais. Mesmo porque “O estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 30).

Então, que tipo de conexões, a priori, são verificáveis entre América e África entre Brasil e Cabo Verde, entre Cabo Verde e Nordeste brasileiro? No caso de Cabo Verde em particular, estamos atentando para um dinâmico e histórico processo de circularidade cultural entre os dois contextos, pois:

Cabo Verde que, como entreposto de escravos entre a África e o Brasil, nos séculos XV-XIX, transmitira a componente

africana à cultura brasileira, recebe essa cultura de volta, de forma elaborada, no século XX, pela literatura, a circularidade histórica. (SEMEDO, 2001, p. 264).

Partilhando de um comum passado colonial¹⁰, Brasil e Cabo Verde têm seus processos de construção social e identitária implicados nesse fenômeno, o colonialismo. Será importante considerar esse passado colonial de Brasil e Cabo Verde para entendermos o processo de subalternização dos grupos humanos não europeus, implicados na colonização de ambos. Visto que, além de contar com um aparato militar, político, administrativo e econômico, os colonizadores também empregaram mecanismos ideológicos e culturais para a consolidação de seu projeto. Processo esse que desembocou nas experiências literárias enfocadas neste trabalho.

Projeto cultural a que pensadores como Mignolo (2003) denominam “subalternização do conhecimento”. Processo no qual uma tradição e categorização do conhecimento, organizado em disciplinas que sistematizam uma divisão e hierarquização do trabalho intelectual, relegam a cultura, o conhecimento e a tradição dos colonizados a uma pretensa inferioridade. É ainda Mignolo (2003) que aponta a existência de um “colonialismo interno”, onde os Estados Nacionais, após a independência, passam a “por um lado, aplicar a política colonial às comunidades indígenas, e, por outro, estabelecer alianças com poderes coloniais metropolitanos” (MIGNOLO, 2003, p. 151).

Nesse caso, Mignolo (2003) se refere mais especificamente à América Central a aos Andes a partir do século XIX, onde os grupos étnicos autóctones continuaram/continuam a existir. Situação que também se verifica no Brasil, com as várias tribos que resistiram ao processo colonizador¹¹. No caso do Rio Grande do Norte, apesar de o termo “potiguar” funcionar como gentílico para quem nasce no Estado, em referência direta aos habitantes originais do território ocupado hoje pela unidade federativa, dados estatísticos e uma

¹⁰“as polêmicas em torno da teoria pós-colonial refletem-se já a partir da flutuação do termo frente a sua aplicabilidade formal, relacionando-se, em alguns casos, às sociedades coloniais constituídas após a chegada de seus colonizadores, ou, em outros exemplos, à realidade vivenciada pela ex-colônia a partir do momento imediatamente posterior ao de sua independência política, estendendo-se conseqüentemente até as experiências de feição neocolonial vividas na contemporaneidade.” (QUEIROZ, 2007, p. 27).

¹¹Ver:(CALEFFI, 2003, pp. 175-204).

historiografia oficial sempre deram conta da inexistência de grupos indígenas remanescentes¹², ao lado de um reduzido número de negros¹³, principalmente no interior. Tal processo de apagamento étnico, ainda persistente nos dias atuais em lugares como o RioGrande do Norte, remeteria a nuances do “colonialismo interno” referido por Mignolo, ou seja, projetos coloniais que foram reproduzidos pelas elites locais após a conquista da autonomia política. Não mais arquitetando um distanciamento entre colonizadores e colonizados, mas entre classes sociais.

Luis Romano, referindo-setambém ao contexto africano, fez uma leitura do colonialismo nesse sentido, pois:

A história colonial não deixa dúvidas sobre o invasor, que geralmente preocupa-se em minimizar ou destruir Culturas'nativas de povos submetidos em países Afroameríndios, onde aplicou tais métodos com imposição da Língua, Usos & Costumes dominantes, desconhecimento do Palco 'histórico'tradicional e expropriação do habitante íncola, até reduzi-lo à 'Infelicidade'humana. (ROMANO, 2000, p.63-64)

Romanocompreendeaindaque as literaturas locais, a exemplo da de Cabo Verde, “denunciaram e repeliram o colonialismo”, colocando romances como “Famintos (1940/1962) na galeria dos que se sacrificaram pela liberdade da Terra ‘Mãe & seu Povo’ ”(ROMANO, 2000, p.65-66).Portanto, constituídos a partir de um intenso processo de miscigenação,que foi assimilado principalmente por meio de lentes europeias, as duas nações convivem, no âmbito da compreensão de suasidentidades nacionais, com marcas identitárias e estereótipos construídos especialmente a partir de uma visão externa cujo

¹²Em trabalho intitulado “Identidade indígena no Rio Grande do Norte” Jussara Galhardo aponta que: “embora historiograficamente o indígena no estado tenha sido relegado ao passado e ao “desaparecimento étnico”, houve sobrevivência desses povos em território potiguar, na maioria das vezes por meio de deslocamentos e migrações que os levaram ao encontro de lugares-refúgio”. Com relação aos mecanismos de apagamento étnico temos que “a partir do século XIX, os registros dos censos oficiais tiveram um papel coadjuvante em todo esse processo de dominação político-econômica e ideológica, tendo em vista que, no ano de 1850, definitivamente, os indígenas foram excluídos dos registros oficiais, dando lugar aos “caboclos” e, posteriormente, nos censos sucessivos, à categoria residual “pardos”. Assim, tomava impulso o “desaparecimento misterioso” do indígena potiguar (...) facilitando a tomada de terras de seus antigos donos.” (GALHARDO, 2011, pp. 7, 16 e 17).

¹³ Cascudo (1947: 95) e (1955).

cerne, segundo Appiah (1997), terá um só conceito norteador: a raça¹⁴. Assim, a partir de recortes da literatura produzida em Brasil e Cabo Verde no século XX, perceberemos as representações sociais étnicas que emergem dos projetos de construção de uma identidade nacional implicados no âmbito desses recortes literários, assim como a forma pela qual eles operam com essa herança colonial.

A partir desse legado colonial, o continente africano, então, seria apreendido como um todo homogêneo, quando não apresentado de modo exótico. Demarcado pelo atraso, pela miséria e toda sorte de mazelas humanas:

Os africanos são identificados com designações apresentadas como inerentes às características fisiológicas baseadas em certa noção de etnia negra. Assim sendo, o termo *africano* ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui um amplo espectro de significações negativas como frouxo, fleumático, indolente e incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo. (HERNADEZ, 2008, p. 18)

No Brasil, a herança africana e indígena também propiciou, no escopo de teorias eugenistas e deterministas, a elaboração de significados inerentes ao espaço e ao homem brasileiro no tocante a uma suposta inferioridade física, intelectual e moral, em virtude de suas matrizes formadoras não europeias. Por muito tempo, por exemplo, o povo nordestino foi visto como uma ‘sub-raça’ humana¹⁵.

No cerne das ideias que animaram o Regionalismo nordestino de 30, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, um dos principais mentores do movimento, em obras como *Casa Grande & Senzala*, tratou da organização do Brasil com base na família patriarcal, alicerçada numa economia agrícola e na regularidade do trabalho por meio da escravidão, vendo na miscigenação entre brancos, negros e índios um traço marcante. Se por um lado Gilberto Freyre

¹⁴Nesse sentido, o termo “raça” estaria ligado mais a uma categorização política que visaria legitimar o *status* e as ações de determinados grupos sociais, enquanto que “etnia” remeteria a uma identificação que leva em conta traços biológicos e culturais. A respeito disso ver Hall (2011).

¹⁵Ver (ALBUQUERQUE JR., 2011, pp. 56 a 59).

reconhece o papel do índio e do negro na formação do país, assim como o caráter mestiço do brasileiro, por outro ele envolve o negro e o índio em estereótipos, especialmente sexuais, visto seu lugar de fala e as ideias que animavam o ambiente intelectual da época.

Enquanto exalta o sucesso do projeto colonial português e também o “elemento semita, móvel e adaptável como nenhum outro, [que] terá dado ao colonizador português do Brasil algumas das suas principais condições físicas e psíquicas de êxito e de resistência” (FREYRE, 1992, p. 8), Gilberto Freyre perceberá:

A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime a vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao Cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica; a disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. (FREYRE, 1992, p. 5)

Com relação ao índio:

Os portugueses (...) vieram defrontar-se na América, não com nenhum povo articulado em império ou em sistema já vigoroso de cultura moral e material (...) mas, ao contrário, com uma das populações mais rasteiras do continente.

De modo que não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização europeia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas. (FREYRE, 1992, p. 89-90)

Diante desse quadro, Freyre apontaria que “Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça.” (FREYRE, 1992, p. 91). Quadro que nos remete ao lugar de onde emergem esses discursos, isto é, de intelectuais que, se vendo e falando de um determinado lugar (de poder),

constituem os outros, a exemplo de índios e negros, enquanto objetos de conhecimento apreendidos a partir de lentes culturais específicas. Lentes que produzem saberes que, tendo uma validade institucional, excluem o pensamento, a história e a identidade que não se coadunam com o discurso hegemônico¹⁶.

Autores cabo-verdianos a exemplo de Gabriel Mariano, em ensaios como *Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou*, dialogam com o pensamento freyriano, enxergando processos similares na formação social e étnica de Brasil e Cabo Verde, sendo que:

Em Cabo Verde o problema parece-me de certo modo diverso, pois ai o mulato adquiriu desde cedo grande liberdade de movimentos e teria sido ele, o mulato, quem realizou em Cabo Verde o papel que o português reinol desempenhou no Brasil. (MARIANO, 1991, p. 53)

Em Cabo Verde a cultura teria se feito de baixo para cima, do funco para o sobrado, e não da casa grande para a senzala como no Brasil de Gilberto Freyre. No entanto, para autores como Gabriel Fernandes afigura-se “bastante questionável a ampla proeminência atribuída ao mestiço na edificação do cenário sociocultural cabo-verdiano” (FERNANDES, 2002, p. 49). Para ele, a construção do cenário sociocultural cabo-verdiano se dá não por uma criouliização do europeu, ou africanização como chama Mariano, mas por um branqueamento do negro/mestiço que, visando uma mobilidade social e “seguindo uma espiral hipostática, o filho mestiço se reconhece no pai [português] e se nega como entidade autônoma” (FERNANDES, 2002, p. 50). Nesse sentido, Fernandes situa, no contexto cabo-verdiano, no que se refere à cor da pele, um esvaziamento do seu conteúdo étnico em face de um social.

Gabriel Fernandes usa o termo criouliização, para o contexto cabo-verdiano, no sentido de “processo pelo qual os traços originários perdem preponderância em relação aos localmente adquiridos” (FERNANDES, 2002, p. 34). O martinicano Édouard Glissant, em *Introdução a uma poética da*

¹⁶Ver Spivak (2010).

diversidade, abrangerá o processo de criouliização para o mundo inteiro, inclusive para o que ele chama de ‘Neo-América’, onde se situa o Nordeste brasileiro, que “vive a experiência real da criouliização através da escravidão (...) do desapossamento perpetrado pelos diversos sistemas escravocratas, [que] realiza uma verdadeira conversão do ser” (GLISSANT, 2005, p. 18).

Para Glissant:

o mundo se criouliiza. Isto é: hoje, as culturas do mundo colocadas em contato umas com as outras de maneira fulminante e absolutamente consciente transformam-se, permutando entre si, através de choques irremissíveis, de guerras impiedosas, mas também através de avanços de consciência e de esperança que nos permitem dizer – sem ser utópico e mesmo sendo-o – que as humanidades de hoje estão abandonando dificilmente algo em que se obstinavam há muito tempo – a crença de que a identidade de um ser só é válida e reconhecível se for exclusiva, diferente da identidade de todos os outros seres possíveis. (GLISSANT, 2005, p. 18)

Glissant opõe conceitos como criouliização, pensamento de rastro/resíduo e pensamento arquipélago a conceitos como mestiçagem, pensamento de sistema – ou sistemas de pensamento – e pensamento continental. Estes últimos alinhados numa perspectiva determinista, eurocêntrica, enquanto os primeiros seriam produtores da imprevisibilidade, real situação mundial em seu entendimento.

Nesse sentido, Glissant confere uma função crucial ao escritor, ao poeta, pois seriam eles os capazes de captar esses processos, visto não terem medo da imprevisibilidade. No caso de Brasil e Cabo Verde, essa compreensão identitária aludida por Glissant, principalmente por parte de Cabo Verde e de seus intelectuais, demonstra vigorar de forma marcante no campo poético e ficcional, fornecendo ainda a literatura produzida nesses contextos leituras de como se configura a situação interna de ambos os ‘irmãos atlânticos’ no que concerne a construção de suas respectivas identidades.

Brasil e Cabo Verde, no decorrer de suas trajetórias, e principalmente no âmbito dos movimentos de independência, empreenderam projetos de construção, ou revisão, de suas respectivas identidades nacionais. Buscaram, nem sempre com sucesso, superar os recalques culturais existentes, sendo o

Brasil pioneiro em relação a Cabo Verde nessa experiência, o que teria lhe facultado, por uma série de proximidades de diversas ordens, servir de modelo cultural para o arquipélago africano em seu posterior projeto nacionalista.

Dessa forma, a relação entre esses dois contextos deve ser considerada, também, na peculiaridade daquilo que podemos denominar de projeto de modernidade. Tal aspecto determina uma questão de extrema pertinência, como por exemplo, o Brasil hoje desempenhar um papel de metrópole, de colonizador, no momento em que sua literatura torna-se influenciadora.

Cabo Verde e Brasil, colonizados a partir dos séculos XV e XVI, respectivamente, pelos portugueses, tiveram suas formações social e econômica engendradas com a introdução de mão de obra escrava negra, e indígena no caso brasileiro, atuantes no setor de produção agrícola que constituía os pilares da economia colonial, organizada em capitanias hereditárias sob a tutela da coroa lusitana. A origem colonial marca o ponto de partida das relações entre Brasil e Cabo Verde, pois, com a chegada dos portugueses em 1500, o Brasil passa a existir para o resto do mundo, enquanto que, encontradas pelo português Diogo Gomes e pelo Genovês Antonio de Noli:

Em 1460, o arquipélago de Cabo Verde entra para a história ocidental, passando a fazer parte das conexões de oposição inerentes às transformações econômicas, sociais e político-culturais anunciadas com o início dos tempos modernos. Destas, a consolidação dos Estados soberanos, condição do expansionismo por um lado, e a submissão assegurada pela violência, por outro, configuram o colonialismo, passível de ser considerado, numa primeira proposição, como parte do processo de acumulação e expansão do capitalismo mercantil, desde a segunda metade do século XV. E, embora apresente variações na forma segundo espaço e tempos diversos, o sistema colonial da época mercantilista assenta-se no exercício, não necessariamente concomitante, de exploração econômica e dominação política por parte de Estados europeus centralizados, como é o caso do português. Daí certo grau de homogeneidade apresentado quanto ao modo de organização econômica, incluídos o monopólio real, o tráfico negreiro e a divisão social do trabalho. (HERNADEZ, 2002, p. 19)

Independente politicamente mais de um século antes de Cabo Verde, o Brasil atravessou primeiro a experiência de forjar uma identidade nacional, tendo na expressão literária, a partir de movimentos como o Romantismo e o Modernismo, um importante instrumento para a construção de sua 'brasilidade'. Construção que ainda hoje suscita discussões acerca de sua formulação, especialmente no tocante a contribuição africana em seu engendramento, que, excluída, por exemplo, de projetos nacionalistas como o de José de Alencar, é hoje alvo de apreciações teóricas, como as do Prof. Roland Walter, o qual, ao tratar do conceito de diáspora, que constitui o meio mais marcante das trocas culturais entre Brasil e África, nos informa que:

Diáspora, portanto, é um termo que indica: um grupo de pessoas (...), um entre lugar geográfico e temporal. A palavra sugere redes de relações reais ou imaginadas entre povos dispersos cuja comunidade é sustentada por diversos contatos e comunicações que incluem família, negócio, viagem, cultura compartilhada e mídia eletrônica, entre outros. (...)

A existência diaspórica, portanto, designa um entre-lugar caracterizado por desterritorialização e reterritorialização, bem como pela implícita tensão entre a vida aqui e a memória e o desejo pelo lá. (WALTER, 2009, p. 43)

E ainda que:

A diáspora afrodescendente das Américas deve ser entendida, portanto, como espaço diaspórico constituído por diversos lugares e comunidades heterogêneos: uma encruzilhada mediada por uma transcultural heterotópica onde existem lares e desabrigos entre lugares e mares. Viver nesta encruzilhada fronteiriça/diaspórica/transnacional/transcultural, portanto, envolve negociações por através de um território fissurado. (WALTER, 2009, p. 43)

Processo de construção identitária também atravessado pelo Arquipélago de Cabo Verde, que se intensificou no decorrer do século XX. Nesse percurso verificou-se, desde muito, relações de trocas e influências entre o contexto cabo-verdiano e o brasileiro, já a partir do tráfico negreiro, que tinha em Cabo Verde, no âmbito da rota comercial entre a Península Ibérica e o continente americano, um importante entreposto de abastecimento de mão-de-obra-escrava, destinada, principalmente, ao mercado brasileiro. Foi esse

o principal fator que promoveu o investimento na ocupação do arquipélago de Cabo Verde, isto é, sua localização geográfica estratégica, ponto de apoio na rota entre três continentes, que desempenhou um importante papel inclusive na investida lusitana quando do “descobrimento” do Brasil, visto que, passando pelo arquipélago cabo-verdiano, “Pedro Álvares Cabral, a caminho do Brasil, dar fundo no Porto da Preguiça” (PEREIRA, 2005, p. 36).

Semelhantemente ao processo de colonização lusitana implantado no Brasil:

A política que se implementou para a ocupação das ilhas cabo-verdianas, e que já tinha demonstrado uma certa eficácia relativamente às ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores, consistiu na instituição de capitânicas” (PEREIRA, 2005, p. 44).

A ocupação da terra por meio de sua divisão e distribuição a donatários, capitães mores e sesmeiros que tinham a missão de introduzir a agricultura de subsistência e de artigos como a cana de açúcar e o algodão, além do comércio, especialmente do tráfico negreiro, visando o desenvolvimento de um potencial econômico que viesse a beneficiá-los, caracterizou, então, o projeto de colonização portuguesa. Projeto esse impulsionado pela exploração do trabalho escravo de negros trazidos do continente africano.

Essas similitudes no processo histórico de ambos os territórios – colonização lusitana no mesmo período, implantação do sistema de capitânicas hereditárias e sesmarias, introdução de mão de obra escrava proveniente do continente africano – propiciaram o estabelecimento de intercâmbios de diversas naturezas entre os dois contextos, “na primeira metade do século XIX é grande o comércio de sal com o Brasil” (HERNANDEZ, 2002, p. 31), por exemplo. As relações entre ambos seguiram evoluindo, do câmbio étnico e comercial se alargam para o campo das influências políticas e culturais. Daniel Spínola nos informa que, em relação ao difícil e conturbado processo de colonização das ilhas:

Desde os primórdios da ocupação/povoamento de Cabo Verde, várias foram as formas de resistência (tanto pacífica como violenta) à dominação colonial portuguesa, como por exemplo a fuga de escravos para se subtraírem aos horrores da escravidão a que eram submetidos. Esse processo teve

obviamente maior expressão a seguir a da proclamação da independência do Brasil.

Na Ribeira de Engenheiros, em 1822, deu-se o levantamento de camponeses, entre os quais propalava a ideia da independência de Cabo Verde, que devia unir-se ao Brasil; em 1835, revoltaram-se escravos de Monte Agarro, localidade situada a cerca de 4 quilómetros da cidade da Praia; em 1836, eclodiu uma rebelião de escravos e jornaleiros na Ilha do Sal, arvorando a bandeira que tomaram no consulado do Brasil... (SPÍNOLA, s/d, p. 11)

Em estudo de cunho antropológico intitulado *Kabverd: civilização e cultura*, Luís Romano, tratando dessas conexões entre Brasil e Cabo Verde, aponta que:

Não será impertinente nem repetitivo lembrar que, com o desaparecimento de entrepostos'escravocratas em KABVERD, Nossa Emigração para Norte d'América, Brasil e para a Argentina, depois a Europa, incrementou-se bastante através de Dakar/Senegal, servindo a "MÓRNA"¹⁷ de expressão músico cultural, suturando outras manifestações folclóricas que desde então acompanham, na sua mensagem aglutinante, o incorrigível Kriolander saudoso, patriota e cordial. (ROMANO, 2000, p. 44)

Como nos informa o próprio Romano, após o fim do tráfico negreiro, as relações entre Brasil e Cabo Verde foram incrementadas. Relações essas que seriam cruciais para a futura trajetória das ilhas, especialmente no campo cultural, como assinala Simone Caputo Gomes, ao tratar da geração literária dos autores do Movimento "Claridoso", que:

Ao assumir a afinidade com o Brasil e sua cultura mestiça e autônoma, os escritores claridosos – em processo de emergência da consciência cultural e nacional, como os irmãos africanos de Angola, Moçambique, São Tomé e Guiné- Bissau – evidenciaram a sua determinação em refletir-se em (e por meio de) outros espelhos, mais próximos porque detentores de um itinerário histórico igualmente colonizado. (GOMES, 2008, p. 112).

¹⁷ "Cantiga caboverdiana com alguma semelhança das toadas nostálgicas encontradas ao sul da Antiga Península Hispânica, talvez herança do fatalismo Árabe marroquino (Magreb), em sua tradução de evocações sentimentais" (ROMANO, 2000, p. 283).

Tal afinidade não se opera apenas por um passado colonial em comum, mas também pelo momento em que se intensificaram essas relações de influência, isto é, no decorrer do século XX. Nesse período o mundo atravessava uma situação conturbada. O século XX tem em suas duas primeiras décadas a revolução de outubro na Rússia e a primeira guerra mundial, sendo esses eventos emblemáticos de um contexto bem mais complexo e bem mais conflituoso. Com o fim da Primeira Grande Guerra o mundo assiste a ascensão de regimes fascistas na Europa, principalmente a partir da década de 30, assim como a proliferação de movimentos sociais influenciados pela ideologia comunista, movimentos esses que atingem uma escala mundial.

Em 1933 é instaurado o Estado Novo em Portugal – e, concomitantemente, em Cabo Verde, visto constituir uma “Província Ultramarina”, sob administração lusitana – regime de caráter fascista que tinha como chefe de governo António de Oliveira Salazar. No Brasil, na década de 30, é também instaurado o Estado Novo, que tinha como chefe de Estado Getúlio Vargas, cujo governo apresentou características de ditadura e que punha fim ao período que ficou conhecido como o da República Velha.

Nesse momento conturbado, de acentuado antagonismo entre forças políticas de direita e de esquerda, vários escritores farão de sua escrita uma arma de luta. De fato:

As literaturas africanas de língua portuguesa inserem-se no quadro dos movimentos de resistência e de luta pela libertação política de seus países e de afirmação de uma cultura própria. Não é por acaso que encontramos entre os principais escritores os mais importantes líderes revolucionários. (ABDALA JR, 1984, p. 188)

Situação parecida se verificava no Brasil, onde se processava uma restrição dos direitos democráticos, como por exemplo, a inserção na ilegalidade e perseguição promovida contra movimentos políticos de esquerda, e intelectuais ligados a eles. Autores como Jorge Amado e Graciliano Ramos foram perseguidos nesse período. A polarização direita/esquerda, refletindo eventos de escala mundial que teriam seu desfecho na segunda grande guerra,

reproduz-se na literatura, que nesse período é “essencialmente empenhada” (BUENO, 2006, p. 16). Daí o surgimento de rótulos como romance social, regionalista, proletário etc. que abriram espaço para as minorias no cenário cultural do país: a mulher, o pobre, o operário, o nordestino. O que acontecia era que “os intelectuais brasileiros naquele momento viam a literatura pela ótica da luta política e fechavam os olhos para aquilo que não dizia respeito a ela” (BUENO, 2006, p. 172).

Mais ainda, segundo Penna (1992) essa literatura produzida nas décadas de 20 e 30 do século XX, especialmente por autores nordestinos, operava no âmbito de um processo sociocultural que trazia um conceito de regionalismo vinculado à adoção de uma reivindicação territorial por parte de grupos dominantes, por meio de toda uma produção intelectual. Conceito de regionalismo que já seria reconhecível nesses moldes a partir de meados do século XIX. Dessa forma, a própria região Nordeste, enquanto entidade geofísica e simbólica emerge do imaginário de uma elite, que entrecruza seu discurso e as demarcações oficiais do espaço. Gilberto Freyre, por exemplo, extrapola limites políticos e administrativos e representa um Nordeste patriarcal e açucareiro, dotado de uma unidade por tais aspectos.

A geração da claridade cabo-verdiana, nesse sentido, pra muitos pensadores como Onésimo Silveira vai instituir também um discurso regionalista dentro do contexto do império português da primeira metade do século XX. Discurso operado principalmente por meio de uma produção intelectual, como a dos claridosos.

Em Cabo Verde, onde prevalecia uma situação de submissão administrativa a uma metrópole fascista, a literatura também desempenhou um papel marcante no processo de enfrentamento do autoritarismo institucionalizado, sintoma disso foi a proibição de várias revistas que tinham um caráter “inovador”, como a Claridade e a Certeza, dentre tantas outras. Portanto, nesse contexto a literatura apresentou um papel muito relevante enquanto um instrumento de denúncia e de conscientização do cenário político e econômico. Segundo nos informa CANDIDO (2006), no caso brasileiro:

A consciência do subdesenvolvimento é posterior à Segunda Guerra Mundial e se manifestou claramente a partir dos anos

de 1950. Mas desde o decênio de 1930 tinha havido mudança de orientação, sobretudo na ficção regionalista, que pode ser tomada como termômetro, dadas a sua generalidade e persistência. Ela abandona, então, a amenidade e a curiosidade, pressentindo ou percebendo o que havia de mascaramento no encanto pitoresco, ou no cavalheirismo ornamental, com que antes se abordava o homem rústico. Não é falso dizer que, sob este aspecto, o romance adquiriu uma força desmistificadora que precede a tomada de consciência dos economistas e políticos. (CANDIDO, 2006, p. 171-172)

No contexto cabo-verdiano:

as ideias de autonomia ou de independência nacional começam a consolidar-se nos anos 40 com a geração de Amílcar Cabral. O seu corolário foi a organização da luta de libertação nacional, com a criação, em 1956, em Bissau, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.), de que Amílcar Cabral foi o principal promotor e ideólogo. A partir daí, o seu percurso e o do Partido serão indissociáveis, até ao seu assassinato, a 20 de Janeiro de 1973, em Conacri. (SPÍNOLA, s/d, p. 12)

Em Cabo Verde, “por causa da insalubridade e da descontinuidade do território, a luta continuou sob forma política clandestina até o advento da Independência¹⁸.” (SPÍNOLA, s/d, p. 14). Sendo assim, Amílcar Cabral entendia que:

não é possível lutar de facto pela independência de um povo, não é possível estabelecer de facto uma luta armada (...) sem conhecermos a sério a nossa realidade e sem partirmos a sério dessa realidade para fazer a luta (CABRAL, s/d, p. 21).

Dessa forma, se nos afigura que o projeto político da geração literária dos Claridosos parece já antecipar e corroborar as premissas ideológicas de Amílcar Cabral, uma vez que, lançada em 1936:

A revista não abria com um programa definido. Contudo, ela cumpriu-se com um ideário que tinha como principais premissas afastar-se dos cânones portugueses e exprimir a voz coletiva do povo cabo-verdiano, naquilo que ele possuía de mais autêntico. (LARANJEIRA, 1995, p. 190)

¹⁸ Proclamada no dia 5 de julho de 1975.

A perseguiçãom virtude de posturas políticas e de obras ‘engajadas’foi comum a autores dos dois contextos. Tal é o caso do brasileiro José Bezerra Gomes, que publicou o romance *Os Brutos* em 1938, proibido pelo Departamento de Imprensa e Propagando do governo Vargas¹⁹ e do cabo-verdiano Luís Romano, que, perseguido em sua terra de origem por conta de suas posições políticas, exilou-se no Brasil na década de 60, onde publicouseu romance *Famintos*, o qual é também proibido pela censura brasileira.

De fato, as semelhanças sociais, históricas e culturais entre Brasil e Cabo Verde são muitas. Os versos que seguem corroboram o que já foi dito até aqui:

Eu gosto de Você, Brasil,
 porque Você é parecido com a minha terra.
 Eu bem sei que Você é um mundão
 e que a minha terra são
 dez ilhas perdidas no Atlântico,
 sem nenhuma importância no mapa [...]

É o seu povo que parece com o meu,
 É o seu falar português
 que se parece com o nosso,
 ambos cheios de um sotaque vagaroso,
 de sílabas pisadas na ponta da língua,
 de alongamentos timbrados nos lábios
 e de expressões terníssimas e desconcertantes.
 É a alma de nossa gente humilde que reflete
 a alma de sua gente simples,
 ambas cristãs e supersticiosas,
 sentindo ainda saudade antigas
 dos serões africanos. [...]

As nossas mornas, as nossas polcas, os nossos cantares,
 fazem lembrar as sua músicas [...]

Você, Brasil, é parecido com a minha terra,
 as secas do Ceará são as nossas estiagens,
 com a mesma intensidade de dramas e denúncias.
 Mas há uma diferença no entanto: é que os seus retirantes
 têm léguas sem conta para fugir dos flagelos,
 ao passo que aqui nem chega a haver os que fogem
 porque seriam para se afogarem no mar. [...]

Nós também temos a nossa cachaça,
 ogrog de cana que é bebida rija. [...]

¹⁹Ver (SILVA, 2005, p. 40).

Temos também o nosso café da Ilha do Fogo
que é pena se pouco,
mas – Você não fica zangado –
é melhor do que o seu.

Eu gostava enfim de o conhecer mais de perto
e você veria como sou um bom camarada.
Havia então de botar uma fala
ao poeta Manuel Bandeira,
de fazer uma consulta ao Dr. Jorge de Lima
para ver como é que a Poesia receitava este meu fígado
tropical bastante cansado.

Havia de falar como Você,
com um i no si
“si faz favor”,
De trocar sempre os pronomes para antes dos verbos
“mi dá um cigarro?”

(BARBOSA, In: GOMES, 2008, pp. 112 e 113)

Os versos do poema “Você, Brasil”, do cabo-verdiano Jorge Barbosa, um dos principais nomes do movimento claridoso juntamente com Manuel Lopes e Baltazar Lopes, ressaltam semelhanças e diferenças geográficas, sociais, humanas e culturais entre Brasil e Cabo Verde. Jorge Barbosa verifica, pelo viés literário, conexões também atestadas por outras áreas do conhecimento, como a história, a antropologia e os estudos literários, conforme já referido. Na 6^o e 7^o estrofes há a citação de nomes de poetas brasileiros – Manuel Bandeira e Jorge de Lima – e também a referência ao projeto que animou os modernistas brasileiros de revitalização da linguagem literária, por meio da incorporação de marcas da linguagem coloquial do brasileiro, em oposição ao verborragismo e classicismo da linguagem acadêmica.

Projeto esse muito bem recebido no meio cabo-verdiano que se predisponha a valorizar a língua crioula²⁰ do arquipélago. O poema de Jorge Barbosa deixa entrever o “espírito de mudança, de construção de identidade, de ruptura com a política colonizadora, que aproxima os poetas caboverdianos de nossos poetas modernistas” (MADRUGA DANTAS, 2001, 78).

²⁰Cabo Verde, onde o idioma oficial é o português, tem como língua materna um crioulo de base portuguesa, surgido do contato dessa com línguas de matriz africana, faladas pelos indivíduos trazidos como mão de obra escrava do continente. O crioulo cabo-verdiano, falado em todo o arquipélago, apresenta variações de ilha para ilha.

O poema apresenta um tom bem sentimental. As relações com o irmão atlântico não são apenas afetivas, o eu-lírico vai referir uma série de semelhanças entre os dois países, entre os dois povos. Semelhanças que não emergem somente pelo viés literário, discursos emanados de disciplinas científicas também vão apontar similitudes entre Cabo Verde e Brasil.

1.1 Nordeste brasileiro e Cabo Verde – similitudes geográficas e humanas

A exemplo das semelhanças verificáveis nos processos de colonização de Cabo Verde e Brasil – presença lusitana, introdução de mão de obra escrava etc. – semelhanças físicas e climáticas entre o arquipélago africano e o Nordeste brasileiro também são marcantes. De origem vulcânica, as ilhas cabo-verdianas apresentam um solo e um clima estigmatizados pela secura, que são constantemente assoladas pelos ventos quentes que descem do Saara.

As dez ilhas e os vários ilhéus do Arquipélago de Cabo Verde estendem-se por cerca de 4.033Km e foram formadas pela acumulação de rochas, resultantes de erupções sobre as plataformas submarinas.

Os ventos Alísios vindos do Continente Africano dividem o país em dois grupos, o de Barlavento, constituído por São Vicente, Sal, S. Nicolau, Santo Antão, Boavista e Santa Luzia, e o de Sotavento, pelas ilhas de Santiago, Maio, Brava e Fogo. As três ilhas mais orientais, Sal, Maio e Boavista, têm um relevo mais plano e um clima mais árido por estarem expostas aos ventos secos e quentes do Sahara. (SPÍNOLA, s/d, p. 18)

Tal aridez confere a chuva um papel crucial na vida do cabo-verdiano, semelhante ao que se verifica no Nordeste brasileiro, tanto na sua vida prática quanto na sua vida cultural. Conforme nos informa o poeta, contista e ensaísta cabo-verdiano Gabriel Mariano:

Com efeito, desde cedo o arquipélago passou a depender dos caprichos pluviométricos (...). De tal modo que a bondade dos anos é classificação dependente da quantidade das chuvas caídas. Assim, os anos bons são os anos de boas chuvadas; os anos difíceis são os anos de pouca chuva; os anos maus são os anos de ausência de chuvas.

E é tão profunda a radicação no homem caboverdeano da ideia da sua dependência absoluta em relação às chuvas que o estudioso não tem dificuldade em rastrear, nas manifestações

folclóricas, os indícios dessa mentalidade. (MARIANO, 1991, p. 154-155)

Característica climática parecida ocorre na região Nordeste do Brasil, onde se verifica que:

O clima predominante no Nordeste é o semi-árido, caracterizado por ter duas estações bem definidas: uma seca que ocorre durante os meses de julho a dezembro, correspondendo ao inverno e primavera austrais e, outra chuvosa que se inicia em janeiro e vai até junho, correspondendo a verão e outono meridionais, com precipitações concentradas entre fevereiro e abril, quando chove de 70% a 80% do total precipitado no período. A estação seca dá-se o nome de verão e à estação chuvosa o designativo de inverno. Em geral a média pluviométrica do Polígono das secas é de 600mm, muito pouco para armazenar debaixo de um sol inclemente que tudo evapora. (FERNANDES, 2006, p. 152)

Semelhante ao que acontece no arquipélago cabo-verdiano, segundo informou Gabriel Mariano, no Nordeste brasileiro, especialmente no semiárido, o marco qualitativo dos anos repousa nos índices pluviométricos. Os anos que apresentam boas quantidades de chuva são classificados como bons, ao contrário, os anos ruins são aqueles em que cai pouca chuva.

Dessa forma, igualmente estigmatizado pela imagem da seca, o Nordeste brasileiro também apresenta solos de origem vulcânica, uma paisagem rochosa, marcada pela imagem da pedra e do fogo (calor). Imagens que em ambos os contextos são sintetizadas na figura de vulcões extintos e ativos: Pico do Totoró e Pico do Cabugi, no Seridó Potiguar; Pico e chã das Caldeiras, na ilha do Fogo dentre outros.

A vegetação de ambos os contextos são típicas de áreas secas, no Nordeste brasileiro verifica-se flora típica do semiárido, a caatinga, em Cabo Verde predomina uma vegetação rasteira típica de solos vulcânicos. A ocupação dos espaços está atrelada à fixação do homem a terra através da pecuária e agricultura. De fato, em Cabo Verde ocorreu, semelhantemente ao que se verificou no processo de colonização do território brasileiro, especialmente na região Nordeste, a:

Ocupação das ilhas com colonos europeus e escravos negros africanos, aplicados estes, na primeira fase, no cultivo de géneros de sustentação e na criação de gado, seguida da introdução da cana-sacarina e montagem de engenhos para a produção de aguardente e açúcar mascavo (FILHO, 1983, p. 18)

Aspectos que, como em Cabo Verde, serviram de mote para a literatura, fatores ligados a construção dos espaços, como a agricultura familiar, a pecuária, elemento de fixação a terra, as monoculturas canavieira e algodoeira, a miscigenação. Aspectos da natureza como a aridez da paisagem e temas como as estiagens prolongadas, o drama da emigração forçada pela seca, a fome resultante das intempéries climáticas, a abordagem da cultura popular, serão recorrentes em várias obras da poesia e da prosa ficcional em ambos os referidos contextos, principalmente no transcurso do século XX. Autores como José Lins do Rêgo, Raquel de Queiroz, José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Baltazar Lopes, Manoel Lopes, Jorge Barbosa, Teixeira de Souza, Gabriel Mariano dentre outros, investiram nestas temáticas em suas respectivas obras.

O evasãoismo, isto é, o processo de evadir-se de um lugar, que Spínola (s/d) chama de “o principal e iniciático drama cabo-verdiano: a eterna tragédia do querer partir e ter que ficar, do querer ficar e ter que partir” (s/d, p. 43) é um traço marcante da trajetória e da personalidade do cabo-verdiano. O mesmo verifica-se com o nordestino que, estigmatizado (e estereotipado) pela questão da seca de sua região, historicamente é visto como um emigrante em potencial, especialmente para as regiões Sul e Sudeste do País. Jorge Barbosa chega a apontar em seus versos que o único distintivo entre essa peculiaridade dos dois povos é que enquanto o nordestino tem a sua volta um vasto território para onde emigrar, o cabo-verdiano só tem ao seu redor a imensidão do mar.

Nesse contexto, Luis Romano entende que:

O início da Dispersão Caboverdiana surgiu muito antes de 1800, ao tempo da Urzela, aguada e pesca da Baleia nos mares do Arquipélago, inicialmente pelos Navios da Nova Inglaterra. Essa Diáspora informal ainda é proveniente dos seguintes fatores básicos:

1º: a carência alimentar local;

2º: o desemprego, que instiga incondicionalmente a luta pela sobrevivência;

3º: o instinto superior de libertação, impelindo o nativo a fugir de penoso cativo, onde seus Avoengos vieram amontoados em “Pombeiros” que navegavam traficando “peças” para as Américas do Norte, Central e do Sul. (ROMANO, 2000, p. 43-44)

Necessidade de evadir-se que já traria em si a certeza do regresso, “Tudo se parece passar nesta odisseia emigrante como se as mudanças de espaço consistissem em sair de Cabo Verde “sem sair de Cabo Verde²¹” (CARVALHO, 2006, p. 22), e:

É exactamente neste sentido que melhor se compreende a motivação do muito largo número de autores (Manuel Lopes, Teixeira de Sousa, Nuno de Miranda, António Nunes, Gabriel Mariano, Teobaldo Virgínio, Luís Romano) que em situação de diáspora privilegiam nas suas obras o universo das ilhas. (CARVALHO, 2006, p. 29)

Outro estigma dos dois contextos é a fome, a escassez:

A situação histórico-social de Cabo Verde teve um papel determinante na construção da mentalidade e identidade cultural do seu povo, que foi durante séculos governado por um regime colonial e sustentado por uma sociedade escravocrata. O cabo-verdiano sofreu na pele a dominação colonial assim como as consequências de uma seca polongada, que originou a morte e a fome a muitos filhos da terra. (SPÍNOLA, s/d, p.35)

Situação comparável a de Cabo Verde é a encontrada no sertão nordestino, principalmente no transcurso do século XX, onde:

vamos encontrar um novo tipo de fome, inteiramente diferente. Não mais a fome atuando de maneira permanente, condicionada pelos hábitos de vida cotidiana, mas apresentando-se episodicamente em surtos epidêmicos. Surtos agudos de fome que surgem com as secas, intercaladas ciclicamente com os períodos de relativa abundância que caracterizam a vida do sertanejo nas épocas de normalidade. (CASTRO, 1957, p. 159)

²¹ Tese da personagem Euclides Varanda (B. Lopes, 1947, p. 234)

Josué de Castro, ao escrever sua *Geografia da Fome*, chamou a atenção para o fato de um fenômeno universal como a fome ser tão negligenciado pelos estudos científicos da época. Para ele, os preconceitos morais e os interesses econômicos de uma minoria dominante estavam por trás dessa negligência. Seu estudo, então, buscou tratar de um assunto escamoteado, segundo ele mesmo afirma, no continente americano: as causas naturais e sociais da fome. Nesse sentido, ele aponta que, em se tratando das causas da fome no Brasil, “elas são mais produto de fatores sócio-culturais do que de fatores de natureza geográfica” (CASTRO, 1957, p. 42).

Esses aspectos foram disseminados pelo discursocientífico e político, tematizados pela expressão literária modernista, que, preocupada em superar certos valores estéticos e ideológicos, alçaram-nos a condição de traços identitários. Traços que constituíram manancial de diálogo e fomento das modernas literaturas do Brasil e de Cabo Verde, onde, já na primeira metade do século XX, a geração literária dos Claridosos, influenciada por movimentos como o Regionalismo brasileiro dos anos 30, especialmente nas obras de autores nordestinos, cultivará o projeto de fincar os pés na terra:

De facto, o modernismo brasileiro, desenvolvido nas décadas de 30 e 40 por poetas como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade, preconiza um temário poético exclusivamente brasileiro, popular e tradicional, reagindo contra os parnasianos. O romance regional nordestino de Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, o romance urbano de Erico Veríssimo, a obra de Gilberto Freire e os estudos de Artur Ramos sobre o negro africano no Brasil, são particularmente sensíveis para os escritores cabo-verdianos, por tudo o que aproxima o Brasil de Cabo Verde: o processo aculturativo, o ethos africano, as secas nordestinas, com o corolário de desgraças conhecidas pelo ilhéu cabo-verdiano.

(...)

É esta evolução para uma acentuada consciencialização política e social da função da literatura e da arte (...) Evolução corajosamente já patenteada nos livros publicados, em que, antes de mais nada, revela a idiosincrasia da personalidade islenha. E, numa consciência social muito experimentada, toca toda a temática do Homem das ilhas: as secas, a fome, a morte

prematura, a prostituição, o abandono e a Viagem (motivo fundamental). (LARANJEIRA, 1995, p. 194-195)

À aproximação entre a natureza física e entre marcas como o evasãoismo e a fome, agregam-se também semelhanças humanas e culturais, tendo em vista os processos de povoamento e mais precisamente de colonização do Brasil e de Cabo Verde apresentarem similitudes e conexões. Sendo que do arquipélago partiram os escravos que vieram para o Brasil durante o período colonial, como nos informa Pereira (2005) ao falar do povoamento do arquipélago:

Portanto, não há dúvida de que, logo de início, se começou a trazer escravos dos “Rios da Guiné” para o povoamento das nossas e como garante da exploração agrícola. Posteriormente, muitos deles seriam aproveitados para a venda, em diversas outras áreas, e, com isso, se deu começo ao tráfico para a Madeira, as Canárias, o continente europeu, o Brasil e as Antilhas. (PEREIRA, 2005, p. 40).

Com o traslado de indivíduos, na condição de mão de obra escrava, do continente africano para as ilhas de Cabo Verde e para a América propiciou-se a forte transmissão de elementos genéticos e culturais do africano para os emergentes cabo-verdiano e americano. Fato esse que resultou em semelhanças físicas e culturais entre os indivíduos dos dois contextos. Como sugere o próprio Luis Romano:

Pela intensidade do Tráfico'negreiro com mercadorias e alimentos de primeira'necessidade – em vigor quase três'séculos –, houve favoráveis ocasiões de aportarem e desembarcarem clandestinamente no Nordeste'brasileiro muitos Filhos'das'Ilhas, pardos'desvalidos que fugiam dos flagelos da Escravidão, da agonia das Secas ou estiagens que castigavam o Arquipélago, procurando pelos Coiteiros das Caatingas, nas matas da hinterlândia, a troco de Nada ou sob Contrato'servil, qualquer meio de salvação e garantia de Vida; nem que fosse uma subsistência imediata, para mesmo remotamente ajudar a manutenção dos familiares, já que o retorno à Kriolanda era impensável, senão impossível. (ROMANO, 2000, p. 45)

Tal fato, resultando em intensa miscigenação, leva Luís Romano à seguinte ponderação:

não será difícil constatar que, por motivos de consequências ultramarinas paralelas e étnicas, de um modo geral, e no sentido popular da observação, os Mestiços amorenados de KABVERD/BRASIL são quase idênticos ou semelhantes na sua expressividade humana: parecem irmãos da mesma Nação'de'Famílias!!! (ROMANO, 2000, p. 47)

Romano situa um desenvolvimento das conexões entre Brasil e Cabo Verde. Das relações meramente comerciais, as conexões chegam a um ponto de profundo entrelaçamento, no qual os povos de ambos os países chegam a parecer “irmãos”, conforme sugere o autor supracitado. Essa ‘comunhão’ de características sociais, históricas e humanas contribuiu para acentuar relações culturais entre os dois contextos, como as literárias. De fato:

Uma certa similitude entre o mestiço cabo-verdiano (em especial de Barlavento) e o mestiço brasileiro – o nordestino, principalmente – pela comunhão de flagelos sociais idênticos, trouxe sem dúvida aos escritores cabo-verdianos uma possibilidade de situação do problema ilhéu, nas mesmas coordenadas em que no Brasil, escritores como Jorge Amado, Lins do Rego, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos e outros definiam, numa cobertura literária autêntica, o estádio do homem brasileiro. (SILVEIRA, 1963, p. 17-18)

Tais ligações de extrema semelhança também estarão presentes em várias expressões culturais como a dança, a gastronomia, a música e a literatura dentre outras tantas manifestações.

Na gastronomia, por exemplo, o milho aparece não só como componente da alimentação básica do nordestino e do cabo-verdiano, mas também marca da identidade cultural desses povos. Com relação ao Nordeste verifica-se que “tem como alimento básico o milho” (CASTRO, 1957, p. 160), assumindo ele, principalmente relacionado aos festejos juninos, o posto de alimento símbolo do Nordeste²². No tocante à gastronomia das ilhas cabo-verdianas “A culinária cabo-verdiana é baseada em pratos típicos, confeccionados, sobretudo a partir do milho e do feijão, da batata doce e da

²²Não só do Nordeste brasileiro, mas de toda a América. Visto ser o milho nativo do continente e apresentar uma importância simbólica marcante na cosmogonia maia, legada através de documentos como o Popol Vuh, que muito influenciou o pensamento mítico hispano-americano ao longo dos séculos, Queiroz (2007), apresentando marcas visíveis na contemporânea expressão literária do continente. Ver: Leyendas de Guatemala (2005) e Hombres de Maíz (2005), de Miguel Ángel Asturias.

mandioca.” (SPÍNOLA, s/d, p. 183), sendo que o milho “É também um símbolo da identidade do Arquipélago e encontra-se presente em cada “pedaço de chão” em que se encontre um cabo-verdiano.” (idem, s/d, p. 183).

Na música vamos ter na morna uma das principais marcas da identidade cabo-verdiana, a respeito da qual assevera Vasco Martins que “se a morna evoluiu, deveu-se a influências, sobretudo brasileiras” (MARTINS, 1989, p. 21). Música que tanto nas ilhas como no sertão vão retratar, também, as idiossincrasias do homem cabo-verdiano e do nordestino, como nas letras de “*Sodade*”, escrita pelo poeta e compositor cabo-verdiano B. Leza e interpretada pela internacionalmente reconhecida cantora de mornas Cesária Evora, e na “Triste Partida”, poema do cearense Patativa do Assaré, que ficou famoso através da interpretação de Luiz Gonzaga. Canções que retratam o drama da emigração forçada pelas circunstâncias adversas, o drama de ter que partir querendo ficar no torrão natal, Ceará ou São Nicolau, vivenciado por nordestinos e cabo-verdianos e registrado pela expressão poética e musical.

Chama a atenção como a expressão “sodade” é semelhante em crioulo cabo-verdiano, língua falada pelos ilhéus e característica da morna, e em ‘linguagem matuta’, cultivada na poesia matuta nordestina por autores como Patativa do Assaré: “De pena e sodade, papai sei que morro!” (ASSARÉ, 2008, p.91) e Renato Caldas: “... A sodade é buliçosa./É renitente. É Teimosa” (CALDAS, 2009, p. 63).

Na dança também se verificam comparações entre ritmos cabo-verdianos e brasileiros, como no caso do Funaná e do Forró nordestino.

O funaná surgiu no início do século 20 quando os portugueses introduziram o acordeom em Cabo Verde. Enquanto algumas fontes afirmam que essa introdução foi uma tentativa forçada de aculturação, para que a população aprendesse gêneros musicais de Portugal, outras citam motivos econômicos: era muito mais barato importar acordeons que órgãos, instrumentos bastante usados para fins religiosos. Nascido na ilha de Santiago, a mais populosa e onde a presença africana é mais marcante, o funaná era acima de tudo uma música de camponeses.

A sonoridade lembra bastante o forró brasileiro, só que bem mais acelerado. (2012)²³

No entanto, será na literatura que encontraremos os laços mais marcantes e reconhecíveis entre o contexto brasileiro e o cabo-verdiano, principalmente a partir da década de trinta do século XX. Momento no qual o “romance regionalista nordestino de cunho social (...), a poesia telúrica e de comprometimento social (...) contribuíram como referências para assunção dos monumentos literários africanos autóctones” (GOMES, 2008, p. 117).

1.2 Conexões literárias entre Brasil e Cabo Verde

Dentre as conexões entre Brasil e Cabo Verde, uma em especial será mais marcante, inclusive para os interesses deste trabalho: as relações verificáveis entre ambas as expressões literárias.

O Brasil se tornou independente de Portugal em 1822, a partir daí passou a trilhar um caminho marcado pela busca de sua afirmação nacional. Nesse contexto a literatura desempenhou um importante papel. O Romantismo brasileiro investiu, além de em outros pontos, na construção de uma identidade nacional, por meio de artifícios estéticos como a idealização da natureza e do índio ‘bravo’, ‘forte’, ‘filho do norte’, descendente “Da tribo pujante” (DIAS, 2006, p.10), elevado à categoria de símbolo da força e da coragem nacional. Isto é, buscou-se forjar uma identidade brasileira a partir da valorização, mesmo que idealizada e, diga-se, europeizada, de elementos locais, a exemplo da natureza e do índio de Gonçalves Dias. Em se tratando dos negros, apesar de trabalhos como os do próprio Gonçalves Dias e de autores como Celso Magalhães, Sousândrade, Luiz Gama e Maria Firmina dos Reis²⁴, verifica-se que a “literatura do século XIX, produzida ainda sobre a vigência do período

²³ Cf. *Um Breve Panorama #3 – Funaná*. Disponível em: <http://dancingcheetah.com/category/funana/>, acessado em 22 de setembro de 2012.

²⁴ Primeira mulher a escrever um romance sobre a temática do negro no Brasil, trata-se de “Úrsula”, romance ambientado no Maranhão e que adota uma posição antiescravagista.

escravocrata, silencia sobre o negro que, quando não omitido, aparece somente destacado por características estereotipadas” (MENDES, 2011, p. 24).

O Modernismo brasileiro, revitalizando o projeto de construção identitária nacional, constituiu outro momento emblemático na conformação de uma brasilidade, sinalizando a superação de certos pontos pendentes em nossa trajetória literária:

Os nossos modernistas se informaram pois rapidamente da arte europeia de vanguarda, aprenderam a psicanálise e planaram um tipo ao mesmo tempo local e universal de expressão, reencontrando a influência europeia por um mergulho no detalhe brasileiro. (...)

Decalque localista; assimilação da vanguarda européia. Sublinhemos também o nacionalismo acentuado desta geração renovadora, que deixa de lado o patriotismo ornamental de Bilac, Coelho Neto ou Rui Barbosa, para amar com veemência o exótico descoberto no próprio país pela sua curiosidade liberta das injunções acadêmicas. Um certo número de escritores se aplica a mostrar como somos diferentes da Europa e como, por isso, devemos ver e exprimir diversamente as coisas. (CANDIDO, 2008, p. 128-129)

Pontos como a idealização das características e tipos nacionais são substituídos, pelos modernistas, pela apreensão crítica desses aspectos. CASTELO (1999) sistematiza o percurso da literatura brasileira a partir de sua periodização em três fases: Período Colonial, séculos XVI, XVII e XVIII; Período Nacional I, séc. XIX e Período Colonial II, situado no século XX, onde:

O 3º Período ou Período Nacional II – Século XX foi por excelência de síntese e maturidade. Com ele, o nacionalismo, proveniente do século XIX, ou bovarista ou pessimista, se transforma e se enriquece pela incorporação do sentido e do sentimento da “brasilidade”. Distingue-se então: 1º) pelo neo-indianismo de “devoração” das persistências externas verdadeiramente não assimiladas e pela investigação do caráter nacional; 2º) pela análise das poéticas em voga em termos de rigorosa adequação com a nossa expressão e criação próprias; 3º) pela observação objetiva e imparcial do social já abalado em fins do século XIX, quando se abrem novas perspectivas com a imigração e o fim da escravidão. Prosseguem assim os ciclos regionalistas já indicados, agora enriquecidos por novas séries temáticas: a cana-de-açúcar, a da imigração... (CASTELO, 1999, p. 28)

Grande parte da expressão literária brasileira, com mais fôlego a partir do século XX, será marcada pela confluência de ‘forças’ externas e internas, isto é, a assimilação de modelos estéticos importados, principalmente da Europa, e a ênfase no conteúdo local, na busca das características regionais que definiriam o perfil nacional. Autores como Albuquerque Jr. apresentam uma leitura ainda mais complexa dessa situação, dessa tensão entre o regional e o nacional, de onde:

O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados. Lança-se mão de *topos*, de símbolos, de tipos, de fatos para construir um todo que reagisse à ameaça de dissolução numa totalidade maior agora não dominada por eles: a nação. (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p. 141).

Tarefa da qual se imbuíra a literatura modernista brasileira, especialmente nas manifestações artísticas provenientes do movimento regionalista dos anos 30. Desse modo, a pesquisa de cunho étnico e cultural e a aferição crítica do contexto social, visando à captação das idiossincrasias do homem brasileiro, serão marcantes na expressão literária configurada no Modernismo e no Regionalismo de 30. “Uma abertura desse tipo coloca para o intelectual, oriundo geralmente das classes médias ou de algum tipo de elite decaída, o problema de lidar com um outro” (BUENO, 2006, p. 23): proletários, pobres, negros, índios etc.

Processo semelhante verifica-se na trajetória literária cabo-verdiana, principalmente a partir do século XX. Isto é, a assimilação de estéticas vindas do exterior e a valoração do conteúdo local, da pesquisa e da captação das idiossincrasias da terra e do homem cabo-verdiano. Como ressalta Manuel Lopes no prefácio de sua emblemática obra “Os Flagelados do Vento Leste”²⁵,

²⁵“Esta obra retrata a sociedade rural de Santo Antão, caracterizada por uma grande dependência em relação à terra, uma hierarquia social bem definida e uma simplicidade e pobreza de meios.

Em *Os Flagelados do Vento Leste* [...] estamos face a uma sociedade tipicamente agrícola em que as actividades ligadas à terra são determinantes, sendo apenas referidas, de forma marginal, as actividades comerciais ou marítimas, situando-as no Porto Novo e não em Terranegra.

Os processos rotineiros, a pobreza dos solos, a secura do clima e a irregularidade das chuvas são as grandes dificuldades da agricultura cabo-verdiana, que é fundamentalmente de

o qual chama a atenção para a impossibilidade de se conseguir tal feito em sua plenitude nas páginas de um único livro:

Como pretendi na *Chuva braba* e em *O galo que cantou na baía*, tento dar ainda, na presente narrativa, um pouco do pouco que sei das minhas ilhas crioulas de Caboverde e do seu povo.

A conformação física das ilhas cabo-verdianas e a personalidade do homem nelas integrado não cabem num rótulo genérico; são múltiplas e, por vezes, desconcertantes. (LOPES, s/d, p. 5)

No conjunto das literaturas produzidas no continente africano apreendemos os diálogos com essa trajetória marcada pelo colonialismo e seus desdobramentos, seja na simbiose cultural resultante, seja nas questões referentes a guerras, desigualdades sociais. Nesse sentido, Queiroz (2007) aponta uma categorização, corrente no meio acadêmico, acerca das literaturas produzidas em África: a literatura oral, transmitida, sobretudo por meio da atividade performática do *Griot*²⁶; a literatura escrita em línguas vernáculas ou árabicas e ainda as literaturas escritas em idiomas europeus.

A respeito da literatura escrita em Cabo Verde, temos que sua periodização é objeto de divergências, principalmente no período posterior a 1936. No entanto, é reconhecido que:

A ficção cabo-verdiana inicia-se com o romance *O Escravo* (1856), de José Evaristo de Almeida, vazado em estilo romântico. Narrativa sobre a escravidão, com personagens majoritariamente cabo-verdianos. É prova de que havia também senhores de escravos entre os africanos. A obra advoga sua (do escravo) redenção e foi publicada em *A voz de Cabo Verde*. (DUARTE, 2012, p. 92).

subsistência. Sendo o milho a principal cultura, assume um valor simbólico acompanhando o cabo-verdiano em todas as cerimônias ligadas ao ciclo da vida e da morte.” (INÁCIO, s/d, p. 44)

²⁶ “Vocábulo difundido a partir da África de colonização francesa, *griot* seria o termo genérico aplicado àqueles artistas especializados em perpetuar a memória cultural de suas coletividades recorrendo à história, à genealogia, à tradição e a um exercício performático que se apóia em manifestações diversas como o canto falado, a poesia, as narrativas orais, a encenação, a música, a mímica e a dança.” (QUEIROZ, 2007, p. 42)

Daniel Spínola apresenta uma sistematização mais genérica da trajetória literária de Cabo Verde. Ele compreende a divisão da literatura cabo-verdiana escrita em três fases distintas: a Pré-Claridosa, a Claridosa e a Pós-Claridosa.

A Pré-claridosa corresponde, cronologicamente, à literatura anterior a 1936 e é caracterizada por uma escrita de forte influência portuguesa e, por conseguinte, por um estilo romântico e uma obediência cega aos cânones clássicos da escrita de então. (...)

A revista *Claridade* surge no Mindelo em 1936, no centro de um movimento de emancipação cultural, social e política da sociedade cabo-verdiana. Encabeçada por Baltazar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, começa a fase da modernidade literária cabo-verdiana, verificando-se então uma ruptura com o estilo clássico de escrita, patente na promoção do versilibrismo no distanciamento em relação aos temas sentimentais e melodramáticos; reivindica-se agora uma escrita voltada para o Homem e para os problemas cabo-verdianos e, portanto, com os pés fincados no chão, voltados para a Terra-mater, em que a terra seca e árida, o mar, a situação social precária do cabo-verdiano, a exploração e o servilismo da população, a resignação e o espírito evasivista, enquanto dramas existenciais do povo cabo-verdiano, são abordados de forma incisiva.

Apesar do discurso utilizado na *Claridade* nunca ter podido ser directamente contestatário em relação ao regime colonial, face ao apertado crivo da censura, o seu papel foi de uma enorme importância social e literária.

A fase Pós-claridosa, que corresponde a toda a literatura posterior à revista *Claridade*, é caracterizada por uma heterogeneidade temática e estética e por uma sucessão de revistas com pretensões de ruptura. (SPÍNOLA, s/d, p. 36-37)

Pires Laranjeira (1995) distingue seis períodos para a literatura cabo-verdiana: 1º) **Iniciação**, das origens até 1925; 2º) **Hesperitano**, 1926 a 1935; 3º) **Cabo-verdianidade**, de 1936 até 1957; 4º) **Cabo-verdianitude**, de 1958 até 1965; 5º) **Universalismo**, de 1966 até 1982 e finalmente o 6º) **Consolidação**, de 1983 até o presente. Obviamente que não podemos confundir essa delimitação temporal com a realidade da trajetória literária cabo-verdiana tal como se deu, senão como uma forma de sistematizar uma compreensão de como foi o percurso trilhado pela literatura escrita em Cabo Verde.

A respeito do período da Cabo-verdianidade, chamado por Spínola (s/d) de Claridoso e por Romano (1984) de fase dos Regionalistas ou Claridosos, Laranjeira (1995, p. 181) aponta que: “A seguir ao movimento claridoso de

1936, a revista *Certeza* (1944), de pendor neo-realista, procurou trilhar o novo caminho da cabo-verdianidade”. De fato:

Como o próprio nome indica Claridade deixa entrever uma intenção de visibilidade, de esclarecimento, de iluminação, na busca de novos caminhos livres das sombras da opressão, voltados para um projeto de construção de uma identidade étnica e cultural. Daí a necessidade sentida da contestação, da denúncia, do retorno às raízes. Como bem o assinala Pierre Rivas, ao estudar o movimento, “para os claridosos, trata-se de instaurar uma literatura de fundação, na qual a questão identitária se traduz pela importância da pesquisa etnográfica, da compilação dos contos e lendas populares, da valorização do folclore, da elaboração, em uma palavra, de uma mitopoética nacional” (DANTAS, 2011, p. 77)

O que percebemos é que assim como, também em plena primeira metade do século XX, o Brasil investia na construção (ou releitura) de sua brasilidade, principalmente por meio de sua expressão literária, através de movimentos como o Pré-modernismo, o Modernismo e o Regionalismo de 30, os cabo-verdianos, igualmente por meio de sua literatura, também investiam na busca da sua cabo-verdianidade. Munidos de ferramentas estéticas semelhantes, pesquisa étnica e cultural, apreensão crítica do contexto social. Se a experiência brasileira era marcada pela deglutição e transformação da cultura estrangeira, em Cabo Verde verifica-se fenômeno similar. O Brasil que ‘recebia’ acabava ‘retransmitindo’.

a partir do início da década de trinta, e mercê de circunstâncias de natureza política, social, histórica e literária, algo ocorreu nas ilhas cabo-verdianas, a que não é alheia a influência da literatura brasileira. «Ora aconteceu que por aquelas alturas, nos caíram nas mãos, fraternalmente juntas, em sistema de empréstimo, alguns livros que consideramos essenciais *pro domo nostra*». É Baltasar Lopes quem isto afirma, citando autores como José Lins do Rego, Jorge Amado, Amando Fontes, Marques Rebelo. E diz que «em poesia foi um ‘alumbramento’ a *Evocação do Recife*, de Manuel Bandeira». Revelação foi ainda «um magnífico livro — a *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre, ao lado dos volumes, densos de investigação e interpretação, do malogrado Artur Ramos» (in *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, 1956). Ou pode até admitirse, também, a influência da *Presença* no que nela se propunha de libertação da linguagem. Uma tomada de consciência regional muito nítida se instala nos escritores de Cabo Verde, que decidem romper com os arquétipos europeus

e orientar a sua actividade criadora para as motivações de raiz cabo-verdiana. (FERREIRA, 1977, p. 34-35)

A influência da literatura brasileira na cabo-verdiana vai se fazer explícita:

o texto modernista de Manuel Bandeira, por exemplo, inspiraria dentro da literatura de Cabo Verde um momento identificado como Pasargadismo, por registrar em prosa e em poesia a problemática da emigração forçada pelas condições naturais adversas que impediam a fixação do homem cabo-verdiano à terra natal. A temática evasionista, recorrente na expressão poética e na ficção permeia o material produzido por diversos escritores surgidos nesta época, aproximando ainda as letras cabo-verdianas do processo que mobilizou setores da escrita nordestina nos anos 30 do século passado (QUEIROZ, 2007, p. 94).

A aproximação das letras cabo-verdianas, como frisa Queiroz (2007), com o processo que mobilizou escritores inseridos no âmbito do Regionalismo de 30 será mais marcante ainda. Sendo que “é o conhecimento do Modernismo brasileiro e do romance nordestino, nos anos 30, que dinamiza o surgimento duma genuína literatura cabo-verdiana” (SEMEDO, 2001, p. 254). De fato, pelas reconhecidas similitudes na conformação social e histórica, pelas semelhanças geofísicas, climáticas e humanas entre ambos os contextos e pelas conexões literárias que se processaram e que convergiram para a expressão cultural, ao lermos certos romances cabo-verdianos e nordestinos, situados nos períodos claridoso e regionalista, saltam aos olhos várias semelhanças, sejam elas na temática, no foco narrativo, na linguagem, no objeto, na configuração das personagens ou seja na alusão direta ao ‘irmão atlântico’.

Fato esse que é reconhecido por escritores como o próprio Luís Romano.

Se, por empatia, nos primórdios do telurismo Literoverdiano surgiram convergências temáticas já predominantes no Nordeste brasileiro – sem decalque de molduras, mas sim interações emotivas –, foi porque tais regiões se identificam pelas consequências cíclicas da Estiagem, fustigando seus habitantes, que muito se assemelham não só etnicamente, mas também pelo sentimento fraternal, aos Kriolenders marcados por idêntica Saga flagelante.

(...)

Progressivamente e sem alarde, sob impulso dos movimentos juvenis – Realista + Neorealista + Modernista & Surrealista –, estourou do BRASIL divulgação de livros extraordinários que, quase adivinhos, relatavam Semelhanças'nordestinas com a dramática vivência dos “famintos/flagelados” na KRIOLANDA, descritas em “casos” e “estórias” locais que, mesmo ignorando a existência das ILHAS, confirmavam o quanto esfervilhava na alma das Esperanças daquelas épocas e desventuras.

Com isso e para tanto, ateou-se incontida fogueira de envergadura nacional, que se derramou em fagulhas por todo o Arquipélago de KABVERD, formando Vida & Corpo da Revista “CLARIDADE”: nossa inicial bandeira Literoverdiana! (1936). (ROMANO, 200, p. 69)

Romano entende que só pondo em relevo estas questões de ordem histórica, antropológica e geopolítica é que podemos alcançar uma compreensão dos fenômenos literários verificáveis em Brasil e em Cabo Verde. Para ele:

Só assim, carente de melhores argumentos, é que admitimos eventual parentesco de traços congênitos aproximando dois povos ora sob objectiva de temática cultural: Nordeste & Kriolander, frutos geográficos de semelhanças chegadas das Terras'além'Mares. Só assim teremos condições de abordar a Interação'literária de BRASIL/KABVERD... (ROMANO, 2000, pp. 70-71)

O próprio Romano assume a influência recebida de escritores como o paraibano José Américo de Almeida, autor do romance *A Bagaceira*²⁷, considerada a obra inaugural do Regionalismo nordestino de 30.

Outrossim, se em nosso dias Alguém manusear “A Bagaceira”, à frente de vetusta Estantecabo-verdiana (1930/70), no domínio Regionalista destacaria, entre muitas outras, algumas obras que se confraternizam enquadrando-se no ambiente do Nordeste'brasileiro revelado pelo Escritor paraibano que, de uma maneira ou de outra, poderá ter sugestionado nossos Letrados daqueles primórdios. Rematando, a título relevante,

²⁷O romance *A Bagaceira* gira em torno de um triângulo amoroso entre o fazendeiro Dagoberto, seu filho Lúcio e a retirante Soledade. Ambientada no Brejo açucareiro paraibano, no auge da seca de 1898, a obra apresenta os problemas sociais enfrentados pelos retirantes em êxodo, submetidos às agruras climáticas da região e à vontade dos detentores do poder, procurando captar as características culturais e sociais daquele contexto.

Data & Nomes a fixar: 1942/62 – “Famintos” (LUIS'ROMANO). (ROMANO, 2000, pp. 74-75)²⁸

A referência à influência de autores brasileiros na expressão literária de países africanos de língua oficial portuguesa não fica somente em José Américo de Almeida, nomes como José Lins do Rêgo, Jorge Amado, Manuel Bandeira, dentre outros também são frequentemente mencionados. Fato esse que também suscita, inevitavelmente, a comparação entre elementos de ambas as literaturas.

O romance proveniente do Nordeste brasileiro contagiou portugueses e africanos. *Jubiabá*, de Jorge Amado, provocou um grande impacto em Baltazar Lopes e seus confrades. Também *Doidinho* e *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, constituíram uma autêntica *revelação*, quase como que no sentido religioso. São nítidas e demonstráveis as relações entre estes romances de Lins do Rego e a obra do angolano José Luandino Vieira (desde os contos de *A cidade e a infância*), como desses com o *Chiquinho*. Interessa reter que, em todos, se trata de um <<regresso às origens>>, marcado por três componentes: a infância, o saudosismo e o telurismo. Jean-Michel-Massa comparou-o a *Menino de engenho* e *Meus verdes anos*, de José Lins do Rego, e às *Memórias de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, dizendo que integrava a cabo-verdianidade, comparou-o a *Chuva Braba*, de Manuel Lopes, tecendo considerações sobre o *terra-longismo* e a *emigração-evasionismo*. Russel Hamilton, ao equipará-lo a *Menino de engenho*, *Doidinho* e *Banguê*, Lins do Rego, reafirmava a cabo-verdianidade e falava de *regionalismo cabo-verdiano* como se de regionalismo brasileiro se tratasse. (LARANJEIRA, 1995, pp. 205-206)

A aproximação literária em torno de nomes consagrados de ambas as literaturas, como os de Baltazar Lopes e Manuel Lopes, por Cabo Verde, e José Lins do Rego e Jorge Amado, pelo Brasil, é, portanto, uma prática já existente, a despeito do pouco conhecimento da literatura cabo-verdiana e suas conexões com a brasileira. Entretanto, os períodos literários referidos – Regionalismo de 30, Claridade e seus desdobramentos – foram bem mais amplos, englobando uma gama bem maior de autores e obras que, apesar de apresentarem importantes contribuições aos seus respectivos contextos de produção, carecem de uma maior visibilidade e apreciação por parte do público

²⁸ Nessa lista também se incluem: *Chiquinho* (1960), de Baltazar Lopes; *Chuva Braba* e *Os Flagelados do vento Leste* (1960), de Manuel Lopes. dentre outros.

leitor e da crítica especializada. Tal é o caso de autores como Luís Romano Madeira de Melo e José Bezerra Gomes, inseridos, respectivamente, nos desdobramentos do Movimento Claridoso e do Regionalismo nordestino dos anos 30.

O poeta, romancista, ensaísta, pesquisador da cultura e historiador José Bezerra Gomes nasceu no dia 9 de março de 1911 na fazenda Brejuí, localizada no município de Currais Novos, no Estado Rio grande do Norte. “Filho de uma rica e tradicional família seridoense²⁹, José Bezerra Gomes nasceu herdeiro de coronéis.”, sendo que o “Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão, fundador da cidade de Currais Novos, é o seu ancestral mais ilustre.” (SILVA, 2005, p 173).

Como ensaísta contemplou aspectos da literatura brasileira e da potiguar, chegando mesmo a compor o corpo editorialde uma revista em Belo Horizonte intitulada “Surto”. Como historiador e pesquisador da cultura, o autor empreendeu estudos acerca da trajetória histórica do município onde nasceu, além de realizar um trabalho de pesquisa e recolha de aspectos culturais da sua região, como fez em *Teatro de João Redondo* (1975), no qual procede a uma recolha e análise do teatro de bonecos conhecido no Rio Grande do Norte como “Brinquedo de João Redondo”.

No campo da política foi vereador no município de Currais Novos entre 1948 e 1953, privilegiando em seu mandato a cultura. Como nos informa o historiador Joabel Rodrigues. José Bezerra Gomes:

Sonhou com a cultura defendendo o incentivo das atividades artísticas junto à infância e a juventude. Instalou, em 1948, a Diretoria de Documento e Cultura da Prefeitura de Currais Novos. Abriu a biblioteca objetivando o gosto pela leitura. Iniciou o museu pensando em preservar o patrimônio municipal, juntando objetos característicos da arte popular da região seridoense. (...) criou o serviço de radiodifusão e o cinema para melhorar o nível cultural e artístico da comunidade. (SOUZA, 2011, p. 23)

²⁹O termo “seridoense” remete à Seridó, região fisiográfica que compreende partes dos Sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Por sua atividade literária e política José Bezerra Gomes sofreu com suspeitas acerca de sua possível militância política em movimentos de esquerda. Souza (2011) informa que o jovem José Bezerra Gomes teria se envolvido com movimentos estudantis de esquerda em Natal, na ocasião de ingressar no curso ginasial do Ateneu Norte-Rio-Grandense. O mesmo historiador ainda informa que, ao cursar direito em Minas Gerais José Bezerra Gomes teria sido preso, acusado de pertencer a correntes comunistas.

Nos versos dos seus poemas José Bezerra Gomes privilegiou principalmente o ambiente de sua infância, em consonância com pressupostos ideológicos e valores estéticos do movimento regionalista. Com relação à poesia:

José Bezerra Gomes nunca escapou do ambiente rural de seu sítio, sítio de Brejuí, poética/inspiração natural, Currais Novos. É um poeta rural; nunca foi urbano. Daí os temas regionalistas que recorrem em seus livros e caracterizam seus diferentes poemas. Sobretudo a terra e a família, marcados pela dimensão do passado. Seus temas nascem das relações de família, avós, tios, primos, parentes próximos; um universo onde o parentesco define o lugar do sujeito no espaço da sociedade... (p. IVAN, 2005, p. 71)

Nas páginas dos seus romances, José Bezerra Gomes também privilegiou sua terra natal. Ele teria fundado, a exemplo dos ciclos do cacau e da cana de açúcar, um ciclo do algodão no contexto do sertão nordestino. Com relação a seu mais famoso romance *Os Brutos*, de 1938:

Trata-se de uma narrativa personativa, visto que um único personagem detém a autoridade sobre o discurso e o mantém ora em torno de si próprio, ora sobre terceiros. É através dos seus olhos que o leitor vê o mundo ficcional.

Esse é um romance de costumes feito ao molde da narrativa de reminiscências (...) esse tipo de narração esteve em voga entre os modernistas. José Lins do Rego, Guimarães Rosa e o próprio Mário de Andrade escreveram sob a ação de reminiscências. Essa tendência de retratar situações cotidianas é fator de excelência da proposta modernista, pois é através de escritura como essa, que se possa apreciar a diversidade cultural registradas em diferentes obras.

O autor de *Os Brutos* utiliza-se de dois recursos característicos da época (neo-realismo de 30): a aproximação da ficção com o

real e o compromisso com a veracidade dos fatos, (NUNES, 2006, p. 6).

No entanto, as leituras surgidas a partir da obra de José Bezerra Gomes, como veremos adiante, vão além da pura reminiscência saudosista e localista. N'Os *Brutos* "O microcosmo de Currais Novos é a projeção do mundo". (LEANDRO DE CASTRO, 1998, p. 10).

Luís Romano nasceu em 10 de junho de 1922 na Vila da Ponta do Sol, ilha de Santo Antão, uma das dez que compõem o arquipélago cabo-verdiano, e morreu na cidade de Natal/RN, em janeiro de 2010. Autor multifacetado, Romano enveredou pela prosa de ficção, poesia, narrativa curta, ensaios críticos e antropologia, tendo colaborado com diversas revistas literárias internacionais. Militante pela causa independentista cabo-verdiana, o escritor foi perseguido pela polícia política portuguesa (PIDE), emigrou para o Senegal, Marrocos e Brasil, onde se exilou na década de 60. Estadista, Romano exerceu a função de cônsul de Cabo Verde no Brasil após a conquista da autonomia política de seu país natal na segunda metade da década de 70. Em 1962 publica seu único romance conhecido, *Famintos*.

Situado literariamente nos desdobramentos da Claridade cabo-verdiana, a inserção de Luís Romano em uma vertente literária específica não tem uma definição unânime. Para Venâncio (1992):

...dá-nos Romano em seu livro *Famintoso* quadro mais naturalista e grotesco da realidade colonial em Cabo Verde. *Famintos* é uma colectânea de contos, por vezes poemas, denunciando as injustiças coloniais numa forma frontal como nenhum escritor ou poeta cabo-verdiano até aí o fizera. Utiliza para tal um discurso sobremaneira metonímico, levando mesmo, por vezes, dado ainda o exagero com que impregna o que descreve, a nutrir no leitor um efeito contrário ao desejado. Romano (...) não está integrado em nenhuma <<geração>> (...) como também é praticamente o único autor a utilizar a narrativa para expressão numa mensagem preponderantemente política, ao que se junta o grotesco e o exagero acima mencionados. (VENÂNCIO, 1992, p. 33-34)

Para o poeta, ensaísta e teórico da literatura cabo-verdiana José Luís Hopffer Almada, Luís Romano pode ser classificado dentro da trajetória literária

cabo-verdiana como um novo-largadista, que seguiu “aprofundando e alargando, por conseguinte, as preocupações estético-ideológicas do movimento Claridade” (SPÍNOLA, s/d, p. 3).

O movimento da Nova Largada, daí o termo novo-largadista, marca a primeira contestação ao telurismo e ao evasionismo dos claridosos, inserindo no discurso identitário crioulo cabo-verdiano, pelo viés da literatura, uma afirmação do elemento negro-africano como componente desse olhar crítico, mas sem perder o forte carácter nacionalista. Nas palavras de José Luís Hopffer Almada:

A poesia da Nova Largada que eclode, nos anos 40 e 50, como uma vertente mais rebelde nas revistas Claridade, Certeza e Cabo Verde com os “*poemas de amanhã*” e “*bate pilão bate*”, de António Nunes bem como “*Herança*”, “*Magia Negra*” e outros poemas da Linha de Horizonte de Aguinaldo Fonseca e assume, em 1953, nome próprio com o surgimento do Grupo “*Nova Largada*”, na capital do Império, responsável pela edição do Suplemento Cultural (1959) ao Boletim Cabo Verde (Praia, 1948-1964), é largamente marcada pelo neo-realismo português, pela intelectual e estética revalorização das nossas raízes negras e pela contestação social e anticolonial. (ALMADA, 2005, p. 3).

O momento sociopolítico e literário, do qual emergiu *Famintos*, estava marcado pelas tensões políticas e problemas sociais que levaram alguns escritores a contestar a postura ideológica dos claridosos e reivindicar uma literatura que deveria ser “verdadeiramente funcional”. Autores como Onésimo Silveira, dentre outros, criticavam o Movimento Claridoso, por entenderem que: “Ao tratar aspectos da vida cabo-verdiana, tinham uma sensação ilusória de cravar as unhas na realidade circundante, mas jamais outra coisa eles fizeram senão raspar à superfície dos problemas do ilhéu.” (SILVEIRA, 1963, p. 10).

Ainda que desconsiderando “a importância inovadora deste movimento como ponto de partida da moderna literatura cabo-verdiana” (LARANJEIRA, 1995, p. 191), em se tratando dos escritores posteriores a claridade, Onésimo entendia que:

A nova geração não pode, por conseguinte, silenciar o facto altamente comprometedor que resulta da atitude estéril dos

claridosos perante as grandes crises que, na década de quarenta, trouxeram a morte a milhares de caboverdianos. (SILVEIRA, 1963, p. 13)

Inserido nesse contexto, Luís Romano fez de seu trabalho literário uma arma de combate ao fascismo e às desigualdades sociais, para ele, o ato de escrever “é uma prática essencialmente sociocultural, desprovida de qualquer subjetividade. Porta-voz de um povo de quem se sente o filho reconhecido e o seu fiel representante.” (CHALENDAR, 1983, p. 30). É ainda (CHALENDAR, 1983, p. 17) quem entende que em se tratando de *Famintos* estamos diante “de um documento sociológico, mais que a um romance propriamente falando”.

O romance *Famintos* (1962), escrito nos anos 40, enquadra-se nos pressupostos do Neo-realismo, tal como, de certo modo (na denúncia de situações e na reivindicação de uma identidade), o livro de poemas *Clima* (1963), saídos ambos no Brasil. Este último contém evocações da pertença ao mundo negro e do apelo crioulista, o que o torna um texto híbrido, no cruzamento de múltiplas vias: Neo-realismo, Negritude, Crioulidade. (LARANJEIRA, 1995, p. 216)

Dentro da meta de construção identitária *Famintos*, então, traz em seu escopo o projeto de uma leitura étnica e social do contexto cabo-verdiano sob a tutela colonialista. Uma vez que:

é o exemplo acabado da concepção de literatura de compromisso com o povo do seu país e, mais restritivamente, com o miseráveis, os colonizados destituídos de meios e esperança, numa <<mistura de naturalismo cru e alegoria extravagante>>. Romano após ao título esta explicação: <<romance do Povo Caboverdiano sob o domínio colonialista>>. O livro, composto por trechos relativamente destacados, que podem funcionar como contos, inclui, a abrir, um poema dirigido ao <<Irmão branco>> e termina com um <<Epílogo>>, ambos assinados pelo <<Africano>>. A seguir ao poema inicial, há uma <<Carta>> para o leitor que explica o livro como um testemunho do <<Negro-de-Lábios-Grossos>>. Outro pormenor importante é a seguinte indicação: <<este livro não tem unidade. Seu equilíbrio está na desunião natural dos seus quadros>>. A obra de Romano tem essa característica formal que a distingue das demais: a fragmentação. (LARANJEIRA, 1995, p. 216)

Para tanto, *Famintos* foi:

escrito numa linguagem perceptível a qualquer leitor, sem preciosismos barroquizantes ou nefelibatas, é assumido pelo autor (que o viu proibido pela censura brasileira) como *testemunho ficcional* a partir de muitos casos vividos por ele próprio ou de que tomou conhecimento através dos protagonistas. A sua força, e a simultânea fraqueza, reside, pois no desejo de se constituir como um testemunho nu e cru, alheio às exigências da evolução literária que o próprio romance neo-realista português cuidou de seguir. *Famintos* é assim, pelas razões apontadas, um dos mais legítimos textos do Neo-realismo africano de língua portuguesa. (LARANJEIRA, 1995, p. 216)

A partir do exposto até o presente momento podemos indagar: que leituras surgiriam a partir da aproximação entre autores como José Bezerra Gomes e Luís Romano? A aproximação entre os dois romances mostra-se um procedimento bastante pertinente para os nossos objetivos, uma vez que existe “a necessidade de articular a investigação comparativista³⁰ com o social, o político, o cultural, em suma, com a História num sentido abrangente” (CARVALHAL, 1992, p. 86). Como viemos fazendo até o momento, visto as conexões reconhecíveis entre Brasil e Cabo Verde.

Trabalhos como “Comparative Literature one literary theory”, de Ulrich Weisstein, chamam a atenção para o fato da importância do contexto sociocultural em que a obra é produzida e que implicarão em sua recepção e influência. O que faz desse contexto sociocultural um objeto a ser considerado pelo estudo literário.

A inserção em vertentes literárias e classificação das características de obras como *Famintos* e *Os Brutos* já existem, embora que em pequeno número. Mas, e quando colocamos obras como as referidas em diálogo, oriundas de contextos diferentes, mas que apresentam similitudes de várias ordens, que leituras, que novos aspectos e nuances podem emergir daí? O norte para a leitura, então, será: a construção de uma identidade étnica e social – o fator étnico implicando na posição social do indivíduo – dos cabo-verdianos

³⁰ A aproximação entre obras de países diferente, pressuporia “the knowledge of more than one national language and literature, and/or means the knowledge and application of other disciplines in and for the study of literature and second, Comparative Literature has an ideology of inclusion of the Other, be that a marginal literature in its several meanings of marginality, a genre, various text types, etc.” (ZEPETENIK, 1998, p. 13).

e potiguares/seridoenses por meio de uma análise crítica das problematizações de caráter social e étnico que a leitura das duas obras suscita.

2FAMINTOS: UMA CRÍTICA ÉTNICA E SOCIAL DA “ILHA SEM NOME”

Famintos, o romance de um povo, desenrola-se na Ilha sem Nome, metáfora para o arquipélago de Cabo Verde. Os quadros que compõem a história passada na Ilha sem Nome são descritos por um narrador que incorpora em sua atividade, além do recurso da prosa, o exercício poético e a intercalação da fala de várias personagens. Personagens que também têm a oportunidade de narrar fatos acontecidos, como a ‘história da terra’ presente na música entoada por Damatinha ou na história de Fina Candinha relatada pela velha Pamida.

Pela referência de um dos personagens ao acompanhamento das notícias da guerra mundial e pela alusão ao regime fascista, na figura do ‘Ditador’, percebe-se que a história desenrola-se na década de quarenta do século XX.

Famintos inicia com a seguinte ‘carta poema’:

IRMÃO

Que as cenas que vais ler neste livro retenham sua sensibilidade, como tão profundamente se estamparam no meu íntimo.

Que nelas encontres o teu drama – o drama de nós todos – e, te confortes, porque UM – SONHO – ESPERANÇA – é o ideal de tantos outros que alimentamos.

Que nestas objectivas vejas “casos” que ficaram desfeitos pela mentira de uma verdade e compreendas o pranto deste Negro-de-Lábios-Grossos como hino de amizade.

... nascidos na humildade da sua espécie os Sem-Nome baquearam na treva horrível.

Ligados pela mesma desdita, seus nomes fundem-se no silêncio que ainda fala por eles. (ROMANO, 1962, p. 11)

Nela, um “IRMÃO”, que se denomina “Negro-de-Lábios-Grossos”, chama a atenção do leitor para as cenas que compõem o ‘romance de um povo’³¹, conclamando a que nos reconheçamos nos dramas que estão por vir, que

³¹Sub-título que aparece na primeira edição da obra, 1962.

vejamos neles casos que ficaram desfeitos pela mentira. A partir daí podemos já ter uma noção do que espera o leitor nas páginas de *Famintos*. O próprio título já indica quem protagoniza a obra, ou seja, indica que se trata de uma personagem coletiva, pois são os famintos que protagonizam o romance. A narrativa, dessa forma, vai contemplar a história, as características e os dramas dos habitantes da “Ilha sem Nome” em vários quadros, que poderiam muito bem compor textos independentes. A unidade está assentada no contexto físico, político, humano e na presença de alguns personagens que aparecerão em vários dos quadros/capítulos, a exemplo de Sr. Joãozinho, Mulato, Crioulo, Campina, Comerciante, Estudante³², dentre outros, dos quais trataremos a seguir.

O primeiro capítulo intitula-se “Caminhos”, sendo assim o romance, que apresenta em seu início a carta do irmão “Negro-de-Lábios-Grossos” prossegue com “Lúcio, chefe dos cabouqueiros, ordenava cada um para seu posto.” (ROMANO, 1962, p. 13). A narrativa tem início com os trabalhos de abertura de estradas, os “caminhos-de-estado”, supervisionado pela administração local e que absorve homens desvalidos pela situação de escassez.

Gentes dispersavam-se. Homens barbudos, semi-nus, empunhavam as ferramentas e cortavam a terra, enquanto outros enchiam a Estrada, coleando as depressões, a desaparecer nos fundos, num ruído que se repercutisse ao longe. (ROMANO, 1962, p. 13)

A seca, fenômeno climático natural da vulcânica Ilha sem Nome e intensificada pelo “nordeste [que] abradava-se para, seguidamente, assoprar com mais intensidade e formar nuvens que envolviam tudo” (ROMANO, 1962, p. 13) constituía a causa primordial da penúria dos trabalhadores, que se viam submetidos, ainda por cima, a uma implacável administração, representada, nesse primeiro momento, por Lúcio, fiscalizador do trabalho nos “caminhos-de-estado”. Paulino representa, nessa primeira situação, a condição na qual se encontra o trabalhador. Enfraquecido pelo “jejum natural” e pela “moléstia de peito e de barriga”, Paulino vê as forças faltarem para golpear a terra com sua

³²Muitos dos nomes remetem a condição social e/ou étnica do indivíduo. Fato que indicaria à tipificação dessas personagens.

ferramenta de trabalho, recebendo um tratamento áspero de seu superior, que o agride, o derruba e o desliga do trabalho para o dia seguinte, mas Paulino:

Levantou-se, procurando seguir o ritmo dos outros, atazanado pela asma, e desviara a atenção do capataz que sentia quase sobre ele, que talvez fosse perdoado e amanhã ganhasse mais um dia. Procurou as forças que lhe restavam e golpeou a terra. A tosse tapou-lhe a garganta. De novo largou a picareta. Ninguém se atrevia a desviar o rosto ou prestar-lhe auxílio. Lúcio observava. Paulino abriu o mais que pôde a boca e caiu, estorcendo-se, as calças manchadas de urina.

– É de propósito. Já o conheço. Pegue no trabalho, safado. Lúcio sacudiu-o pelos ombros. O punho fez aríete e bateu nos dentes do cabouqueiro. Sangue desceu-lhe em fios pelo pescoço, enodando a camisa. A mão do chefe tornou a bater no mesmo sítio. Paulino, sem opor resistência, deixou-se rolar ao pé, de borco, os dedos a enterrarem-se pela boca, num esforço de desentupir os pulmões.

O capataz voltou-lhe as costas, a repetir que aquilo era fingimento, que não passava de preguiça. Que os outros tivessem cuidado porque o primeiro a imitar Paulino receberia a mesma lição. Malandragem. Calaceiros. (ROMANO, 1962, p.14)

A situação dos cabouqueiros dos “caminhos-de-estado” se apresenta dramática. A escassez de recursos gerada pela estiagem os leva a se submeterem a um duro regime de trabalho, no intuito de tentar fugir da fome. A subalimentação a qual estão relegados, associada ao trabalho braçal que realizam, resulta em enfermidades que debilitam ainda mais os homens, enfermidades como a inanição e a disenteria. Combinação essa que culmina num elevado número de óbitos, que são assistidos friamente pelo capataz Lúcio:

– Pedro Santos! Pedro Santos! – ninguém respondeu. Os cabouqueiros entreolharam-se à espera que alguém desse conta de Pedro Santos.

– Bolas! Onde está Pedro Santos?

– Não está.

Um menino veio chegando aos berros, dizendo que o pai estava morrendo num fundo, lá em baixo. Lúcio mandou buscara picareta do moribundo e passou o lápis na bôca para avivar a tinta, a cortar inteiramente o nome de Pedro Santos, na fôlha do ponto. O menino desatou a chorar e foi afastado para não perturbar a chamada.

Seis corpos de trabalhadores foram depositados ao pé do capataz, para êle tomar nota e riscar os nomes, conferindo as

ferramentas. O de Pedro Santos, nu, braços estendidos em cruz e olhos vidrados que faziam medo.

Da boca saía espuma onde os moscardos poisavam, embrenhando-se pelas barbas e pelas narinas. As pernas em V, a mostrar a nojeira de um buraco ainda úmido de excremento. Pelas coxas, marcas da diarreia que vitimara Pedro Santos. (ROMANO, 1962, p. 17)

Idêntica à situação de Pedro Santos é a de muitos outros trabalhadores que, igualmente subnutridos, enfermiços e maltratados por um penoso regime de trabalho, vão encontrar a morte nas estradas (ou sepulturas) que abrem. Os caminhos, dessa forma, ficam repletos de cadáveres que se multiplicam pelas suas margens, fato que é presenciado pela frieza burocrática dos superiores e pela impotência dos companheiros de trabalho e de infortúnio.

O próprio Paulino irá encontrar, posteriormente, um desfecho semelhante ao de Pedro Santos, vitimado pela fome, diarreia e maus tratos. A situação de Paulino, no entanto, torna-se mais interessante pelo fato de ele, como será mostrado no seguimento da narrativa, representar também outra faceta da sociedade da Ilha sem Nome, ou seja, o indivíduo que tendo emigrado para algum país estrangeiro, consegue acumular algum pecúlio e retornar a sua terra, mas que se vê, por determinadas circunstâncias, envolvido em um processo de empobrecimento. Circunstâncias essas que são referidas no segundo capítulo pelo narrador, o qual esboça um panorama geral da situação na Ilha sem Nome:

Nas fazendas a segura era de endoidecer. As plantas estorricavam-se, a desfazerem-se em morraça para as cabras. As batateiras pendiam as folhas porque nas raízes os ratos destruíam toda vida, impedindo a germinação. As nascentes minguavam de dia para dia até restar no sítio uma poça de barro que os bichos vinham lambar. Nas casas dos “americanos” as famílias, inquietas, pensavam num mundo de coisas com esses dois anos de carestia de águas. Hoje comiam a cabrinha malhada que todas as manhãs reclamava o farelo de cusuz, à beira da porta da cozinholá. Depois seria a vez dos bichos miúdos: as galinhas de raça, os leitões que passavam o tempo a grunhir no chiqueiro, até quando Deus quisesse, porque tudo estava nas mãos dele, como diziam os antigos. Até quando as chuvas de Deus caíssem nas hortas que morriam de sede. (ROMANO, 1962, p. 21)

A natureza também se mostra implacável. Com a estiagem instaurada, as chuvas, que caracterizam a única esperança do faminto, não aparecem, e quando se formam nuvens carregadas, que chegam até a soltarem algumas gotas, são elas levadas para o mar pelo vento leste. O povo, então, vê sua esperança ser derramada nos confins do mar, é o decreto da continuidade da escassez.

Situação semelhante a dos cabouqueiros é vivenciada também pela maior parte da população. Empobrecidos pela seca que se instala, a fome torna-se uma realidade para os habitantes da Ilha sem Nome. A subalimentação e as condições sanitárias do lugar instauram uma situação de calamidade pública, enfermidades como a inanição e diarreia vitimam um grande número de pessoas, que vão morrendo pelos caminhos, os corpos, muitas vezes, permanecendo insepultos, para deleite de animais carniceiros.

Após comerem os poucos víveres que ainda restavam, os fracos animais de criação que ainda conseguiam sobreviver, os indivíduos, não lhes restando mais nada comestível em casa, se viam atingidos pela fome. O milho, então, tornava-se um alimento emergencial chave. Distribuído em forma de ração, sua obtenção tornava-se o marco entre continuar sobrevivendo ou morrer. Sem recursos para tanto, os famintos buscavam alternativas para conseguir algum dinheiro com que comprassem uma ração de milho que lhes garantissem a sobrevivência por mais algum tempo.

Por toda a parte, gente a demolir casas, retirando as telhas e os tabiques. As janelas eram desencaixadas com cuidado porque valiam um pouco mais, e no seu lugar os homens faziam tapadas. As cadeiras, as camas, as roupas, desapareciam dos lares, e o desfile que se via nos caminhos ao povoado era repleto de vagabundos a acompanhar a leva, sem saber porquê. (ROMANO, 1962, p. 24)

Muitas vezes o milho, que deveria garantir a sobrevivência, funciona como um veneno mortal para os debilitados que somente tem no cereal, ingerido cru em muitos casos, a única fonte de alimentação. O quadro produzido pela fome ganha tons grotescos:

A caminho do casebre ele sentava-se numa pedra e comia todo o milho, cru, como se fosse um animal de engorda. Seu estômago, depois, inchava-se, os gases fermentando. No dia seguinte, no mesmo sítio, o velho amanhecia morto com o bucho cheio e o corpo sequinho como papeira esmorecida. Da bôca, postas de milho mastigado, a pender. Os mendigos que passavam, brigavam como se fôsem cães; o mais forte corria para o morto, retirava-lhe os sobejos engolindo-os num instante. (ROMANO, 1962, p. 47)

O terceiro capítulo “Paulino o desembarcado” ilustra bem o processo de empobrecimento pelo qual passam os habitantes da Ilha sem Nome. A expressão “desembarcado” faz referência ao imigrante da ilha que busca oportunidades de trabalho em países estrangeiros, regressando posteriormente à terra natal. Tal é o caso de Paulino. Após uma temporada de trabalho na América, Paulino consegue retornar com algum patrimônio acumulado, traz várias novidades que possibilitam um melhor conforto para a família, como móveis sofisticados e até mesmo um gramofone, por exemplo, com o qual escuta modinhas brasileiras. A condição adquirida por Paulino com o trabalho no estrangeiro lhe permite até dar vários “sinais de amor” aos amigos, inclusive festas.

O retorno à terra natal é um motivo de satisfação, que faz Paulino chorar de alegria por poder estar de volta ao seu lar depois de muitos anos de embarcado em “Terras-Abaixo”. A confiança em uma existência mais cômoda é alimentada pelo resultado do esforço empreendido na experiência migratória “Os anos que passara Lá-Fóra deram-lhe a ideia de um descanso quando regressasse, de vez, à terra.” (ROMANO, 1962, p. 29).

No entanto, as projeções de Paulino são frustradas pela situação da ilha. A boa condição de vida conseguida através do trabalho como embarcado sofre uma drástica mudança, as coisas que conseguiu acumular com esforço vão a pouco e pouco sendo perdidas em face da necessidade. A paisagem e o ser humano se transformam:

Com o andar do tempo tudo modificou-se. As fazendas perdiam a energia por carência das águas e o pavor impacientava os “americanos”, porque trabalhos de anos sem conta sob a poeira das fábricas de algodão ficavam reduzidos a nesgas de terreno, sem um grão de milho, nem um cordelo de batateira. Então os homens tiravam os barretes, ajoelhavam-se

e suplicavam ajuda do céu. Nas mesas faltavam os pratos na hora do almoço e nas panelas a água não fervia porque só água quente não era alimento. (ROMANO, 1962, p. 32)

A história de Paulino tipifica uma das facetas da emigração característica da Ilha sem Nome, isto é, a emigração para o trabalho nas fábricas do continente americano, daí serem chamados também de “americanos”. No entanto o fenômeno migratório da ilha apresenta outras facetas, uma delas é mostrada em capítulos como “Os contratados”, “O circo”, “Navio negreiro” e “O rapaz que veio contar”, onde o narrador expõe a situação do homem e da mulher que, obrigados a migrar por causa da seca e da fome, se submetem ao trabalho nas roças da Costa d’África. Trabalho que ao invés de lhes render a melhoria de vida esperada, leva-os ao trabalho escravo nas roças de café, como fica exposto no desabafo de um dos ‘contratados’, que denuncia a condição dura dos trabalhadores:

– safadeza! Moço, tudo veio enganado da mesma forma. Quem chega já não pode voltar e fica amarrado para quatro anos de trabalho penoso. Muitas vezes morre sem poder voltar. Eu já estou em dez anos. Tenho histórias para contar. Branco tem coração cheio de fel, quando é patrão. (ROMANO, 1962, p. 279)

A situação da família de Paulino, a exemplo de muitas outras, se complica. Com o advento da calamidade natural, a escassez, principalmente de alimentos, instala-se na comunidade. Com a falta de recursos para obtenção do alimento, um primeiro paliativo é o câmbio de objetos valiosos, objetos que, adquiridos por um preço elevado para as condições do trabalhador comum, são trocados por alguns litros de milho, os quais apenas garantem uma parca refeição para a família.

Não são apenas os bens materiais e a saúde que se esvaem, a dignidade do ser humano também é afetada pelo cenário de miséria.

E assim as “coisinhas” que trouxeram de Lá-Fóra desapareciam a pouco e pouco, sem outro remédio para sustar esse vazio que se fazia sentir em casa, quando olhava para os quartos desertos e pras paredes onde os pregos isolados lembravam tantas cenas da vida em que ele se esforçou para merecer a paz de um existência sem preocupações. O “Mixim”,

levou-o o Morgado por dois quilos de farinha-de-pau, e, nesse andar, Paulino já não sabia a que se recorrer. Todas as hortas tinham sido vendidas a fim de manter a vida da família. Agora, Deus era maior, dormia no chão com os filhos à volta, na mesma cama feita de fibras de bananeira, e tudo era para ser tomado com paciência porque ele era filho de pecador, mas sem pecado nem soberba e graça de Maria Santíssima, um dia desses, viria aliviar sofrimento de filho-de-parida.

No entanto os meninos, por mais que comessem, emagreciam, os ossos salientes, um brilho inquietante no olhar.

– Amanhã vou destelhar a casa. Miguelinho já deu por bem e o negócio ficou seguro na presença de meu compadre.

Os olhos de Ana encheram-se de água; não disse palavra e levou a ponta do avental ao rosto para esconder o seu desconsolo, porque casa sem cobertura é como curral de coima onde entra e sai quem quiser; é lugar sem respeito. (ROMANO, 1962, p. 34-35)

Entretanto, a fome perdura, enquanto os recursos se esgotam. Nesse contexto, a necessidade impõe novas medidas para que as pessoas consigam sobreviver. Famélico, asmático e sem forças para trabalhar Paulino não consegue entrever uma saída para sua família. Diante disso, sua filha mais velha, Rosenda, toma uma resolução: “– Pai, dê-me sua benção que vou pedir esmolas; não é vergonha, porque pedir é melhor que roubar.” (ROMANO, 1962, p. 35). Rosenda, assim, se lança na perigosa empreitada de conseguir, a qualquer custo, algum recurso que venha a garantir a sobrevivência de seus pais e irmãos.

Nessa empresa, com a chegada de uma embarcação carregada de milho e outros mantimentos destinados aos “trabalhos-de-caminho”, Rosenda consegue alistar-se em um trabalho, o qual consiste no transporte de carregamentos de milho. Dessa forma ela se insere em uma situação vivenciada por vários outros homens e mulheres das ilhas, que da mesma forma buscam um lenitivo para a situação de suas famílias:

Rosenda apresentou-se e seguiu, a caminho do porto, escolhendo o grupo onde havia gente da sua região. Depois do meio dia o carregamento começou. Em filas as mulheres marchavam aos tropeços sob o peso dos sacos, duas a duas, como bois cangados no curral de trapiche, uma ajudando a outra, que as forças minguavam e o caminho estava cheio de cascalho.

Ainda não tinham andado a metade do percurso, quando alguém deu sinal que Canda caíra, o saco sobre o peito, e que jazia por terra, sem vida.

As companheiras deixaram tombar a carga e correram aos gritos, para junto da que vergara sobre o pêso. Algumas, na pressa de prestar socorro, sem querer descargaram-se sobre a parede do caminho, rasgando os sacos. O milho esvaindo-se à volta. À vista desse grão milagroso afastou o sentimento de caridade e como se fossem alimárias, as mulheres de cócoras catavam os grãos, metendo-os na boca e engolindo-os quase inteiros, antes que chegasse o guarda que vinha atrás e corria para elas, aos berros, distribuindo açoites de um lado e outro. (ROMANO, 1962, p. 36).

A debilidade física provocada pela fome, que vitima Canda, também produz uma debilidade ética nos famintos, como a que atinge as companheiras de Canda. Ao invés de socorrer a companheira moribunda, as outras mulheres se voltam para o milho que se espalhou no chão, desarmadas do sentimento de solidariedade pela fome. Fome que faz com que as carregadoras “furtam” a carga que transportam, para consumi-la crua mesmo. Carga que no fim das contas deveria servir para saciar a fome delas mesmas. Os representantes da administração apresentam uma reação marcante diante de tal estado de coisas.

– Falta litro e meio de milho! Lanta, que trazia a filha ao colo, procurou desculpar-se invocando santos e fazendo juramentos, a criança a esconder-se no pescoço da mãe, com receio dêsse polícia que tinha bem seguro nas mãos aquele chicote de nervo de boi. Candinha, querendo defender-se, adiantou-se, mas recebeu grande bofetada que a projetou contra a companheira que perdeu o equilíbrio. O guarda levantou a mão e o chicote desceu. Lanta esquivou-se de lado, a filhinha soltou um grito muito estrídulo e ficou cheia de sangue no rosto e no ombro esquerdo. No chão a orelha ainda mexia como rabo de lagartixa. Lanta desatou aos gritos, alucinada: – Já matou minha filha! Já matou! – mostrando a todos em que estado ficara a pequenina, sem se importar com aquele mar de sangue que lhe enodoava o peito. A assistência, amedrontada, com receio daquele polícia sempre armado de chicote, não teve outro remédio senão consolar a pobre mãe e esperar que cada um recebesse o pagamento para sair daquele lugar de castigos e violências. (ROMANO, 1962, p. 37)

Não obstante a severidade com relação às infratoras que usurpam a carga de comida que levam, em virtude da fome que as aflige, os policiais que fiscalizam o transporte dos alimentos demonstram um comportamento peculiar,

o qual é referido por uma das mulheres que realiza o traslado do carregamento: “– Toda gente sabe que manda vender medida e medida de quarta na taberna de sua rapariga. Por causa duns grãosinhos de milho ele esta matando pobreza para se aproveitar.” e ainda que “– Raiva é que ele tem, porque eu não deixei que me levantasse minha roupa, outro dia, na fontinha.” (ROMANO, 1962, p. 38).

A submissão a um trabalho penoso, tendo em vista as condições debilitadas das mulheres, aliada a uma fiscalização demasiado severa, cria uma situação singular. De fato, podemos perceber que:

as personagens sofrem um processo de desumanização, onde sentimentos humanos, como a caridade, sucumbem diante da fome, passando a assemelham-se a ‘alimárias’, sendo usadas como ‘bois cangados’ (ou animais de carga) pelos que estão no poder. A empreitada de Rosenda em busca da sobrevivência tem um desfecho dramático, acusada de furtar parte da mercadoria que transportava ela é espancada pela polícia e acaba não recebendo remuneração alguma pelo trabalho prestado. (MARCOS & BEZERRA, 2012, p. 5)

O desfecho da família de Paulino e Rosenda, tipificando a condição de muitas outras famílias da Ilha sem Nome, é trágico. Paulino perece no campo de trabalho, vitimado pela fome, moléstia de peito e pelos maus tratos que recebia dos superiores, tendo o mesmo destino que muitos dos seus companheiros de infortúnio. Rosenda, por sua vez, que de início apresentava, mesmo diante da miséria, uma resistência moral que não lhe permite, por exemplo, negociar sua honra por nada: “Ainda tenho cabaço e não é pobreza que vai deixar desalmado tomar conta de mim.” (ROMANO, 1962, p.38), após sofrer de fome e dos abusos das autoridades policiais, emigra para o estrangeiro e acaba enveredando, resignada, na prostituição, destino compartilhado por várias outras conterrâneas com as quais trava contato.

Uma grande parte da população da ilha padece de tal condição. No entanto, nem todas as pessoas são afligidas pelos problemas provocados pela seca. O processo de empobrecimento, ao qual estão submetidos muitos trabalhadores e pequenos proprietários, não atinge determinados grupos sociais. Ao contrário, paralelamente ao declínio material, social e moral de uma

determinada gama de indivíduos verifica-se a existência de outros que se encontram em um processo inverso, isto é, um processo de enriquecimento.

A condição de falência material de pequenos agricultores, de miséria extrema de trabalhadores, que provoca o enfraquecimento físico e moral dos indivíduos, proporciona para outros grupos um contexto no qual sua interação se torna chave. A questão é: quem são esses grupos e como interagem com o cenário de calamidade que se instaura sobre grande parte da população?

No capítulo intitulado “Os santos de carne” observamos um outro tipo de situação existente na Ilha sem Nome. O início do capítulo apresenta o diálogo entre dois personagens, ‘Comerciante’ e ‘Amigo’, um diálogo que gira em torno de alguns negócios de Comerciante. Vejamos que negócios são esses:

- Se você acertar, pago-lhe uma cerveja agora mesmo.
- Palavra, isto é coisa fina. Trezentos?
- Uma gargalhada ecoou pela sala.
- Cento e cinquenta?
- Nova explosão de riso que deixou o outro embatucado.
- Pronto, cem palhaços e olhe que é uma loteria.
- Chiça! Você é ainda menino ou brinca? Perdeu a cerveja. O “americano” pediu oitenta e arrumei-lhe com quarenta e cinco na focinheira. Foi com sorte. Ainda há quem dá menos.
- O sobretudo foi examinado com mais atenção.
- Isto é coisa de valor, homem! – É forrado de seda crua por dentro.
- Veja o talão de origem; USA, \$ 20.
- Boa pechincha, não há dúvida. Assim é que é negócio, obtemperava Comerciante, dobrando o sobretudo religiosamente.
- Tenha a bondade, fume destes. A cigareira abriu-se e Amigo retirou m cigarro de ponta amarelada.
- Gosto mais dos cigarros ingleses; há boas marcas por ai, graças ao contrabando não precisamos sair da terra.
- Pois é, pois é mesmo. Comerciante retornou-se e falou para a sala de jantar: – Maria traze os licores e os copinhos.
- Na salva a criada dispôs os cálices e os homens saborearam com olhos entreabertos. (ROMANO, 1962, p. 41)

O diálogo, descontraído e bem humorado, trata, pois, da aquisição, por parte de Comerciante, de uma peça de vestuário, pertencente a algum desvalido que, por necessidade, se desfazia de um bem que lhe custou caro e agora era vendido por valor muito abaixo do original. Bem esse que constituía um artigo de luxo, um sobretudo de seda, adquirido no estrangeiro, por um desembarcado assim como Paulino, designado na conversa acima transcrita

de “americano” pelos dois interlocutores, o que indica a passagem do indivíduo, na condição de trabalhador imigrante, no continente americano.

O trecho deixa entrever algumas questões dignas de maior atenção. Como, por exemplo, a situação na qual os dois personagens se encontram. Ao contrário de figuras como os cabouqueiros Pedro Santos e Paulino e sua família, Comerciante e Amigo não estão padecendo necessidades, estão, sim, bebendo licores descontraidamente e fumando cigarros importados, e ainda dispendo de criados que os sirvam. Mais do que isso, transparece que a ruína de alguns constitui oportunidade de enriquecimento para eles.

Outro dado importante que aparece no diálogo entre Comerciante e Amigo é o de que “graças ao contrabando não precisamos sair da terra” (ROMANO, 1962, p. 41), tal comentário aponta para a consideração de que existem meios de garantir a subsistência digna do homem em uma terra assolada pela seca, sem ter que forçá-lo a emigrar.

Não são somente artigos de luxo que são adquiridos junto a homens arruinados pela estiagem, terras também entram no alvo da especulação. Da mesma forma que móveis e roupas finas, pequenas propriedades, fruto de anos de trabalho e sacrifícios de pequenos agricultores, são vendidos por valores irrisórios, muito a baixo do que realmente valem ou custaram. O caso de Cosme exemplifica bem tal questão, vendo sua pequena lavoura prejudicada pela seca e padecendo dos efeitos da escassez e da fome, Cosme procura o comerciante Sr. Joãozinho, no intuito de lhe vender a propriedade, tentando assim salvar alguma coisa do prejuízo total, bem como amenizar a situação da família faminta.

Entretanto, Sr. Joãozinho, alegando a inapropriação do período para fazer negócios que envolvam muito dinheiro, leva Cosme a, obrigado pela necessidade, reduzir o preço de sua propriedade a um valor bem abaixo do original. As terras que conseguiu por uma soma de 25 contos de réis, graças à condição de “desembarcado d’América”, Cosme entrega a seu Joãozinho por três contos e duzentos, valor afixado por este último.

A decisão é dura para Cosme, após ter feito o que era preciso para tentar se salvar, o sentimento do ex-proprietário é demonstrado pelas seguintes palavras:

– Não. Vendi minha hortinha. Sr. Joãozinho comprou foi canseira de fábrica onde trabalhei anos sem conta. Ele comprou minha casa onde nasceram meus meninos, tudo quanto ajuntei debaixo de suor e fadiga, por três contos e duzentos mil réis. (ROMANO, 1962, p. 45)

A atitude, porém, traz consequências nefastas para Cosme. Com o dinheiro em mãos, o qual constituía uma fortuna em face do estado de calamidade que se fazia, ele parte de volta para casa no intuito de aliviar as necessidades da família com o que tinha conseguido, mas é atacado por salteadores que o esfaqueiam e o roubam perto de sua residência. O corpo nu de Cosme fica abandonado “sem figura de gente” para os parasitas se alimentarem. Sua família, desalojada em virtude de não mais ser dona da terra, parte sem rumo e sem recurso, tendo apenas como patrimônio o cadáver desfigurado do chefe da família.

A exemplo de Comerciante, o comerciante Sr. Joãozinho também goza de uma existência confortável, a despeito da penúria que prevalece na Ilha sem Nome. Com uma farta alimentação e dispendo de uma criadagem que o sirva, Sr. Joãozinho pode se repimpar com guloseimas, tomar bebidas finas e gozar “o prazer de uma digestão, em sonhos que lhe traziam compras de propriedades de três contos que custaram trinta” (ROMANO, 1962, p.51). Contrariamente aos esqueléticos e enfermos famintos, Comerciante e Sr. Joãozinho são gordos, “os ventres cheios de banha”, caracterizando a oposição: escassez severa versus fartura demasiada.

Sendo assim, como é que esse grupo que não é afetado negativamente pela escassez olha para os famintos que os rodeiam? Vejamos o que a fala de Comerciante aponta:

– Essa cambada de famintos cada dia está-me invadindo a horta. Já dei ordens: tipo apanhado em flagrante, chicote, que é para acabar com o abuso, – rompeu Comerciante a desenvolver palestra.

- Ó amigo, está vindo gentes de tôdas as partes e nem sei como isto vai acabar.
- Felizmente já mandei reforçar os trincos do armazém onde tenho a sacaria de milho e cevada.
- É verdade, ia-me esquecendo. Dou-lhes os parabéns. Disseram-me que você comprou a horta do Tafulinho. Boa terra.
- Sim, o homem não me pagava os juros e vi-me na obrigação de lhe hipotecar a terra. Bolas! Seis contos de réis não é brincadeira nenhuma.
- Quando veio da América comprou-as por trinta ao padre Lucas, aquêlê alucinado da Bôca da Ribeira. (ROMANO, 1962, p. 41-42)

Conseguir aumentar o patrimônio pessoal à custa da ruína dos mais desfavorecidos, como através da hipoteca de terras de agricultores arruinados, e proteger esse pecúlio dos famintos a chicotadas. Essas são as atitudes do grupo de indivíduos em questão face ao flagelo da maioria, segundo deixa entrever a fala da personagem Comerciante.

Então, no âmbito das relações entre os que são empobrecidos pela estiagem e os que são enriquecidos por ela, se afigura que diante da ruína material dos primeiros os segundos encontram uma oportunidade de aumentar suas posses, comprando ou hipotecando terras de pequenos proprietários por valores baixos, trocando objetos valiosos por pequenas quantidades de milho. Diante da enfermidade resultante da fome dos primeiros, se busca proteger o patrimônio que se tem acumulado, mantendo os famintos longe dos armazéns e hortas, fonte de grande poder no contexto da Ilha sem Nome.

E diante do enfraquecimento moral dos famintos? Como interage esse grupo de favorecidos? Vimos anteriormente à trajetória de Rosenda, cuja fortaleza ética vem a ruir, ou se transformar, frente ao quadro de necessidade que enfrenta. Rosenda, no entanto, passa por essa mudança a partir de sua fixação no exterior, na condição de imigrante, mas e quanto as que ficam na ilha, como suas condições e necessidades são tratadas por tipos como Comerciante e Sr. Joãozinho? Vejamos a conversa entre Comerciante e seu amigo.

- E a filha de Anastácio? A Maninha, deixou-se?
- A gaga parece um vulcão com aquêles seios agressivos. Não há maneira de aceitar o lenço de cambraia que lhe quis dar ontem na loja.

– Não faça caso, aquilo, mas dia menos dia, é para o amigo comer.

Um sorriso de orgulho estampou-se na face de Comerciante, que fechou os olhos gostosamente.

– Você, pelo seu lado, não tem mal de falar. Desde o ano passado tem-se divertido com meninas-novas que é um gosto. Quantas?

– Já vai perto de dúzia. Com um pouco de manha lá chegarei antes do fim do Ano Novo.

– Boa colheita, sim senhor! Boa colheita de cabaços! As gargalhadas tornaram-se ruidosas e a conversa tomou o mesmo seguimento. (ROMANO, 1962, p. 42-43)

Frente à precariedade de condições enfrentada pelos mais humildes, especialmente, nesse caso, se tratando da condição enfrentada pela mulher, Comerciante realiza uma “colheita de cabaços”. Colheita semeada na terra da escassez de recursos, que enfraquece a resistência moral dos habitantes da ilha.

– Vem cá pra dentro, menina. Não te faço mal nem vou-te comer. Toma, isto é para ti. A mocinha olhava para a nota e ficava cheia de medo, estendendo a mão, receosa, seguindo com os olhos os gestos de Comerciante que lhe mostrava o canapé já com as molas partidas, onde o uso fizera uma cova.

– Pelo amor de Deus!

Ela sentia-se levada por dois braços de ferro que a encaixavam no fundo do assento. Comerciante trancou a porta do escritório e desceu a esteira, voltando-se para a mocinha que tentava esquivar-se.

– Pelo amor de Deus!

Ela cambaleou e sem reacção entregou-se a Comerciante, com um desejo de comer a martelar-lhe as entranhas.

Satisfeito o homem meteu-lhe uma nota entre os seios, a dizer-lhe baixinho:

– Virás amanhã à tardinha e guardo-te uma blusa de sêda cor de rosa.

Ela acenando a cabeça, que sim, que vira amanhã, depois esgueirando-se pela porta como se fosse com um roubo escondido. (ROMANO, 1962, p. 48)

A filha de Anastácio, semelhantemente a tantas outras moças que se encontram em idêntica situação, sucumbe aos desejos de Comerciante.

Odefloramento é, assim, conseguido em troca de alguns mimos, de alguma comida. Qual destino, então, seria reservado a essa mulher, dentro de uma sociedade marcada pela escassez, pela desigualdade de recursos e pelo machismo? O caso de Fina Candinha traz uma ilustração interessante da questão.

O episódio protagonizado por Fina Candinha, que também dá nome ao capítulo, apresenta outras nuances da exploração sexual a qual as mulheres estão expostas, deixando entrever a faceta social dessa condição. Fina Candinha é uma moça que padece de transtornos mentais decorrentes de um aborto sofrido por força de uma agressão, então ela perambula pelas ruas e cemitérios da Ilha sem Nome a chamar pelo filho “assassinado” ainda em seu ventre. Como a maioria das personagens desvalidas do romance, Fina Candinha tem um desfecho trágico, presa e espancada por provocar distúrbios nas ruas – ela entoava uma canção proibida pela polícia – é encarcerada com outros presos do sexo masculino. Ao sofrer um estupro coletivo por parte de seus companheiros de cela, Fina Candinha sofre também um ferimento no rosto, provocado por uma mordida de um garoto que a violentava, fato que gera uma algazarra no cárcere e a leva a ser expulsa da detenção a pontapés, voltando a perambular desvalida pelas ruas.

Após a morte de Fina Candinha, ocorrida no mesmo capítulo em virtude da ingestão, por acidente, de substâncias nocivas, ficamos conhecendo por intermédio do relato da velha Pamida sua trágica história de vida:

“– Fina era filha de gente-direita. Quando veio de Terra-Longe, uns tempos depois seu pai morreu de moléstia-de-peito, muito sangue pela boca fora e osso de espinhalinha embutido para dentro, derivado tosse e ronqueira. Fina herdou recurso que dava para viver um qualquer. Manécristino tomou conta dos teres dela; menininha era ainda franga de idade e parente. Depois Manécristino prometeu casamento e ficou morando com ela. Tudo, povo sabia, tintim-por-tintim. Quando Fina criou barriga, Mané já não tinha mais vontade de ir com ela no sagrado sacramento. Apareceu uma viúva da Somada, dona de terra e cabeça de vaca como areia. Então ele deixou Fina e pediu a mão de casamento da tal fulana da Somada, sem pecado nem soberba. Barriga de Fina cada dia mais enformada e coitadinha sem gôsto neste mundo, só a pedir para Manécristino casar com ela, para limpar a vergonha. Coisa vai, coisa vem e aquele desalmado bateu na barriga daquela desgraçada, com tranca de porta. Veio aborto e Fina ficou com

cabeça sem salvação. Por fim, ela, foi botada na rua, como qualquer cadela. Ninguém falou. Hoje Manécristino é dono de loja, terra de sementeira e tem cabeça de vaca e campo de pasto, e navio na costa, e tapume de gado como europa-de-mundo. Tudo quanto era de Fina ficou na mão de Mané.” (ROMANO, 1962, p. 204-205)

Já vimos como o grupo comerciário da região reage em face da situação instaurada na ilha. E como o grupo administrativo se posiciona? Policiais e capatazes como Lúcio são implacáveis com os desvalidos da fome, e quanto aos seus superiores hierárquicos, que constituem a cúpula administrativa da ilha? Vejamos o diálogo protagonizado por Mulato e Crioulo, representantes da administração local, no capítulo intitulado “Mulato”:

Ditador é um assombro, veja para estes que vão morrer porque já não prestam e ainda sorriem! – a ponta do indicador mostrava a gravura estrangeira que chegara no correio da manhã. São leprosos que vão ser eliminados em câmaras de gases. Magnífica mentalidade! Organismo perfeito, não há dúvida, meu caro!

Crioulo limpou os óculos e acenou com a cabeça, examinando melhor enquanto Mulato prosseguia: – Esta gentalha do Povoado precisava ser liquidada assim, uma vez que já não presta para nada; porque razão perde-se um tempo precioso com esse número avultado de cadáveres ambulantes.

– É verdade, está-se perdendo tempo e dinheiro com tanta imundície que nem já tem forma humana.

– A meu ver, remédio eficaz, seria uma boa metralhadora. Limpava-se a região de uma só vez, que a canseira compensaria tôda a maçada que tenho sôbre os ombros com estes trabalhos de salvação pública; – confirmou Mulato, dobrando a revista e avançando para a biblioteca, de onde convidou Crioulo a examinar os livros recém-chegados; – Tenho finalmente o “Jubiabá”, de Jorge Amado; uma maravilha!

– Oh! “Terras do sem fim!” – e Crioulo lia os nomes dos livros, soltando exclamações quando topava com um título conhecido. (ROMANO, 1962, p. 65)

De início temos as posições de Mulato e Crioulo em relação aos famintos, com uma mentalidade associada, no texto, ao regime fascista, indicado pela admiração que manifestam pelo “Ditador”, com sua mente engenhosa. A figura e a prática do Ditador remetem nitidamente ao nazismo de Hitler e ao genocídio dos judeus na segunda guerra, muitos dos quais foram

mortos em câmaras de gás. Tática semelhante à nazista é citada como a mais adequada para a situação das ilhas por Mulato. Para ele o extermínio em massa da coletividade faminta, com uma metralhadora no caso, é o melhor remédio para a situação.

Desse modo se caracteriza uma máquina burocrática desumana, com uma mentalidade assemelhada aos regimes fascistas que se instalaram em vários países do mundo ao longo, principalmente, da primeira metade do século XX. Em países como Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, cujas possessões ultramarinas também eram afetadas pelo autoritarismo institucionalizado, uma vez que estavam sob a mesma administração.

A semelhança dos governos fascistas da Europa, a máquina administrativa da ilha também reprime a liberdade de expressão do povo por intermédio do aparelho policial. Manifestações que vão de encontro aos interesses da classe dirigente são alvos de restrições e ameaças de cadeia e agressão. Ilustra tal aspecto a passagem da proibição, por parte da polícia, da canção entoada por Damatinha, que desfiava uma 'história da terra' em que "o sofrimento geral se ligava aos acordes que vibravam na essência de cada um" (ROMANO, 1962, p. 85).

A "cantiga de pretos", chamada assim pelo capataz Nhambabo³³, canção que ganha fama e se reproduz por muitas bocas, é proibida de ser tocada. Mas segundo as palavras da personagem Campina: "Nhambabo, não sabe que cantiga de preto é toda a vida de pretalhada passada na encordoadura de violão" (idem, 1962, p. 86). A personagem de nome Estudante explica que a música foi reprimida porque:

nessa canção você canta pela boca de todos, meu caro! Nela, sem saber, está narrando tudo quanto é sofrimento por cá e que os outros escondem. Estes tempos são de mentira e mascarada! Por isso é que o povinho a admira, por ser do povo, nascida de um impulso que reflectiu em si e achou acolhimento no sentir dessa sua gente irmã que anda pelas vielas a esmolar moinhas. (ROMANO, 1962, p. 91-92)

³³ "Patrão Reinol, europeu branco, estrangeiro rico" (ROMANO, 2000, p. 350).

Um aspecto que salta aos olhos na conduta dessa classe dirigente, representada por Mulato e Crioulo, é a influência de culturas estrangeiras, como a ideologia de cunho fascista e a literatura brasileira, que fascinam e inspiram os administradores públicos. Enquanto a realidade local, no caso a situação calamitosa dos ilhéus, provoca repulsa nessa classe dirigente, uma cultura estrangeira, que no caso da ideologia fascista se afigura nefasta para os famintos, lhe encanta profundamente.

Interessante é notar também a citação do escritor Jorge Amado feita por Mulato. Sendo um escritor que militou no Partido Comunista Brasileiro, chegando a integrar a bancada comunista na câmara nacional, o baiano Jorge Amado tem uma obra literária enquadrada numa linha social, voltada para captar as desigualdades nas relações de poder, para “fincar os pés na terra”. No entanto, sua recepção no contexto da Ilha sem Nome não anima a tomada de uma postura similar por parte de quem a recebe. Ao contrário, leva a que essas figuras influenciadas se afastem da realidade das ilhas e criem, inclusive, ojeriza a ela.

Outro aspecto relevante refere-se aos nomes dos representantes dessa classe dirigente, Mulato e Crioulo, nomes que referem uma condição étnica. O “Negro-de-Lábios-Grossos” que assume o papel de narrador do romance, principalmente por intermédio da personagem Campina, da qual falaremos mais adiante, vai referir o negro como uma das principais vítimas das injustiças sociais. Estaria sendo esboçado um panorama étnico e social da comunidade das ilhas? Um panorama que apresentaria uma pirâmide hierárquica étnica e social na qual o negro estaria ocupando a base? Deixemos essa questão para ser respondida mais adiante.

Com relação ao caráter dessas personagens, concordamos com Chalendar (1983) quando afirma que:

a redução dos personagens nas suas ações e nos seus propósitos. Longe de serem “subjetividades” desordenadas por entre tropismos contraditórios (...), as personagens de Luís Romano estão inteiramente dentro daquilo que fazem ou do que padecem. Por esta razão pode-se falar de “tipos”, visto que as características que as definem são estáticas e elas permanecem idênticas no desenrolar do livro. (CHALENDAR, 1983, p. 17)

O personagem Doutor, por exemplo, que aparece em capítulos como “A casa dos ossos” e “Doutor... silêncio” representa um contraponto à postura da classe dirigente personificada na figura de Mulato. Diferentemente de Mulato, Doutor apregoa a necessidade de empregar todos os esforços possíveis para salvar os famintos, o que é considerado por Mulato um desperdício, quando a solução mais eficaz seria uma boa metralhadora. Encarregado de acompanhar as vítimas da fome, internadas em um abrigo público, Doutor passa a conhecer o tratamento dispensado aos famintos. Debilitados e enfermos eles são alojados em condições precárias, recebendo uma alimentação a base de milho mal cozido que os leva, na maioria dos casos, à morte.

Doutor evoca o caráter humano dos ilhéus, no momento em que exorta Mulato, responsável pela administração do serviço de salvação junto às vítimas da fome, para a necessidade de se empregar o carinho na relação com os famintos, pois é “a lei humana. Um povo sentimental deve ser tratado também com sentimento. Não podemos remover de um dia para o outro o que gerações transmitem de séculos para séculos.” (ROMANO, 1962, p. 130). Por sua vez, Mulato alude a um caráter “animalesco” dos seus conterrâneos, lembrando que “No ano de canequinha, segundo dados estatísticos, houve cenas de canibalismo que por fim já nem espantavam o meio local” (idem, 1962, p. 131).

As divergências entre os dois chegam ao ápice do enfrentamento. Ao descobrir uma pilha de cadáveres de crianças junto com outras agonizantes em um dos compartimentos do abrigo, que mais lembra um campo de concentração, Doutor critica a postura de Mulato e a situação da ilha:

Fique sabendo, no entanto, este drama permanecerá por longos anos vivo no recôndito desses desgraçados que conseguiram escapar a calamidade da fome. De uma fome que nos dá a impressão de ter sido organizada para o desaparecimento de um povo. Provocada pelas estiagens e aproveitada pelos comerciantes e usurários e oportunistas. (ROMANO, 1962, p. 143)

Assim, Doutor aponta para a questão: a miséria que aflige os habitantes da Ilha sem Nome se deve apenas ao fator climático da seca? Ou se deve também, e principalmente, às desigualdades existentes no seio da sociedade?

No capítulo “Campina, o espanhol de Buenos Aires” ficamos conhecendo Campina, um imigrante argentino que vive nas ilhas a lastimar a condição da “pretalhada”, exortando sempre seus colegas a reagirem diante da opressão que os aflige, mesmo que seja na base do olho-por-olho, dente-por-dente. Vejamos o diálogo entre Campina e Rufino:

– Carago! Um homem chorando é coisa triste, – dizia Campina, o espanhol que viera de Buenos Aires.

Rufino voltou-se para êle: – Campina, penhora ficou com minha casa e aquele desalmado desonrou minha filha.

– Você não deu parte?

– Dei parte, mas vou pagar todas as despesas da justiça e ainda disseram que eu estava faltando à verdade.

– Punheta! Até me esqueci que você é preto. Rufino, prêto não é gente. Preto é cachorro que o mundo manda calar com porrete e pedrada.

– O que sei é que perdi casa e minha filha está segura, de filho no ventre, por via de criatura sem alma nem consciência.

– Rufino, você é preto. Preto quer dizer inferior. E tem cuidado porque se falar muito alto ainda apanha cadeada. (ROMANO, 1962 p. 53)

Campina sugere a Rufino que lave a “honra com sangue”, assassinando o homem que deflorou sua filha, que os homens reúnam-se e se vinguem do capataz Lúcio. Possuindo outra experiência social, Campina alude à postura dos argentinos que “ficam com seu direito a força” em comparação com a da “pretalhada” da ilha, que vive debaixo de chicote, como na escravidão. A religiosidade se apresenta sempre como uma justificativa para a não reação violenta contra as injustiças sofridas.

Campina, dessa maneira, acaba esboçando uma espécie de raio x do contexto da ilha, das causas do infortúnio da “pretalhada” e dos caminhos a serem tomados para o enfrentamento desses problemas. Ele também esboça um panorama étnico e social importante nesse cenário:

– Meu patrão dizia que preto pobre é que faz branco rico. Na razão dele, toda raça de preto devia unir e obrigar branco a pagar melhor, porque para cada cem trabalhadores no pesado, está um branco ajuntando dinheiro na gaveta, para depois ir gastar na farra. Que dono de fábrica compra vaporinho pintado

de azul, vai correr mundo gastando dinheiro sem conta, compra casa de altura de rocha, tem vida de rei, tem mulher de toda a casta para gozar, tem tudo no meio de largueza enquanto trabalhador fica na fábrica morrendo de poeira de fazenda e canseira, com nariz entupido e ronqueira na boca do peito. Seja fábrica, seja mina, seja campo, todo dinheiro é para patrão aproveitar na sua vida de rei, esquecendo que mundo é para toda a gente e cada um deve viver conforme sua necessidade e seu trabalho. Por isso que meu patrão discutia e que foi morto de bala. Homem direito! Coitado! Aqueles desalmados deram cabo dele porque olhava para quem não tinha ajuda. Nesta razão é que morreu.

Infelizmente esta terra não tem gente que sente pena de coitadinho. Aqui, pretalhada que pede esmola é comida de chicote de quem tem poder, até morrer como barata. Quem manda é quem tem loja e milho branco na sacaria para trocar horta por coisinha de comida. Meu patrão dizia que era penoso ver irmão brigando contra irmão. Sim, aqui é tudo pretalhada. Quem tem govêrno na casa e loja com prateleira cheia de fazenda, passa logo a ser considerado como branco, mesmo se côr dele for mais escura que cinza de carvão. (ROMANO, 1962, p. 100-101)

Campina alude a uma divisão étnica e social existente nas ilhas: quem manda e quem é comida de chicote, quem é preto e quem é 'considerado' branco. Esboça-se aí uma estrutura social onde os que detêm algum poder – comerciantes e classe dirigente – não “sentem pena de coitadinho”, onde existe uma oposição entre o branco e o preto, onde “Quem tem governo na casa e loja com prateleira cheia de fazenda, passa logo a ser considerado como branco” (idem, 1962, p. 101). A “pretalhada” aparece como uma categoria étnica e social inferiorizada por uma elite “branqueada”.

Mulato e Crioulo seriam tipos dessa situação. Apesar de mestiços, suas preferências ideológicas e hábitos são “importados”, o que os faz nutrir um profundo desprezo pelo povo e pela condição da ilha, mas sempre se aproveitando da posição que ocupam numa terra em “que preto pobre é que faz branco rico” (ROMANO, 1962, p. 100) e o defloramento de virgens é coisa vulgar, “principalmente quando se trata de uma crioula” (ROMANO, 1962, p. 67).

Essa “pretalhada faminta” justifica, no decorrer do romance, sua não reação diante dos maltratos e sofrimentos sempre com a justificativa religiosa.

Reagir com rigor frente à violência sofrida constitui um grave pecado, ‘Deus está no céu vendo’, cabe a Ele tomar as providências que julgar necessário. Os seus opressores estão sempre próximos das manifestações religiosas, Comerciante é um assíduo participante das procissões católicas, onde pode acompanhar o desfile de sua “coleção de cabaços”, assim como escolher as próximas vítimas.

Essa faceta da população, isto é, a religiosidade que caracteriza a única tábua de salvação face às injustiças e calamidades, é apreciada pelo personagem Zula. ‘Louco’, Zula perambula pelas ruas da Ilha sem Nome vociferando discursos calorosos, não sendo impedido de fazê-lo em virtude de sua condição mental. Como procede ao interromper o sermão de Santo:

Embora cercado, Zula equilibrou-se no cume do penedo, inacessível a qualquer outro, sem risco de vida, e prosseguiu, agora em altos gritos de um autêntico demente: – Povo crioulo e ignorante, não é reza que pode salvar o mundo. Só a boa ação de cada um de nós, posta num plano coletivo e progressivo conseguirá melhormente mudar a vida em geral, com benefícios iguais. O homem que confia nos anjos que não vê, porque nunca existiram, é um irresponsável. Não é mais que um fraco que não tem coragem de reagir perante a luta, a adversidade, e lança tudo sob a proteção desses fantasmas que a idolatria criou. Santo manda orar para que Deus salve o mundo. Neste caso nós somos uns criminosos sem culpa, sofrendo o abuso de um Deus que exige alimento em forma de rezas que devemos dizer para não sermos castigados? Qual é a culpa dos meninos e dos velhos que estão morrendo pelos vales e ladeiras? Qual é o pecado de tantos desgraçados que ficam com a carne esfarrapada pela brutalidade dos chicotes dos mandões daqui? É isso que Deus quer? Não. Esse Deus de Santo é um nojento canibal; um comedor de crianças e doentes. Dos ricos, não precisa. Dos morgados, dos comerciantes e dos poderosos ele não tem falta. O estômago dele só aprecia a pele dos que morrem de fome ou disenteria. Por isso digo que ele é um nojento canibal. Povo crioulo e ignorante creio num Deus superior. Naquele que devia estar no íntimo de cada homem. Que não precisa de penitências e deseja somente a união de todos na prática da bondade, na sementeira do alívio para que uns não morram pelos caminhos, como seres inferiores, ao desamparo, e, outros não façam banquetes a custa do mais fraco, sendo todos da mesma espécie, todos do mesmo tronco humano. Acredito que em cada um de nós existe uma partícula divina. O nome dela é Amor-União-Liberdade. O resto é manobra do homem para enganar o próprio homem. Para mim, Santo, que aí está a falar-vos de coisas impossíveis não é mais que um homem desonesto, vestido de mulher, a entorpecer a faculdade de pensar, e enfraquecendo as naturezas debilitadas, incutindo-

lhes na ideia um pavor imaginário de um Deus-carrasco que não existe. O melhor Deus do cavador é a enxada com a qual ele prepara o pão de cada dia. A melhor reza deve ser o afeto fraternal do homem para o seu semelhante. O resto é organismo cnicamente interesseiro. (ROMANO, 1962, pp. 190-191).

A instituição religiosa é, dessa forma, desmascarada pelo louco Zula, o qual mostra que “A religião é, para esses pobres, o manto ideológico que abafa os conflitos de classe” (CHALENDAR, 1983, p. 24).

Com isso, substitui o discurso unificado do religioso por uma crítica profunda da sua influência sobre as massas, repetindo assim, de uma forma mais lírica, as teses de Campina. Ele amplia-as, evocando o passado doloroso da África inteira, colocando todas as suas esperanças na juventude que terá a missão de edificar uma sociedade onde a exploração do homem pelo homem será para sempre abolida. (CHALENDAR, 1983, p. 27)

Juventude que é tipificada no romance pela personagem Estudante. Estudante configura, por intermédio de suas atuações exemplares no seu respectivo ambiente de atuação, uma leitura crítica da inserção do jovem em uma sociedade desigual. Vejamos o diálogo entre Estudante e Campina:

Campina bebeu uma rasada e sentou-se. Estudante sorriu: – você foi um herói, Campina! Mande os papéis à fava. Sua vida é que interessa e ela tem muito que contar. (...)

– Campina, eu gostaria de ser como você, ter uma história para contar também, – disse Estudante voltando-se para o espanhol.

– Que, não diga isso rapaz. Você tem pai que tem dinheiro como areia. Você é nosso amigo, é agora que ainda não é nada. Quando tirar sua carta de doutor, com óculos nos olhos, ganhando dinheiro num dia, que eu não ganho num ano, também vai esquecer de seus amigos pretos, de padecimento de pretalhada para mandar e desmandar, como poderoso daqui está fazendo todos os dias. Estudante, a vida é assim: hoje tudo é irmão, quando um não é mais do que o outro. Amanhã volta uma grande pessoa e vem mandar(...)

– Campina, você está enganado. Gosto de estar convosco para me sentir mais terra-a-terra. Quando for alguém hei-de fazer algo para melhorar a existência dos necessitados.

– Que não diga uma coisa dessas, rapaz! Quem nunca sofreu, tem comida na hora, tem casa farta e tudo quanto, na largueza,

não pode gostar de quem vive na falta e trabalhar do coração para aliviar gente-de-cor; é impossível!

– Mas, eu tenho consciência, Campina!(ROMANO, 1962, p. 101-102)

O jovem, tipificado na figura de Estudante, representa a tomada de consciência diante das mazelas sociais, além de configurar um modelo de atuação ‘ideal’ diante dos conflitos nos quais estão inseridos³⁴.

O último capítulo do romance intitulasse “Até que tudo caiu no esquecimento”.Ele alude à relação entre estrangeiros e ilhéus, referindo o oportunismo de muitos que vêm à Ilha sem Nome enriquecer a custa do povo crioulo, da ilha “Sempre madrasta para seu filho crioulo” (ROMANO, 1962, p. 333) e “Um Brasil para gente de fora” (ROMANO, 1962, p. 332). Como acontece com uns Brancos que chegam à ilha e, em troca de alguns tostões, fotografam os ilhéus, buscando registrar sua miséria.

As fotos tiradas pelos brancos estrangeiros, segundo a personagem Antonino, serviriam para mostrar um retrato unívoco do povo crioulo, um retrato que mostrasse uma realidade onde as criaturas são todas iguais, sem distinção “que tudo é negraria suja” (ROMANO, 1962, p. 328). Os Brancos, então, vendem as fotos no exterior e ganham muito dinheiro mostrando a realidade da Ilha sem Nome, que seria a da própria África e do mundo dos negros (p. 327). Aparece ai uma denúncia do reducionismo no qual é enquadrado o continente africano e a própria Ilha sem Nome, captada por lentes estrangeiras.

O romance termina com um epílogo em forma de poema.Epílogo assinado pelo “Africano”, que quer ser pedra “para não pensar/para não sentir./Oh visão sangrenta/mancha cinzenta/cor do meu tédio”, que deseja “ruas sem mãos encanecidas/sem gritos, sem gritos (...) montanhas vivas sem bocas deformadas dos aflitos” (ROMANO, 1962, p. 336-337).

Assim, termina o romance do povo da Ilha sem Nome. Uma ilha crioula, portadora de uma cultura, de uma identidade peculiar, onde a cor da pele,para

³⁴ Autores como Pires Laranjeira entendem que essa representação do jovem é característica da produção africana, simbolizando “o triunfo do novo sobre a velha tradição e sobre a dominação colonial”. (LARANJEIRA, 1995, P. 128).

além do seu conteúdo étnico, adquire também conotações sociais, dentro de uma estrutura de classes desigual.

2.1 O mundo que o mulato criou

No que concerne à identidade étnica e social dos habitantes da Ilha sem Nome, *Famintos* apresenta também uma espécie de metalinguagem em relação ao fazer literário e ao próprio exercício artístico. No capítulo intitulado “Mulato” – onde ficamos conhecendo os representantes da administração local, Mulato e Crioulo – o papel da literatura, e o da arte em geral, frente a questões sociais é posto em discussão. Nesse capítulo, o narrador “Negro-de-Lábios-Grossos” usa menos da palavra, deixando que as personagens falem por si mesmas. Dessa forma, elas utilizam uma linguagem bastante direta, sem preciosismos ou metáforas, seus posicionamentos são didaticamente explicitados por intermédio de seus discursos.

Mulato e Crioulo apresentam uma relação muito estreita com o fascismo, do qual são admiradores e de onde buscam inspiração para administrarem a Ilha sem Nome, e também com as artes, principalmente com a literatura. Após se inteirarem das notícias da guerra e dos feitos do ‘Ditador’, os dois se voltam para os romances de Jorge Amado, que recebem pelo correio e em seguida vão admirar e fazer ponderações acerca dos desenhos realistas de Mulato.

No diálogo, dois romances de Jorge Amado são citados pelos interlocutores: *Jubiabá* e *Terras do Sem Fim*, obras que para eles eram verdadeiras “maravilhas”. A citação das obras chama a atenção por seus conteúdos: *Jubiabá* apresenta um protagonista negro e pobre, Antônio Balduíno, e uma marcante problematização das relações étnicas e sociais, a partir do homem negro que sempre buscou na malandragem uma resistência às injustiças do meio, oriundas do tempo da escravidão, e que descobre na luta sindical organizada uma nova forma de luta e de relação social, num contexto onde a miséria e o movimento de classe igualam negros e brancos; *Terras do Sem Fim* traz uma crônica da formação das cidades do interior da Bahia, que surgiram sob a economia cacaueteira, apresentando toda a violência presente nas estruturas sociais, num romance protagonizado pelo coletivo.

A mensagem dos romances sociais do brasileiro Jorge Amado, a despeito de maravilhar Mulato e Crioulo, não os sensibiliza a respeito dessa questão social e étnica, tão didática nas obras. Eles apresentam uma sensibilidade artística, tanto para apreciar como para produzir arte, como mostram os desenhos de tendência realista que eles acompanham, admirando a “audácia dos modernos artistas que através de um sem número de temas ou casos, nos (...) evidenciam a necessidade superior do homem compreender os dramas do seu semelhante” (ROMANO, 1962, p.66). No entanto, a mensagem política do autor brasileiro teria um efeito junto à sensibilidade dos administradores da Ilha sem Nome diverso daquele que o Negro-de-Lábios-Grossos pretende no romance do povo da ilha, como expôs na carta com que abre *Famintos*.

Para além da discussão em torno da função da arte na sociedade, nos deparamos nesse ponto com uma crítica ao papel da literatura no processo social e político da Ilha sem Nome e à geração literária dos claridosos. A literatura, tão presente no processo de construção de uma autonomia cultural e política e que Luis Romano usou como arma de luta contra as desigualdades sociais e o fascismo, no contexto da Ilha sem Nome caracteriza-se por uma literatura estrangeira que maravilha sua classe dirigente, a despeito de sua mensagem social. E não se trata de qualquer literatura, é uma literatura estrangeira nomeada, a brasileira do escritor Jorge Amado, um dos expoentes do Regionalismo brasileiro de 30, que tanto influenciou o surgimento da moderna expressão literária cabo-verdiana³⁵ justamente por seu projeto de fincar os pés na realidade nacional, com todas as suas cores, dramas e sotaques.

Em *Os Flagelados do Vento Leste*, por exemplo, a temática da seca e da miséria decorrente da escassez marca todo o romance. A fome, moléstias, desumanidade e a tragédia humana dos ilhéus são retratadas na obra, divergindo de *Famintos* no tocante à crítica às estruturas sociais, bastante contundente no trabalho de Luis Romano. No romance de Manuel Lopes o foco principal recai na tragédia natural e nas idiosincrasias do povo ilhéu.

³⁵Ver Semedo (2001).

Da mesma forma que o romance não trata de uma literatura qualquer, também não trata de um grupo receptor qualquer. Mulato e Crioulo apresentam um comportamento que permanece idêntico do início ao fim, eles poderiam ser resumidos em algumas características definidoras de suas personalidades, a exemplo de todas as outras personagens de *Famintos*. O narrador do romance se furta à tarefa de caracterizá-los e deixa que eles exponham por si mesmos suas aptidões, mentalidades, influências e atitudes: as relações com as artes, admiração pelo Ditador e por Jorge Amado, o prazer em colecionar ‘cabaços’ e o desprezo pelos famintos. Daí podermos falar de Mulato e Crioulo como personagens tipos, que representam um grupo, uma faceta da sociedade ilhéu.

As personagens de *Famintos*, dessa forma, procuram nos comunicar com uma realidade existencial, com “casos que ficaram desfeitos pela mentira” (ROMANO, 1962, p. 11), uma vez que são marcados por traços que os vão caracterizar ao longo de todo o romance. Num trabalho em que a memória, a observação e a imaginação, ou postura ideológica, do autor participam da construção dessas personagens.

A função e a condição étnica de Mulato e Crioulo representam uma situação da Ilha sem Nome. Afinal, sem uma função especificada no romance, eles são a classe administrativa da Ilha, e uma classe administrativa mulata, crioula, como denuncia seus respectivos nomes/rótulos. Uma classe administrativa crioula que despreza a “pretalhada faminta” da ilha, numa terra em que “é tudo pretalhada. [mas] Quem tem govêrno na casa e loja com prateleira cheia de fazenda, passa logo a ser considerado como branco” (ROMANO, 1962, pp. 100-101), onde o remédio mais eficaz em face da miséria seria “uma boa metralhadora”.

Famintos, portanto, põem em evidencia “o conflito de ser negro e cabo-verdiano diante de um discurso oficial de mestiçagem que atravessa a identidade do país e a acompanha desde meados do século XIX” (RISO, 2013, p. 9). Discurso que ganhou fôlego com a geração literária dos claridosos, (1936), os quais tinham como modelo a moderna literatura do irmão atlântico, Brasil. Assim, Luis Romano imprime em seu romance do povo cabo-verdiano algo que provavelmente entendia faltar na estética claridosa: a denúncia e a reivindicação étnica atrelada aos problemas sociais e políticos da ilha.

As cenas e os tipos humanos que foram apresentados ao longo do romance por um narrador que, como afirma no poema-carta inicial, quer reter a sensibilidade do leitor, conformam um quadro, um panorama de uma região, a região da Ilha sem Nome. Terra inóspita, terra de negros, brancos e mestiços, terra marcada pela seca, pela escassez, pela fome, pelas desigualdades nas estruturas sociais e pelo preconceito de classe e de cor.

Portanto, a narrativa que faz o “Negro-de-Lábios-Grossos” esboça o perfil de uma sociedade em processo de desumanização – e até de animalização, recurso fartamente utilizado pelo narrador – perante a fome e as desigualdades que a marcam. Antagonizando dois grupos: um em processo de empobrecimento por conta da calamidade climática “uma pretalhada faminta”, convertida em mão de obra barata, plataforma de ascensão social e objeto sexual de uma classe dirigente branqueada e extremamente insensível.

Emerge, assim, do “romance de um povo” uma leitura na qual um narrador que se denomina “Negro-de-Lábios-Grossos” retrata o panorama histórico, geográfico, climático, cultural e político da Ilha sem Nome, utilizando recursos, a exemplo do exagero, do grotesco e da tipificação de tipos humanos, como elementos de aferição crítica da realidade circundante. Erigi, assim, uma identidade étnica e social dos habitantes da Ilha sem Nome.

3 OS BRUTOS – UMA CRÍTICA SOCIAL DO SERIDÓ³⁶

Publicado em 1938, o romance *Os Brutos* nos é transmitido por intermédio de um narrador personagem. Narrador que a princípio aparece em primeira pessoa, mas que no decorrer da narrativa vai apresentando também aspectos de terceira pessoa. Fato que demonstraseu caráter complexo, tornando questionável uma classificação unívoca que se faça do foco narrativo. Ainda mais quando entendemos que, a respeito das categorias que conformam uma tipologia do narrador:

trata-se sempre de uma questão de predominância e não de exclusividade, já que é difícil encontrar, numa obra de ficção, especialmente quando é rica em recursos narrativos, qualquer uma dessas categorias em estado puro. (CHIAPPINNI, 1991, p.26)

O jovem Sigismundo é o narrador de *Os Brutos*, narrador esse que, a exemplo do que se verifica em *Menino de Engenho*, pode ser visto, também, como um alterego do autor José Bezerra Gomes. Sigismundo é filho de pequenos proprietários de terra, cultivadores de algodão, principal produto econômico do sertão nordestino em inícios do século XX, que vivem na pequena Vila de Currais Novos, lugar onde a trama do romance se desenvolve. Enquanto os pais de Sigismundo residem no sítio Alívio, cultivando algodão, ele mora na zona urbana de Currais Novos, na casa dos tios Abdias e Maria, transitando assim entre o meio rural e o urbano, bem como entre os vários tipos e situações que os marcam.

O romance inicia com a descrição geral de como se encontra essa paisagem campesina e citadina, onde vivem os tipos humanos da vila de Currais Novos do início século XX.

³⁶ Microrregião do Rio Grande do Norte, o Seridó, de acordo com Macêdo (2012), emergiu enquanto um objeto de saber, dotado de uma dizibilidade e uma vizibilidade pelas suas elites, não sendo “um dado a priori da natureza, mas um espaço construído histórico e culturalmente por meio das tessituras e práticas discursivas num dado tempo social.” (MACEDO, 2012, p. 221). O seridoense configura uma identidade regional dentro do Estado do Rio Grande do Norte.

O Seridó estava cheio de barreira a barreira. Na Rua do Rio, a água estava entrando nas casas. O açude do Governo tinha sangrado e a água subindo, subindo.

Há dois dias e duas noites que chovia sem parar em Currais Novos. (...)

E o Seridó chegou com outra cheia. Estava escuro de tudo e o povo foi ver assim mesmo. Havia trazido um farol e a sua luz alumia longe, na correnteza barrenta, da cor de barro, levantando remansos rio abaixo.

(...)

Agora eram os algodoeiros que estavam florando e acasulando nos roçados. Fazia gosto se dizer como renascia na força e na esperança da safra. Algodão na folha estava dando um preço e haviam soltado tanto dinheiro nas feiras de Currais Novos que um homem das bandas da Zagareia tinha lavado o cavalo com cerveja e acendido um charuto com uma nota de cem mil-réis.

Seu Tota Alves tinha chegado de Natal com muito dinheiro tirado dos bancos, e o automóvel que tinha comprado para suas viagens de negócio ainda estava parado na porta do escritório. Jesus, o chofer, debruçado na roda da direção, gozava orgulhoso o povo olhando admirado para o carro. (GOMES, 2011, p. 13-14).

O cenário descrito é de fartura, a chuva enche de barreira a barreira o Seridó. A produção algodoeira, por consequência, é abundante, repercutindo positivamente para a economia local, afinal “Algodão na folha estava dando um preço” e em decorrência disso “tinham soltado tanto dinheiro nas feiras de Currais Novos” (idem, 2011, p. 13). Seu Tota é um dos que mais se beneficia com a valorização do algodão, principalmente com a especulação em torno do negócio. “Comprar algodão na folha era o mesmo que arrancar botija e não sabia mais o que possuía, tanto possuía”(GOMES, 2011, p. 20).

O patrimônio acumulado confere a seus detentores um lugar de prestígio dentro da sociedade. Lugar esse que seu Tota aproveita para aumentar seu pecúlio, enquanto o chofer Jesus aproveita o prestígio de ser o único a dirigir um automóvel na vila, afinal “Ninguém por ali (a não ser o patrão) tinha automóvel e Jesus, que havia vindo como chofer, sabia tirar disso o proveito que podia tirar” (GOMES, 2011, p. 14), sendo assim “O chofer não chegava para quem queria e tinha uma namorada em cada ponta de rua e mulheres vadias no Aterro e por onde ia passando no automóvel” (GOMES, 2011, p. 14).

O sucesso com as mulheres de Jesus perdura até que alguns filhos de famílias mais abastadas regressam dos estudos realizados em outros Estados, a exemplo do Dr. Anor, formado em direito, recebido na cidade com uma edição especial do jornal local, com sua fotografia na primeira página. Com isso “As moças agora viviam atrás do Dr. Anor. Não ligavam mais para o chofer e o chofer distraía a sua tristeza bebendo e fazendo serenatas” (GOMES, 2011, p. 38). Sem a mesma atenção das namoradas e das mulheres do Aterro, Jesus acaba fugindo no automóvel do patrão com uma de suas amantes, a filha do juiz Dr. João.

Aterro, ou Rua do Aterro, é a zona de baixo meretrício da vila de Currais Novos que, aliás, reproduz nome e características de um lugar que realmente existiu na vila, hoje cidade, de Currais Novos. O olhar do narrador personagem vai captando, então, os lugares, os passos e as atitudes das outras personagens. Seu olhar “segue” o chofer até o hotel, onde este faz a barba, toma banho, janta e quando ia sair “lembrou de assistir a grande estreia de um circo que tinha chegado e estava no largo da igreja” (GOMES, 2011, p. 15). No circo:

Muito antes de começar o espetáculo já estava repleto e com a lotação esgotada. A família de seu Vivaldo e outras famílias sentadas nos camarotes, em redor do picadeiro. E Jesus, que tinha entrado, sentou-se nas cadeiras, perto das moças. (idem, 2011, p. 15).

Nesse local o olhar muda de foco, passando a incidir também em outros habitantes da vila de Currais Novos:

Também estavam sentados no meio das famílias seu Barão e a mulher, que namorava com os homens na vista do marido. As mulheres da vida do Aterro eram mais fiéis aos seus homens e muitas pertenciam a um homem só como Rica de tio Lívio. Eram putas, moravam de casa aberta, mas respeitavam mais os seus amores do que ela, que era casada no padre e na igreja. (GOMES, 2011, p. 15)

As ações, as atitudes públicas e privadas, bem como os pensamentos dos habitantes da vila de Currais Novos não são segredo para Sigismundo. De

seu Barão e da mulher o olhar de Sigismundo desvia para Rica, que também se encontrava no circo. “Rica era uma mulher da vida que tio Lívio tinha de casa montada no Aterro e que andava na seda e pisando duro nas ruas de Currais Novos.” (GOMES, 2011, p.16). A amante do tio exerce um fascínio no jovem narrador, assim como a própria vida do tio que “Uma vez chegou mesmo a me arrastar ao Aterro para ela me conhecer. Eu vivia me gabando de que já era homem e aproveitou a oportunidade para me levar”(GOMES, 2011, p.16).

O olhar de Sigismundo também incide bastante sobre sua família. O tio Lívio com sua vida desregrada e sua amante da Rua do Aterro, que desagrada aos demais parentes, é alvo de admiração por parte do jovem. O mesmo não se verifica com tia Maria e tio Abdias, que tomam conta do narrador na zona urbana da vila, uma vez que seus pais residem na zona rural.

Na zona rural também residem os avós, Totônio e Zefinha. O Pai Totônio, como é chamado, desempenha o papel de patriarca da família, mesmo com suas faculdades mentais já apresentado sinais de debilidade. Demite os seus trabalhadores por qualquer motivo e em seguida, esquecido do que acabou de fazer, os manda chamar de volta. Além de Lívio, outros parentes de Sigismundo, a exemplo do tio Dino, também são motivo de desgosto para o Pai Totônio: “o que mais atormentava meu avô era tio Dino, o filho mais moço, que tinha ido estudar no Recife e voltava com exames perdidos e assobiando tango argentino”(GOMES, 2011, p.61). Outro tio, André, sucumbe após sofrer uma rejeição amorosa em Natal, já que se sua noiva “se escondeu, rindo-se, com as amigas, do seu sertanejo, que não sabia andar na cidade e atravessar uma rua cheia de gente, atrapalhado e afogado nas roupas mal cortadas que fizera para ir vê-la.” (GOMES, 2011, p.63), de volta ao sítio “Acharam o corpo pelos urubus.”(GOMES, 2011, p.63).

O tio Lívio acaba acometido por “doenças da vida” e uma crise de ciúme de sua amante, Rica. Acamado por alguns meses na casa do irmão Abdias e da cunhada Maria, Lívio sofre com moléstias “da vida” e com reumatismo, mas o que choca Sigismundo parece alegrar sua tia Maria, “Era a alegria de ver tio Lívio naquele estado, podre e comido de doenças do mundo, mesmo como desejava vê-lo: um aleijado pelas suas putas.” (GOMES, 2011, p.22).

A depauperação física e emocional de Lívio o leva a um desfecho trágico, “Vivia brigando com Rica, desconfiado de que a puta o traía com Jesus e a matou dormindo com uma facada no peito” (GOMES, 2011, p.36). Preso pelo assassinato, Lívio sofre com o desamparo da família, o pai e patriarca da família, Totônio, mesmo sabendo da prisão do filho não o vai visitar e nem permite que a esposa o faça, visto as atitudes do filho sempre o terem desagradado. O tradicional amor patriarcal do sertão seridoense não é tão benevolente com filhos desobedientes.

Os tios Abdias e Maria cuidam de Sigismundo na cidade. No entanto, enquanto o tio passa o dia trabalhando em uma farmácia, sua tia dedica-se ao trato da casa e do único filho do casal, Aldair, que “sucumbia numa prisão de passarinho engaiolado. Não saía um minuto de debaixo dos olhos de minha tia.”, que “Vigiava o filho até quando o menino ia fazer as suas necessidades” (GOMES, 2011, p.18), Sigismundo é tratado com descaso “Saía e voltava à hora que queria e não faziam caso”(GOMES, 2011, p.18).

Pernambucana de nascimento, a tia Maria casou com o tio Abdias quando este cursou Farmácia em Recife. Ao vir morar na Vila de Currais Novos não se cansava de maldizer a terra e a família do esposo, tratando o filho com rigidez. “E tia Maria não era assim só com o Aldair. Era com todo mundo. Tratava mal até a pobreza e fazia conta até do resto da comida que sobrava da mesa” (GOMES, 2011, p.18).

Tia Maria era uma mulher triste mas tinha um dia de alegria. Era quando era Quinze de Novembro e as aulas do grupo se encerravam. O salão do grupo ficava cheio de flores que ela mesma enfeitava junto com as meninas. Era a primeira pessoa que chegava. A música ainda não tinha chegado, os outros pais não tinham trazido os filhos, ela já tinha levado o filho, que ficava sentado onde ela o deixava, com os seus cachinhos compridos de boneca de louça.

Os meninos iam vindo todos de branco e as meninas de blusa branca e saia azul. Os pais vinham também para assistir. Dona Pureza trazia os três filhos: duas meninas e um menino que era o primeiro da classe e que lia corrente os jornais e escrevia bilhetes para a mãe assinar. Todo ano tirava medalha de ouro e era quem declamava a *Pátria*, uma poesia de Olavo Bilac, (...) que ele recitava todinha sem perder uma vírgula e a entonação da voz (...). (GOMES, 1998, pp. 32)

Mais que um aspecto pessoal da tia Maria, Sigismundo descreve o comportamento, a mentalidade da sociedade em que vive:

Os presentes, quando ele terminava, batiam palmas. Dona Pureza, gorda e risonha, recebia felicitações. Os outros pais olhavam para ela sentindo inveja. E Dona Pureza pensava então que era a mulher mais feliz da terra, assim recebendo aplausos pelo filho, que era o primeiro da classe no aproveitamento e no comportamento.

Vinham os outros meninos e recitavam outras poesias. Era um dia de felicidade para todos os pais de família de Currais Novos. Os que não tinham filhos no grupo traziam os filhos assim mesmo para que vissem como a educação era bela. (GOMES, 1998, pp. 32-33)

As ações e os sentimentos dos demais são captados pelo olhar do personagem narrador, que descreve tanto o esmero de tia Maria ao enfeitar o salão do grupo, quanto à inveja sentida pelos pais em relação a Dona Pureza, que pensava que era a mulher mais feliz do mundo, isto é, nem os pensamentos das demais personagens é segredo para o narrador. Da descrição de individualidades Sigismundo vai à descrição da totalidade social, afinal “Era um dia de felicidade para todos os pais de família de Currais Novos”.(GOMES, 2011, p.33).

Sociedade essa emblematizada pela passagem que trata do conflito existencial vivenciado pelo personagem João, ajudante de missa na paróquia do lugar. Atormentado pelas suspeitas sobre si de ser virgem e, por conseguinte, conforme a mentalidade reinante local, com possíveis propensões ao homossexualismo, decide provar a masculinidade tendo relação sexual com uma prostituta da Rua do Aterro:

(...) o sacristão tinha um desgosto na vida. Os rapazes diziam que ele nunca tinha feito e lhe chamavam de “Zé Munheca”. Vivia moído por dentro com o apelido que a rapaziada lhe botara e estava resolvido a afastar aquela suspeita da sua vida de moço solteiro. (...)

E uma noite, quando as ruas estavam bem cheias, saiu da casa do padre, disposto (...) Avistou de longe o Aterro (...) A primeira casa que viu entrou. Tinha duas mulheres sentadas à porta, no batente (...) Viu que uma das mulheres por que tinha passado entrou atrás e disse que o quarto dela era o outro (...) Olhou a rede esperando armada (...) Ai o jeito que teve foi se

chegar para a beira da rede e se deitar também.(...) o seu corpo frio encontrou o corpo em brasa da puta.

Levantou-se e se vestiu tremendo de alegria (...)(GOMES, 2005, pp. 24 a 26)

As ações, emoções e pensamentos de João são conhecidos e descritos pelo narrador, que depois de expor as expectativas e a experiência do sacristão apresenta-nos suas sensações depois do ato consumado, assim como suas perspectivas para os dias seguintes:

Pouco lhe importava que a puta com que tinha estado estivesse doente. Até gostaria que estivesse e ele ficasse também. Andaria então de pernas abertas pelas ruas de Currais Novos e todos ficariam sabendo por que era que estava doente e amarelo.

A sua vontade era tanta que já se imaginava doente, com uma íngua na virilha, caminhando coxo, apoiado numa bengala. E quando passasse na porta do bilhar? Exibiria o mais que pudesse que estava doente, que era um homem e que também fazia o que os outros faziam. E quando os conhecidos lhe perguntassem: – Algum mal jeito na perna, seu João? – Haveria de responder: – Não. São coisas da vida. (GOMES, 2005, p. 26).

Esse fragmento é emblemático pois, concordando com Nei Leandro de Castro:

O episódio (capítulo 6) em que o sacristão vai à procura da descoberta do sexo é memorável. Em apenas três páginas o autor mostra o perfil psicológico de sua aldeia, onde a população traz sob suspeita o rapaz solteiro cujo prazer maior ele encontra na hora da elevação da missa aos domingos. O microcosmo de Currais Novos é a projeção do mundo. (LEANDRO DE CASTRO, 1998, p. 10)

A questão da sexualidade envolvendo o sacristão João, e que também perpassa outros personagens a exemplo do próprio Sigismundo, é tão saliente no romance que levou autores como Furtado (2010) a perceberem-na como uma possível explicação para o título de *Os Brutos*. Isto pelo fato de que seria “a falta de capacidade para refletir sobre seus próprios valores que fazem desses habitantes de Currais Novos dos anos 1930 serem brutos” (FURTADO, 2010, p. 94-95).

Depois de quase três anos Sigismundo regressa para a companhia de seus pais, Cipriano e Branca, no sítio Alívio. O Alívio consistia em uma porção de terras que o pai de Sigismundo tinha herdado de seu avô e feito delas um sítio. Perdulário no jogo, Cipriano “estava devendo a seu Tota. Tinha lhe tomado trinta contos para tratar da safra e acabar o açude e dado o Alívio em garantia. (...) tinha empregado nelas o trabalho de dois anos.”(GOMES, 2011, p.43).

No Alívio, Sigismundo trava contato com um novo ambiente e com seus habitantes, além dos pais passa a conviver também com os moradores do sítio e os trabalhadores alugados. Trabalhadores como Chico Cacheado, que tinha vindo do Juazeiro do Padre Cícero. Chico Cacheado “Sabia de tudo que era imoralidade” (GOMES, 2011, p.47) e punha seu jovem aprendiz a par de tudo, era um substituto a altura para o tio Lívio.

Cacheado passa a incitar Sigismundo a “experimentar mulher”, pois já estaria no tempo, e interpela seu jovem interlocutor, a quem chama de doutor, “– O Doutor pra que não passa nos peitos as filhas desse Damião? Estão doidas para achar um...” (GOMES, 2011, p.47). As ‘aulas’ do cabra Cacheado, como as chama Sigismundo, o instigam muito, a ponto de ele investir na realização dos ensinamentos do ‘professor’. Com a filha de Damião não funciona, pois ela repreende Sigismundo e ameaça de contar para Branca, mas com outra moradora do sítio, a jovem Maria Menina, o resultado é diferente: “Pastorei duas vezes e, num meio dia de sol tinindo, vi Maria entrando nos marmeleiros de detrás de casa. Estava toda entretida quando me aproximei. (...) Ela deixou e fizemos ali mesmo.” (GOMES, 2011, p.49). Orgulhoso de si, Sigismundo vai contar tudo para Cícero Cacheado.

No entanto, as relações dele com os trabalhadores do Alívio chegam ao conhecimento de Branca, que admoesta o filho com as seguintes palavras: “– Não quero você misturado com essa cabroeira. São uns brutos do oco do mundo que não têm o que darem.” (GOMES, 2011, p.48).

Branca não quer o filho misturado com os trabalhadores do sítio porque eles seriam uns brutos, que não teriam nada a dar a ninguém a não ser maus

ensinamentos e péssimos hábitos. Seriam esses então os brutos referidos no título da obra?³⁷

Poderíamos circunscrever aos trabalhadores subalternos do sítio Alívio a referência do título do romance? Até então o olhar do narrador incidiu sobre várias personagens, inclusive sobre si mesmo, e situações aparentemente desconexas entre si, apresentando pormenores de suas ações e pensamentos. Seriam, então, apenas os trabalhadores alugados do sítio os brutos da história?

Enquanto os proprietários do Alívio, outros parentes e uns poucos trabalhadores de mais prestígio gozam de algum tipo de regalia, seja no pagamento que recebem, seja no respeito e confiança que têm dos patrões, ou seja ainda pelo fato de habitarem no “chalé”:

Os outros trabalhadores, porém, trabalhavam a seco e o que ganhavam mal dava para comerem. Pegavam no serviço bruto de sol a sol. Não tinham descanso. Muitos tinham vindo do Juazeiro do Padre Cícero, como Antônio Sabino e seu Luciano, loiro. Outros eram do oco do mundo. Ninguém sabia donde tinham vindo. Viviam de lugar em lugar, de rede nas costas, à procura de serviço. Trabalhavam um dia aqui, outro ali. O serviço do açude e do eito estava cheio deles e mamãe não me queria conversando com nenhum. Eram uns brutos, como os bichos, que anoiteciam num canto e amanheciam no outro. Não tinham religião nem temor a Deus e tanto lhes faziam fazerem o mal como o bem. Quantos já não eram criminosos? (GOMES, 2011, p.53).

A definição de brutos, apresentada pelo narrador, se aproxima da definição do dicionário do que viria a ser um bruto: inculto, sem educação, bárbaro. No entanto, tais características que configurariam pessoas brutas – a errância, a falta de religião e de temor a Deus, a indistinção entre o bem e o mal, a busca pela sobrevivência – se aplicariam apenas aos trabalhadores subalternos do sítio Alívio?

Os episódios apresentados por Sigismundo – o caso do tio Lívio, dos tios Abdias e Maria, o caso do sacristão João, de seu Tota, do chofer Jesus e

³⁷No dicionário encontramos a seguinte definição para o termo bruto: “adj. Rude; tosco; grosseiro; sem educação; inculto; descomunal; que esta como saiu da natureza; bárbaro; completo; sem desconto; diz-se do sertão sem moradores; s. m. animal irracional, homem rude, sem educação” (RIOS, s/d, p. 138).

de todos os outros pequenos quadros do cotidiano dos currais-novenses – retratam que realidade, que aspectos da coletividade protagonista de *Os Brutos*?

A própria família de Sigismundo, isto é, seus pais e alguns amigos mais próximos, enfrentará situação semelhante à dos trabalhadores do sítio. Com a irregularidade das chuvas a situação do Alívio torna-se delicada:

Os roçados botados de novo, as cercas em pé, o açude acabado e nada de chover. Mal neblinou, a terra não molhou e o açude sem um pingo d'água. As aves deixaram de cantar e os matos secaram. Quando mais o Alívio precisou de chuva para as suas terras, o inverno faltou. (GOMES, 2011, p. 56).

A seca se instala e com ela a possibilidade de ruína para os agricultores. Mas nem todos são prejudicados pela falta de chuva:

Só para seu Tota foi bom. Um ano de seca lhe rendia mais do que um ano de safra, de fartura. Fazia os melhores negócios pela hora da morte, tomando a terra dos seus devedores atrasados pelo preço que queria. (GOMES, 2011, p.56).

Com a propriedade hipotecada a seu Tota, Cipriano, sem condições de colher os lucros de seu trabalho, se vê obrigado a entregar o sítio para seu credor, o qual não atende suas súplicas para renegociar a dívida. Dessa forma, Cipriano vê sua propriedade desvalorizada, já que “Em Currais Novos ofereceu o sítio até por quarenta contos e não achou vinte, pois ninguém daria nada por sítio, por melhor que fosse, num ano ruim.” (GOMES, 2011, p.57).

Concomitantemente os bens da família vão se perdendo, primeiro o gado de raça, depois “até as galinhas do terreiro. Não tinha mais nada e ia para o sul tentar a vida novamente. Ouvia dizer que no Estado de São Paulo não faltava trabalho e dinheiro para se ganhar.” (GOMES, 2011, p.58). Sem o apoio dos familiares, especialmente do avô, pai Totônio, a família de Sigismundo é forçada a migrar para São Paulo em busca de melhores condições de vida e de trabalho nas “promissoras” lavouras de café do sudeste.

A perda dos bens acarreta também a perda do respeito. Ex-empregados, a exemplo de Damião, que passam a trabalhar para o novo proprietário do Alívio, isto é, seu Tota, mudam de postura com relação aos ex-patrões:

Seu Tota nem ao menos esperou que papai desocupasse o Alívio e começou a por gente sua no sítio. Damião era quem ia ficar tomando conta de tudo. Deu-lhe todos os poderes, até o de se mudar para o chalé, ainda com nós dentro dele. E o antigo feitor de papai agora dava ordens na sua cara e dentro daquela casa que sempre fora nossa.

E meu pai não podia fazer nada. O seu Alívio não era mais seu e tinha outro dono, seu Tota, que queria o chalé desocupado e dera força a Damião para correr com a gente. O cabra começou botando as filhas para brigarem com mamãe. Depois, como se fosse pouco, ficava de camisa e ceroula, andando para dentro e para fora. (GOMES, 2011, p.63-64).

Na visão de Sigismundo seu Tota era o grande responsável pela ruína da família, em seu interior alimenta fantasias de matar o negociante, mas não havia mais solução. O jeito era resignar-se com os fatos.

Sigismundo, seus pais e alguns empregados mais próximos se tornam retirantes e migram para São Paulo, deixam o Alívio “com os troços na cabeça. Os homens, seu Luciano, loiro, seu Avelino, João Acaciano, Cícero e os outros na frente mais pai e as mulheres atrás com mãe.”(GOMES, 2011, p.64). Semelhantemente aos “brutos” trabalhadores do Alívio, os ex-proprietários de terras e ex-patrões tornam-se errantes, em busca de qualquer trabalho que lhes possa garantir a sobrevivência: “Passamos em Santa Cruz, Serra Caiada, as Pannels e Macaíba com o dia e chagamos ao escurecer em Natal” (GOMES, 2011, p.64).

Em Natal, Sigismundo e sua família embarcam no porão de um navio, juntamente com outros indivíduos que compartilham de igual destino. O romance é encerrado com a seguinte cena:

O dia tinha amanhecido e Natal ia ressurgindo dentro da manhã de sol, clareando nos morros, nas Docas, na Praia da Limpa, e o Forte dos Reis Magos e o Farol da Boca da Barra foram ficando para trás. Agora era só mar, mar e céu, céu e mar. (GOMES, 2011, p.65).

O fim do romance, afinal, é o início de uma nova história. Aliás, como terminou, ou terminaria a história do tio Lívio? Do sacristão João? Da fuga do chofer Jesus? Dos novos proprietários do Alívio? Dos tios Abdias e Maria e de seu filho Aldair? De seu Tota? Do Dr. Anor? E de todos os outros personagens que povoaram a Vila de Currais Novos captada pelo olhar de Sigismundo?

As várias histórias que compõem *Os Brutos* não apresentam algo que pudéssemos chamar de um desfecho, até a história principal – se é que podemos chamar de principal – que envolve o narrador personagem e sua família, é inconclusa. O que se afigura é que o narrador do romance não pretende nos passar o simples relato de algumas experiências de vida, mas esboçar um panorama social e psicológico de um determinado grupo, que segundo Leandro de Castro (1998) funcionaria como uma projeção do mundo.

Nesse caso, não haveria necessidade de se apresentar um desfecho para cada caso, para cada história. As personagens que povoam todo o romance, mesmo que apareçam pouco, acabam cumprindo o papel a que se destinavam, ou seja, exemplificar o comportamento e a mentalidade do grupo humano que representam na obra, seja no tocante a questão de gênero, de sexualidade, valores morais, políticos, de classe etc.

Assim sendo, quem são *Os Brutos*, então? Os trabalhadores do sítio Alívio são tachados de brutos por Branca em virtude de suas vidas errantes, sua constante busca por qualquer forma de sustento, pela suposta falta de distinção entre o bem e o mal etc., no entanto, a família de Branca acaba em condição semelhante a dos trabalhadores subalternos do Alívio. Dessa forma, seria a estrutura social, com suas desigualdades imanentes, que define quem é bruto? Ou brutos seriam todos? Afinal, das características elencadas por Branca ao se referir aos trabalhadores do sítio quais também se aplicariam ao resto da sociedade? Ela se diferencia dos trabalhadores do Alívio? Em que medida? Somente, a princípio, em relação à posição social.

Retomando um raciocínio suscitado anteriormente: a que os vários episódios apresentados pelo olhar de Sigismundo, tanto as ações físicas quanto as psicológicas, remetem?

Atitudes como a da tia Maria e o seu desprezo pelo sobrinho e pela vila, facetas da sociedade representadas em passagens com personagens como seu Barão e a mulher, tio Lívio e sua relação com Rica, a situação do sacristão João. O comportamento do chofer Jesus, bem como das mulheres da vila indicariam a existência de uma cultura da aparência, onde o *status quo* configurado pela posição de certas figuras – no caso de Jesus por ser o único indivíduo a dirigir um automóvel na vila e posteriormente do Dr. Anor por possuir um título – confere prestígio e privilégios aos seus detentores. O que pensar dos valores que levaram João a manter relações com uma prostituta do Aterro e desejar ficar doente para assim dar mostras públicas de sua masculinidade? E se a educação geralmente é pintada, principalmente no romance de 30, como uma solução para os problemas sociais, como considerar o tratamento que os currais-novenses dispensam a ela, como apresentado na passagem de Dona Pureza? E quanto à postura de seu Tota? Será que eles distinguem o bem do mal, será que têm religião ou temor a Deus? Alguns também não viram criminosos, a exemplo do tio Lívio, não erram pelo mundo, como Jesus e a família de Sigismundo? No entanto eles não são tachados de brutos no romance.

Se os trabalhadores do Alívio eram uns brutos porque se comparavam com “os bichos, que anoiteciam num canto e amanheciam no outro. Não tinham religião nem temor a Deus e tanto lhes faziam fazerem o mal como o bem. Quantos já não eram criminosos?” (GOMES, 2011, p.53), então o que os diferencia dos outros habitantes da vila de Currais Novos? Apenas a condição social que favorece uns e a outros não. Branca enxerga o designativo “brutos” como um distintivo de classe social, os brutos são os subalternos destituídos de posses e títulos nobiliárquicos, somente a eles são atribuídos os defeitos humanos.

Nesse caso, seria, parafraseando Furtado (2010), a falta de capacidade para refletir sobre seus próprios valores que fazem dos habitantes da vila de Currais Novos serem brutos? Provavelmente sim.

Tal é o que nos mostra o olhar de Sigismundo, que percorre as vielas da Vila de Currais Novos, os caminhos do sítio Alívio, passando por sua própria experiência nesses lugares e mais ainda pela experiência e atitude dos outros

personagens que o circundam. Seus passos, atitudes e pensamentos não são segredo para o narrador personagem Sigismundo, que para esboçar de forma mais acentuada um retrato social e psicológico da comunidade retratada se projeta de uma narração em 1ª pessoa para uma em 3ª, assumindo, inclusive, traços de onisciência e onipotência em alguns capítulos.

A mentalidade reinante, tanto no aparelho burocrático quanto no seio da comunidade, é posta em cheque pela exposição do narrador, caracterizando um dos caminhos mais fortes para se chegar à interpretação da relação entre o título da obra e o seu conteúdo. *Os Brutos* esboça o panorama de uma sociedade na qual determinados grupos de indivíduos enriquecem, paralelamente a outros que sofrem um processo de empobrecimento. Tal empobrecimento não se deve apenas a fatores climáticos, uma vez que a abundância de chuvas, da natureza e da cotonicultura marca o cenário onde se desenrola o romance.

No fim as chuvas escasseiam, mas o que de fato leva a família de Sigismundo à ruína são as idiossincrasias do homem e da sociedade. A irresponsabilidade de Cipriano, que a princípio desperdiça o patrimônio que tem no jogo – características de vários dos tios de Sigismundo –, desleixando o trato das terras, o que o leva a ter que se endividar com seu Tota. Tota, que por sua vez é implacável com a situação de seu devedor, visto sua volúpia pela acumulação de dinheiro. A negligência da família de Sigismundo, principalmente do avô Totônio, que na sua condição de patriarca da família pune com o abandono os filhos que o desagradam ou lhe trazem problemas, como Lívio e a família de Branca.

Em *Os Brutos*, portanto, percebemos uma alusão à reflexão de dramas existenciais das personagens, da problemática da seca e das desigualdades na estrutura social, um dos alvos críticos da obra, à decadência do patriarcalismo, que é retratada na caduquice do Pai Totônio, frente à modernidade que se instala, pondo em discussão valores sociais como “honestidade, fidelidade, lealdade, solidariedade” (NUNES, 2006, p. 12).

3.1 Identidade étnica n' *Os Brutos*?

Os *Brutos* se alinha a várias premissas atribuídas ao Regionalismo de 30, como a manifestação de uma visão desprovida da utopia que animou a geração de 22, o provincianismo da região, a observância das relações sociais, com foco também nas chamadas minorias: pobres, trabalhadores, prostitutas etc. Uma crônica de costumes do interior do Brasil.

Dentre essas minorias, uma é sutilmente retratada no romance: os negros. A primeira menção étnica que aparece no romance é no capítulo 4, ao ser mencionada a situação de seu Tota, que:

Não era casado e não tinha pra quem deixar a fortuna. Morava num sobrado das portas verdes, na rua larga, com sinha Ana Felizmina, uma mulata velha que era como se fosse a dona da casa e que diziam que era nela que fazia os desejos. (GOMES, 2011, p.20)

Uma nova menção étnica vai aparecer de novo no antepenúltimo capítulo. Primeiro, quando Deusdado, empregado de Totônio, se dirige ao seu patrão, dando-lhe informação acerca dos outros trabalhadores da propriedade: “ – Foram embora. Meu branco botou tudo pra fora hoje cedo”(GOMES, 2011, p.60). O empregado usa o qualificativo étnico para se referir ao patrão, qualificativo que também será usado pela esposa de um trabalhador do Alívio ao se dirigir a mãe de Sigismundo: “– Minha branca p’raqui e minha branca p’rali”. (GOMES, 2011, p.64).

Ainda no mesmo capítulo, é mencionada a situação do moleque Ximbé, que era trazido “debaixo de grito e de peia” por Totônio, que decide mandar o moleque para a marinha. No entanto, Ximbé se esconde na hora em que seria levado para as forças armadas e consegue evitar seu alistamento forçado.

Os trabalhadores, porém, ficaram caçoando do moleque, que tinha chorado de medo para não ir. As negras da cozinha também troçavam:

– Que é que fosse ver debaixo da cama de Mãe Zefinha, negro? GOMES, 2011, p.61)

Por último, já no navio, ao se referir a Cícero, que procurava ajudar a família de Sigismundo na sua jornada, um dos tripulantes diz: “– Se eu tivesse

um negro desse pra tratar de mim não queria outra vida...” (GOMES, 2011, p.65).

As passagens deixam entrever a influência das questões étnicas nas relações sociais. Os que são negros ocupam posições subalternas, ficando sugerido que aí, na subalternidade, é o lugar deles de fato, como na passagem em que o narrador informa que “as negras da cozinha também troçavam” (p. 61). Não eram as cozinheiras, que eram negras, que troçavam, eram “as negras da cozinha”.

Por outro lado, a elite, representada nessa ocasião pelas situações de Branca e do pai Totônio, é referida pelo designativo de branco/a, que funciona como um tratamento respeitoso para com os superiores, mesmo não sendo explicitado se os patrões realmente são brancos. Os negros são etnicamente identificados: o negro Ximbé, as negras da cozinha, a mulata velha que governa a casa de seu Tota e o negro que cuida dos patrões.

Os mais abastados, ou que estão em posição de comando, não são identificados etnicamente, são, na verdade, tratados respeitosamente pelo qualificativo ‘branco/a’, ou seja, não sabemos se se tratam de brancos ou de indivíduos que se querem brancos. O qualificativo de ‘branco/a’ funcionando, portanto, como um nobilitador, um distintivo social mais que étnico.

Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Frantz Fanon, ao tratar da alienação do negro, ressalta a importância do fenômeno da linguagem para a “compreensão da dimensão *para-o-outro* do homem de cor” (FANON, 2008, p. 33). Na ocasião Fanon aborda a adoção da língua francesa pelos seus compatriotas martinicanos e pela maneira como os brancos se dirigem aos negros – forma de aproximação e distanciamento entre negros e brancos, respectivamente. No caso do discurso d’*Os Brutos*, onde o aspecto étnico é praticamente intocado na obra, os negros são nomeados, constituídos como negros, condição que aparece atrelada ao posto que ocupam: “as negras da cozinha” ao invés de “as cozinheiras”, “o negro que toma conta”, “o negro de estimação”. Aparece demarcado, então, o lugar que o branco, ou uma elite branqueada, e o negro ocupam nessa estrutura social. Um em posição de comando e outro na subalternidade, reduzido por vezes a objeto sexual – como

no caso sinhá Ana Felizmina – vivendo por vezes debaixo de grito e de peia, conforme o humor do patrão.

Dessa maneira, tendo em vista o caráter sucinto do romance, esboça-se também, embora que sutilmente, um panorama étnico e social da comunidade. Comunidade atrelada a uma natureza marcada pela oscilação climática, pela cheia e pela seca, onde as estruturas sociais desiguais proporcionam o enriquecimento de uns em função do empobrecimento de outros. Apesar de todos apresentarem os mesmos problemas éticos, somente os subalternos são vistos como portadores de defeitos, como os brutos da história. Nessa comunidade a única minoria subalterna etnicamente identificada são os negros, cuja condição étnica demonstra estar atrelada também à sua posição social.

4 ENTRE FAMINTOS E BRUTOS

O tratamento dado a temas que aparecem nas duas obras apresenta similaridades marcantes, tendo em vista os contextos de produção e as relações entre os movimentos literários aos quais pertenceram.

O fenômeno migratório, estigmatizador tanto de nordestinos como de cabo-verdianos, é retratado nos dois romances. Em *Famintos* são apresentadas tanto a situação do emigrante, ou embarcado, que vai para a América e lá consegue trabalho e algum pecúlio, como a do embarcado destinado aos trabalhos nas plantações de café na costa africana, trabalho esse em regime de escravidão. Casos como os de Paulino e de Seu Cosme tipificam o primeiro tipo de migração, ambos trabalharam no continente americano, daí serem conhecidos também pelo designativo de ‘americanos’ na Ilha sem Nome. Regressam para casa trazendo algum patrimônio, que é dissipado pela escassez e pela expropriação praticada pelos mais abastados.

Em *Os Brutos* o fenômeno é retratado na figura dos trabalhadores subalternos do sítio Alívio, que têm uma vida errante, sempre em busca de oportunidades de garantirem a sobrevivência, condição a que a própria família do narrador é submetida. A exemplo da família de Paulino em *Famintos*, a família de Sigismundo sofre um processo semelhante ao que ocorre na Ilha sem Nome. Cipriano, tendo conseguido formar um patrimônio, acaba perdendo todo o fruto de seu trabalho para a seca, que prejudica a safra do algodão, e para seu Tota, especulador e credor do Alívio, que enriquece nos períodos de crise se apropriando das terras de agricultores arruinados pela estiagem.

O fenômeno climático da seca é um dos principais elementos que se encontram na origem do movimento migratório e do processo de empobrecimento que atingem os personagens de ambos os romances. No entanto, a estiagem é muito mais presente em *Famintos*, onde já se encontra instalada desde o princípio da narrativa. N’*Os Brutos*, ela vai aparecer na parte final da trama, contrastando com o ambiente de verdura e fartura que caracterizaram o cenário da vila de Currais Novos desde o início.

Os títulos das obras marcam bem as propostas dos romances, enquanto *Famintos* remete a um estado fisiológico do indivíduo, *Os Brutos* refere um estado psicológico, espiritual, do ser humano. De fato, na obra de Luis Romano as estruturas sociais desiguais e a penúria física e moral da população configuram-se de forma explícita, beirando mesmo o grotesco. Enquanto que no romance de José Bezerra Gomes a realidade social, psicológica e espiritual dos currais-novenses é sutilmente retratada.

Como em *Famintos*, *Os Brutos* também esboça o panorama de uma sociedade igualmente marcada pelo fenômeno climático da irregularidade das chuvas, onde determinados grupos de indivíduos enriquece, paralelamente a outros que sofrem um processo de empobrecimento. Conforme ilustram as situações das famílias de Paulino e de Sigismundo.

O romance expõe o fato de que o enriquecimento dos primeiros se dá em detrimento, em aproveitamento do empobrecimento dos segundos, que são muitas vezes, semelhantemente aos habitantes da Ilha sem Nome, forçados a migrar para escaparem da miséria. As relações que personagens como Sr. Joãzinho e seu Tota mantêm com personagens como Cosme e Cipriano ilustram bem essa estrutura.

Na apreensão crítica do social, que desembocou no projeto de formação identitário percebe-se, portanto, uma relativa semelhança entre *Famintos* e *Os Brutos*, salvo algumas peculiaridades de cada autor, como a contundência (exagerada e grotesca) de Romano e a sutileza de Bezerra Gomes. No que se refere, entretanto, à problematização dessas questões há diferenças. Se muito da literatura produzida no período era engajada, *Os Brutos* e *Famintos* são de tipos diferentes de engajamento. *Famintos* foi produzido num ambiente de forte luta política, sendo ele próprio uma espécie de arma de combate ao regime fascista. *Os Brutos* também surge num momento de forte polarização política, mas seu engajamento se dá enquanto uma leitura do social, bastante ancorada na contemplação e na tradição. Enquanto Luís Romano denuncia, José Bezerra Gomes expõe.

No tocante ao elemento étnico, Luís Romano destaca em sua obra a condição do mestiço e do negro na “Ilha Sem Nome”. Ele

problematiza questões de cunho étnico e social, ‘denuncia’ as relações de classe e cor existentes na ilha, propalando o caráter mestiço da sociedade cabo-verdiana. Os *Brutos*, nesse sentido, apenas esboça, sutilmente, as relações de desigualdade, mas também de cumplicidade, entre ‘brancos’ e ‘negros’.

Nesse sentido, Luis Romano estava inserido num ambiente propício para o florescimento dessas problematizações de caráter étnico, uma vez que em conexão com movimentos reivindicadores, também, de uma requalificação étnica, como os que animaram os novo-largadistas. José Bezerra Gomes, por sua vez, era animado por outras ideias.

O chamado Regionalismo nordestino, ou Regionalismo de 30, estava diretamente ligado a eventos históricos bem marcados, como a crise das economias açucareira e algodoeira do final do século XIX e princípio do século XX, especialmente na região Nordeste do Brasil. Tal crise desencadeou um processo de declínio dos grupos políticos dominantes dessa região, sendo que as principais características estéticas e ideológicas do Regionalismo de 30 se configurariam como desdobramentos dos valores dessas elites em face de tal declínio.

Na produção literária brasileira, o regionalismo já se manifestava, pelo menos desde as décadas de cinquenta e sessenta do século XIX (...) em que a simples descrição do Brasil como um conjunto de paisagens atemporais dá lugar a uma visão genealógica das diversas áreas do país e de sua população, mais precisamente de suas “elites”. Emerge o narrador oligárquico, provinciano, que se especializa em escrever a partir da história de suas províncias e das parentelas dominantes. (...) Um regionalismo que, após a Proclamação da República, passa a se expressar cada vez mais sob o disfarce do nacionalismo. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 65)

Os principais autores do movimento eram em sua maioria membros de elites decadentes. Daí uma possível explicação para o tom muitas vezes memorialista e saudosista de um passado que se perdia, que está presente inclusive na obra ficcional e poética de José Bezerra Gomes: “Filho de uma rica e tradicional família seridoense” que “nasceu herdeiro de coronéis”, sendo que

“O Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão, fundador da cidade de Currais Novos, é o seu ancestral mais ilustre.” (SILVA, 2005, p 173).

Fato esse que JoséBezerra Gomes reproduz em momentos de sua poesia, como em:

Sobretudo Currais Novos

Não obstante

Currais Novos

Contudo

Currais Novos

A despeito

Currais Novos

Rio Grande do Norte

Capital

Natal

Mas

No tocante

Currais Novos

Data

Fazenda Currais Novos

Capela

do patrimônio de Nossa Senhora Santana

de Currais Novos do Seridó

Vila
Município
Comarca
Cidade, cidade de Currais Novos

Advinda
Do Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão
Fundador

Filho
do Coronel Cipriano Lopes Galvão
Primeiro Coronel do Regimento da Ribeira do Seridó

Donatário da data do Totoró

Povoador

Unos
Ambos
Assumem
a paternidade
de Currais Novos
diante do testemunho do tempo percorrido.

(In: SOUZA, 2011, pp. 17-18)

No poema acima transcrito, José Bezerra Gomes apresenta a “origem” de sua cidade natal como “advinda do Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão”, ou seja, sob uma concepção de paternidade, isto é, de um fundador, um pai. Essa figura é o Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão, “fundador” da cidade de Currais Novos, que é o seu “ancestral mais ilustre”. Podemos ver essa alusão à relação

entre origem histórica e figuras masculinas, nomeadamente a do Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão, em outros momentos poéticos do autor:

Evocação da Vila de Currais Novos

Vejo-te vila

As casas casadas

Paredes meias

Vizinhos e abraçadas

Vejo-te casa-grande

Do mourão da porteira

De Currais Novos

Do Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão

Na sombra do tempo...

Na sombra do passado...

Nas eras de uma parede só...

Nas eras de uma família só...

E me perco nos corredores escuros

Indevassáveis e lógicos das tuas velhas habitações

Preservando o interior das camarinhas...

Preservando o pudor das tuas donzelas...

(...)

(IVAN, 2005, p. 67-68)

Podemos notar que:

Em seu poema renasce a memória e o pressentimento de um lugar perdido; e lugar onde se perde; há um gosto, uma

reminiscência; sim, uma nostalgia. Uma nostalgia de quê? Da origem. O poeta recorda a origem: *a vila, a casa-grande, pessoas/donzelas* do convívio familiar, o *Capitão-Mor Galvão*, historicamente, o fundador da cidade e, de quem era parente, (José Bezerra Gomes nasceu na casa-grande do sítio Brejuí; filho de Napoleão Bezerra de Araújo Galvão e Dona Venerando Bezerra de Melo.), recorda *paredes, camarinhas, porteira, mourão...* (IVAN, 2005, p.69)

Tal visão de mundo estaria ligada a aspectos da construção do Brasil em geral, e do Nordeste em particular. O processo de colonização dos sertões do nordeste brasileiro, iniciado pelos corsários portugueses, foi também marcado pelo movimento de bandeirantes, que trataram do expurgo dos povos nativos e também ao ciclo do gado. Ciclo que foi fator decisivo para a fixação do colonizador na nova terra, colonizador ao qual caberia a constituição da nova ordem social. Dessa forma:

Como centro pivotante, dinâmico e aglutinador, a família rural patriarcal sertaneja estruturada na riqueza pastorícia, na mão-de-obra semiservil e no trabalho escravo complementar, contraiu para si várias funções sociais, econômicas e culturais. Entre elas estava implícita a função de mando político e militar. (ARAÚJO, 2006, p. 60)

Nesse processo colonizador instituições como a igreja católica e o próprio aparato burocrático colonial empreenderam um processo de subjugação dos povos nativos da região, processo que implicava a eliminação física e simbólica dessas alteridades. Processo que colocou o colonizador como principal protagonista da história e sua cultura como 'supostamente' predominante.

Dessa forma, é notória, inclusive em trabalhos que se pretendem historiográficos, a predominância da concepção de que indivíduos do sexo masculino, brancos e membros de elites são os responsáveis pelo surgimento e florescimento de grupos humanos, cidades, da própria história e da cultura, excluindo-se a presença de negros, índios, mestiços e pobres, uma verdadeira exclusão étnica e social. Como podemos constatar nos exemplos que seguem, onde autores como Dom José Adelino Dantas e Joabel Rodrigues de Souza

falam de Manoel Fernandes Jorge e de Cipriano Lopes Galvão, “fundadores” das cidades de Caicó e Currais Novos, respectivamente:

Mas, é através de seu termo de óbito, que sua senhoria se identifica aos pósteros. É aqui que se descobre que era português de origem. Que escolheu o Seridó para sua morada. Que foi, sem dúvida, um dos primeiros povoadores destes sertões e que aqui faleceu, aos 18 de setembro de 1789, rico e solteiro, e mais rico ainda de noventa e oito anos de idade. Mas, o que de mais precioso o documento nos revela é que foi esse ilustre morto o fundador de Caicó. (DANTAS, 2008, p. 11)

O Capitão-mor Cipriano Lopes Galvão, cumprindo uma vontade paterna, formou o povoado com a construção de uma capela em honra a Sant’ana, iniciada em 24 de fevereiro de 1808, que se tornou freguesia em 15 de julho de 1885, reconstruída, tornando-se o templo atual, em 1891. (SOUZA, 2011, p. 17)

Concepção reproduzida por José Bezerra Gomes nas páginas de sua *Sinopse do município de Currais Novos*, (1975), trabalho de caráter historiográfico:

É o Capitão-Mor Cipriano Lópes Galvão titular da Data de Sesmaria dos Currais Novos, topônimo que deu origem a fazenda, patrimônio, povoação, distrito de paz, vila, município, cidade, comarca, de Currais Novos. (GOMES, 1975, p. 10)

Mesmo reconhecendo a presença indígena e negra na história de Currais Novos, ou melhor, do Seridó, podemos notar algumas peculiaridades na compreensão e representação dessa presença. Por um lado o autor reconhece a presença de nações indígenas, anterior e concomitante à chegada do colonizador, bem como um processo de mestiçagem ocorrido entre brancos índios e negros:

O chão curraisnovense está localizado na zona seridoense, do antigo sertão do Acauã, em terra dominada pelo gentio da nação Canindé, vindo a ser batida pela tropa de auxílio, pelos terços, enviados, para corrigir a indiada sublevada, no decorrer do século dezessete (XVII).

(...)

O tuxaua Canindé, soberano do antigo sertão do Acauã, batizado com o nome de João Fernandes Vieira, é a sua figura mais representativa, entre os remanescentes aldeados dos cariris espalhados pelo conhecido sertão do Seridó. (GOMES, 1975, p. 39)

Sendo que: “Advêm da herança racial do índio cariri a chamada cabeça chata. Manifesta no pronunciamento do tipo morfológico nordestino” (GOMES, 1975, p. 8). Mestiçagem essa também verificável, ainda segundo José Bezerra Gomes, nos troncos das famílias seridoenses (p. 18).

Com relação ao negro:

A mestiçagem entre portugueses e negros parece ter sido mais acentuada no litoral, sendo que o crescimento do cruzamento entre o elemento de origem portuguesa e índios (cariris) é mais pronunciada no sertão do Seridó, referido pelo antigo sertão do Acauã.

(...)

Ponderável, no entanto, foi a contínua influencia étnica do negro, surgindo dela o aparecimento do mulato (mestiço), frutos dos amores ávido do elemento português, luxurioso. (GOMES, 1975, p. 41)

Há o reconhecimento da presença e do processo de miscigenação ocorrido no contato entre essas alteridades. No entanto, o raciocínio de José Bezerra Gomes vai seguindo no sentido de “branquear” o seridoense, primeiro apontando que “parece” ter sido a miscigenação com o negro mais acentuada no litoral, segundo que:

E contrastando com o tipo mestiço, morfológico, característico do meio seridoense, de cabeça chata, observa-se a presença ainda hoje viva do elemento branco, de olhos azuis e cabelos brancos, caracterizando o seridoense, enobrecido pela sua origem genealógica, oriundo do antigo marinheiro (dólico-louro), de origem lusa, lembrando loirões e alentejanos, originários de Portugal. (GOMES, 1975, p. 41-42)

A formulação acerca da caracterização étnica identitária do seridoense de Bezerra Gomes é um tanto confusa. Ele parece dizer que, embora exista um tipo mestiço característico no Seridó, é o elemento branco, “de olhos azuis e cabelos brancos, enobrecido pela sua origem genealógica dólico-loura lusitana” que representa o seridoense característico.

De fato, apesar de reconhecer a presença de índios e negros na história da região, José Bezerra Gomes não os enxerga como protagonistas dessa história. Os índios são os vencidos na disputa pela terra, e que praticamente

desapareceram com o passar dos anos, deixando apenas um rastro no processo de mestiçagem verificável na região³⁸. O negro tem uma participação bem mais tímida, era mais presente no litoral, ou seja, não existiriam tantos no Seridó, e é visto como um mero figurante da história³⁹. Nas “páginas históricas de Currais Novos”, que compõe a sua *Sinopse do município de Currais Novos*, figura a luta abolicionista, que é, na visão de José Bezerra Gomes, um épico da elite local, que empreendeu um “esforço heróico” para fazer desaparecer a escravidão (p. 54).

José Bezerra Gomes entende que mesmo já existindo povos nativos na região ocupada pelos colonizadores:

Titular da Data de Sesmaria do Totoró, e primeiro Coronel do Regimento de Cavalaria da Ribeira do Seridó, o Cel. Cipriano Lópes Galvão, de Goianinha (Rio Grande do Norte), casado em Igaracu (Pernambuco), com D. Adriana de Holanda e Vasconcelos, passam a ser os primeiros povoadores do chão curraisnovense... (GOMES, 1975, p. 10)

Para José Bezerra Gomes a história de Currais Novos se confunde com a da família Galvão, da qual descende.

A despeito de que, na prática, um grupo humano variado formado por homens livres e proprietários de terra, homens pobres e escravos, nativos, brancos, negros, índios, mestiços etc. terem de fato fundado as povoações e futuras cidades, a partir de processos conturbados e violentos de interação, na visão acima retratada predomina a concepção de que esses grupos humanos foram povoados e fundados por patriarcas, honestos e cordiais. É interessante perceber que alguns são considerados como “primeiros povoadores” das localidades, sendo que já existiam na terra povos nativos fixados, ameríndios, que, mesmo sofrendo um processo sistemático e violento de aniquilamento,

³⁸Em se tratando dos índios “a região de Açú e do Seridó (...) foram o cenário de uma das resistências mais importantes da história colonial (...) as populações indígenas que povoaram a região foram bastante numerosas: só os janduí (...) eram estimados em aproximadamente 20.000, em 1692” (CAVIGNAC, 2011, p. 209).

³⁹ Em 1811, de 8.072 escravos recenseados na Província do Rio Grande do Norte, 6.116 estavam no Seridó, onde outros 6.247 já eram livres, totalizando um número oficial de 12.363 negros, “número de escravos [que] cresce em toda a província até o final do século, com algumas variações.” (CAVIGNAC, 2011, p. 232).

conseguiram sobreviver e se integrar na sociedade então nascente, participando também da sua construção.

Assim, a territorialização do espaço que hoje é referenciado como Seridó pelos órgãos de planejamento, sofreu modificações ao longo do tempo, recortado que foi pela definição e redefinição dos limites de atuação de suas elites. Cada novo desenho do Seridó seja no mapa, seja no discurso, correspondeu a uma forma de dizibilidade desse poder. (MACÊDO, 2012, p. 221)

Elite cuja “série genealógica legitimava-o como um indivíduo que não parte de um lugar social [e étnico] qualquer” (MACÊDO, 2012, p. 112). Nesse sentido, podemos entender que:

Identidades culturais são determinadas pela cosmologia e cosmogonia de um povo nação/grupo étnico dentro de um processo histórico. Assim, a posição do sujeito é “designada” (Foucault, 1972b, p. 96) dentro da rede de relações de poder e ideologia. Esta designação identitária, porém, fixa a identidade num lugar de maneira meramente temporária. Primeiro, porque a inter-relação entre as forças, práticas e os elementos residuais e emergentes de uma cultura constitui a dinâmica epistêmica dos sujeitos. Segundo, porque os sujeitos, mediante suas experiências, reinventam suas identidades por razões subjetivas complexas em relação com suas posições sociais – ou seja, raça, etnicidade, idade, gênero, sexualidade, classe, trabalho, etc. (WALTER, 2009, p. 55-56)

No caso do autor d’*Os Brutos*, temos que considerar “o apagamento intencional dessa presença [do negro e do índio] pelo projeto de “branqueamento” a que estiveram sujeitas as populações em diversas regiões do continente americano”, sendo que “tal apagamento foi produzido pelo racismo baseado no predomínio de um modelo cultural e epistemológico eurocêntrico.” (QUEIROZ, 2007, p. 67-68). O que se afigura, então, é que: José Bezerra Gomes não problematizou de fato a questão étnica em seu romance. É a obra em si, e a leitura que venhamos a fazer dela, que ultrapassa as memórias (da casa grande?), os projetos e os “defeitos” do autor, trazendo em seu cerne a presença das questões étnicas inerentes ao contexto.

Dessa forma, podemos aventar que tal apagamento repercute em obras produzidas no âmbito do regionalismo nordestino, visto ser ele também um

movimento de cunho elitista, surgido enquanto resposta ideológica ao declínio pelo qual passavam os grupos oligárquicos nordestinos no decorrer da primeira metade do século XX. Tendo em vista que no Nordeste, e ainda mais no Rio Grande do Norte, a história “foi primeiramente escrita externamente aos contextos acadêmicos e, essencialmente, pelas elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos” (CAVIGNAC, 2011, p. 196). Sendo que:

as referências às identidades diferenciais são discretas, também nas representações nativas do passado, percebemos uma ausência dos principais atores da história colonial. Nos dois casos, as populações autóctones, os escravos e os seus descendentes, são relegados ao segundo plano. (CAVIGNAC, 2011, p. 195)

N'Os Brutos, José Bezerra Gomes deixa transparecer juízos de valor do seu Seridó, mas, através do panorama que esboça da sociedade deixa entrever a existência de conflitos de classe, e também – inconscientementet talvez – a existência de relações de poder baseadas na condição étnica dos indivíduos⁴⁰. A questão étnica na obra de José Bezerra Gomes, que é “apagada” no campo poético do autor, emerge, mesmo que sutilmente, em momentos de sua prosa de ficção. Provavelmente pelo poder que tem a literatura de construir “pontes entre tempos, lugares e culturas” (WALTER, 2009, p. 28).

Em se tratando de Luís Romano, verifica-se que a questão étnica perpassa sua obra ficcional, poética e antropológica. Questão que é problematizada e requalificada.

Em *Famintos*, Luís Romano, por meio do “Negro-de-Lábios-Grossos” que assume a narrativa do romance, não só põe em evidência a condição étnica dos habitantes da Ilha sem Nome, como também denuncia as relações conflituosas resultantes do choque de classes sociais e étnicas.

Em seu trabalho de cunho antropológico, Romano aponta que:

⁴⁰ “as relações etnicorraciais foram cruciais para o estabelecimento de relações de classe estruturadas em função do trabalho, da exploração dos ameríndios e do crescente tráfico de escravos originários da África subsaariana”. (MIGNOLO. 2003, p. 46).

Abstraindo-se de rigorosa precisão histórica geo-demográfica – que não se exige neste panorama em tela –, confirmaremos que “NÔS’KABVERD” situa-se no Médio’Atlântico’Oriental, tendo aproximadamente 300 mil habitantes’residentes, de miscigenação Afro’Européia. A minoritária percentagem leucodérmica teria sido constituída por Euromediterrâneos, tais como: Lusitanos + Genoveses + Castelhanos + Moçárabes + Hebreus & Mouros + Ingleses + Flamengos & Bretões + etc., enquanto a majoritária predominância melânica proviria de matrizes e reprodutores Afros das regiões Nígeres & Senegambienses, capturados desde a Antiga Costa da Guiné até os entrepostos da Malagueta, Costas de Ouro e Marfim, já na vastidão do lendário Golfo’da’Guiné.

Como resultante, constatou-se que a grande massa’viva é mestiça’amorenada, da qual proveio novo tipo nacional: o Kriolander, ou “NÔS’FIDJUTXÔN” de KABVERD. (ROMANO, 2000, p. 43)

Ele não só reconhece uma presença majoritária de negros trazidos do costa africana, como põe o Kriolander⁴¹ na condição de tipo nacional.

Como faz também nos versos de poemas a exemplo de “Ilhas”, onde propala seu “Cabo Verde crioulo”:

Nas paragens da Terra de Caím
 Meus Irmãos se estiolam
 erguendo para ninguém um clamor de auxílio
 O mar é mais bravio
 o céu mais azul
 o Homem e a Vida tristes.

Há crioulos de olhos febris, simples como crianças;
 há angustias nas inquietações das estiagens;
 há sonhos desfazendo-se em gritos.
 As mornas são mais doces
 as crioulas mais lânguidas
 e o violões dolentes.

(...)

Artistas empunham esperanças na CLARIDADE;
 Estudantes agitam CERTEZA e desaparecem
 estivadores regressam da baía mascarados de carvão.

(...)

Encantos e tristezas da Minha Terra!...
 Mornas de amor de Cabo Verde Crioulo
 (ROMANO, 1963, p. 179-180)

⁴¹ Cabo-verdiano, segundo Romano (2000: 247).

Em um lugar em que a cor sofre um esvaziamento de seu conteúdo étnico, adquirindo também um social, Luís Romano, um branco, por questões políticas e humanas – presentes em sua prosa e poesia – põe um negro de lábios grossos para narrar o romance do povo ilhéu, denunciando as mazelas étnicas e sociais que os afligem.

Apesar de se situarem em períodos históricos e literários que apresentam fortes ligações e semelhanças, chegando a se verificar certa similitude na crítica social presente em seus romances, José Bezerra Gomes e Luís Romano vão se distanciar nas representações étnicas que empreenderam, por razões culturais peculiares. Representações que desembocarão nas construções identitárias de seus respectivos contextos de produção.

Dessa forma, a crítica às estruturas sociais nos romances remetem também a construção de uma identidade étnica e social – que desembocamnum “perfil nacional“, projeto reconhecido das obras. No caso de Luís Romano, a construção dessa identidade étnica e social se da de forma explícita e consciente, com um marcante tom de denúncia e reivindicação étnica. Em se tratando de José Bezerra Gomes o esboço dessa construção, certamente inconsciente, ocorre de forma bastante sutil, obviamente não fazendo parte de um projeto do autor, se devendo provavelmente ao poder que a literatura tem de extrapolar categorizações e teorizações, indo muito além, em certos casos, do que o próprio autor e a crítica projetam e propalam da obra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

João Luiz Xavier Castaldi em *Representações da miséria em F. M. Dostoiévski e Luís Romano*, estabelece uma análise comparativa entre aspectos ideológicos, estilísticos, sociais e históricos entre os autores e suas respectivas obras. Nesse exercício comparativo, ele constata “o alto grau de intervenção social próprio do escritor nos dois contextos em questão” (CASTALDI, s/d:467). Dessa forma, podemos vislumbrar que, através de tais experiências, a exemplo da nossa, surge a possibilidade de se alcançar uma maior compreensão acerca de fenômenos sociais, históricos e culturais imbricados no processo de construção dos objetos estéticos.

Alcançar, inclusive, uma maior compreensão do fenômeno literário regionalista. Enquanto a literatura cabo-verdiana pós 1936 estava implicada no processo de construção de uma nacionalidade crioula para o arquipélago, o Regionalismo de 30, conforme aponta Albuquerque Jr. (1999:119), não seria reflexo da região Nordeste, mas participaria de sua invenção e instituição, dotando-a de uma “visibilidade” e uma “dizibilidade” particulares.

Os diálogos realizados a partir de obras como *Os Brutos* e *Famintos* proporcionam, dessa forma, a possibilidade de alargarmos o entendimento em torno de fenômenos como a circularidade cultural e histórica entre o Nordeste brasileiro e a África cabo-verdiana. As ressonâncias que manifestações estéticas, a exemplo da literatura, alcançam em outros lugares, bem como uma percepção mais ampla das próprias correntes literárias, às quais obras como *Os Brutos* e *Famintos* se alinham.

O diálogo entabulado entre as literaturas de língua portuguesa – no caso do nosso recorte, elementos das escritas literárias cabo-verdiana e nordestina – nos permite observar que, se:

a influência latino-americana sobre a emergente escrita africana em português, para além do recurso de utilização de uma língua europeia re-apropriada, pode mesmo ser avaliada tanto em termos estilísticos quanto identitários. (QUEIROZ, 2007, p. 94).

Então, é justamente a cultura mestiça e itinerário histórico igualmente colonizado, conforme assevera Caputo Gomes (2008), que levam autores como Luís Romano a comparar a condição mestiça do nordestino a do 'irmão mestiço de Cabo Verde'. Esse mesmo 'modelo cultural', principalmente no que tange a questões de cunho étnico, é questionado, por exemplo, no âmbito do romance *Famintos*. Isso por intermédio da representação das classes dirigentes da Ilha sem Nome, nas figuras de Mulato e Crioulo, no qual é apontado o artificialismo de modelos culturais estrangeiros aplicados ao contexto ilhéu. Modelos que são bem assimilados por uma elite insensível às questões locais.

Modelo que talvez peque por trazer em seu bojo a presença de teorias e mitos de harmonia social e étnica, como as sugeridas pela obra de autores como Gilberto Freyre, um dos principais pensadores do Regionalismo nordestino dos anos 30. Além de projetos de apagamento cultural de alteridades outras, presentes na conformação social, histórica e humana dos povos, nomeadamente o índio e o negro, presentes na obra de José Bezerra Gomes.

Daí torna-se questionável o papel do Brasil enquanto "modelo" para Cabo Verde no momento de sua assunção identitária. Como um país em que as marcas do apagamento cultural ainda são fortes e uma identidade nacional emergiu como um projeto de elites legatárias de projetos colônias e teorias racistas pode de fato servir de modelo para outro, no tocante principalmente à questão étnica? A não ser que existissem condições semelhantes nesse outro contexto, a exemplo de um processo de branqueamento social.

Dessa forma, se nos afigura que uma experiência literária como a de Cabo Verde, em se tratando de autores como Luís Romano, constitui, não um modelo, mas um ponto de questionamento acerca de como forjamos nossas identidades regionais e nacionais. Principalmente no tocante a questões de cunho étnico e social. No caso específico do Rio Grande do Norte, que serviu de segundo lar para Romano, onde o processo de apagamento cultural é bem reconhecível, certamente que seria pertinente que os papéis se invertessem. Sendo Cabo Verde, através de sua expressão literária, por exemplo, um ponto de referência para o Seridó de José Bezerra Gomes e o

Estado como um todo se lançarem a uma tarefa de a muito urgente: rever sua história, bem como sua condição identitária⁴².

Tarefa que a literatura, com seu poder de construir “pontes entre tempos, lugares e culturas e participa em transformação cultural” (WALTER, 2009, p. 28) pode incrementar. A literatura demonstra, assim, ser um campo em que tanto discursos ligados a um projeto ideológico colonial é reproduzido, através de mitos de democracia étnica e social, de construções identitárias baseadas em uma estrutura desigual, quanto denunciado e/ou desconstruído, por meio da reivindicação e requalificação étnica⁴³. Discursos que desembocam na construção da identidade nacional, tendo em vista o papel marcante que a literatura desempenhou nesse processo, principalmente em Brasil e em Cabo Verde.

Dessa forma, a relevância de autores como Luís Romano e José Bezerra Gomes se apresenta mais patente, projetando-os para discussões mais amplas do que o mero apontamento de “defeitos” textuais em suas obras. José Bezerra Gomes publicou *Os Brutos* em 1938, momento em que a escrita regionalista de cunho social era alvo de críticas que já prenunciavam um possível esgotamento estético. José Bezerra Gomes, então, não era visto como um inovador, era mais percebido como um repetidor, cujo mérito principal repousaria na leitura de um espaço ainda pouco conhecido no país, o Seridó potiguar. Além do mais a obra sempre foi vista como portadora de graves “defeitos”, no escopo do projeto literário regionalista.

Da mesma forma, Luís Romano costuma ser visto como um autor panfletário, sendo *Famintos* apontado como um romance ‘problemático’, segundo autores como Venâncio (1992). No entanto, eles são bem mais do que “autores bem intencionados com defeito”, apresentando suas obras, apreciadas para além de leituras cristalizadas por uma recepção crítica, um potencial de fomentar uma gama de discussões, especialmente quando postas em diálogo, a exemplo do entabulado neste trabalho.

⁴²Nesse sentido a literatura pode desempenhar um papel muito interessante. Queiroz (2007), por exemplo, refere a experiência da equatoriana Luz Argentina Chiriboga, que publicou um romance histórico “pretendendo redefinir as bases fundacionais do país e assim reconstruir a história nacional na perspectiva de um protagonismo negro e feminino” (p. 67).

⁴³No caso da literatura potiguar contemporânea ver *Canto Mestizo*, de Graça Graúna.

Apartir do viés literário podemos, atualmente, localizar uma atitude de tal natureza em experiências de autoras como Maria das Graças Ferreira Graúna e Inaldete Pinheiro de Andrade, nascidas no Rio Grande do Norte, mas radicadas no Estado de Pernambuco, de onde publicam seus trabalhos, e no exercício poético do cabo-verdiano Abrão Vicente, que no prefácio de seu livro de poemas em prosa *1980 Labirintos* se dirige aos irmãos negros, exortando-os a reconquistarem seus valores. O exercício poético e ficcional desses autores atualiza um discurso de reivindicação e requalificação étnica nos respectivos contextos de Brasil e Cabo Verde.

Inaldete Pinheiro, em trabalhos como o conto *O Bê-a-bá do Báoba*, reproduz através da escrita a tradição oral da contação de histórias, incorporando a figura do *Griot* que revive, performaticamente, a trajetória e resistência dos povos africanos trazidos para o Brasil na condição de mão de obra escrava. Graça Graúna, em poemas como *Answer*, retrata, além da condição do negro, a do indígena:

Yes, Sir.
 We have indigenous blood
 We have ebony sweat
 We have mestize tears

Yes, Sir.
 Nessa mistura
 caminhamos fortes
 (GRAÚNA, 1999, p. 42)

Semelhantemente ao que faz Vicente Abraão em Cabo Verde por intermédio de seus poemas em prosa:

Sou preto daquelas terras achadas, sem destino, deixadas pelo vento que ontem passou. Eu já cá estava, nascido filho do mar.

Minha mãe a escrava preta de seu nome Esperança foi trazida amarrada em grilhões pelos barcos grandes lá das terras castanhas de África. Meu pai, o mulato Amanhã, filho de muitas noites e de um luar rebelde que ainda hoje insiste em aparecer ao anoitecer para aparecer a minha sina. Sou preto da tabanca, do funaná, da coladeira, da mazurca, também da contradança e do cola San Djon, sou eu a herança extrema da negritude e o ferro incorruptível da minha gente, nasci da bruma fresca de uma madrugada tropical e permaneço resistente ao sol da eternidade. (VICENTE, 2013, p. 33).

Portanto, os trabalhos de Luis Romano e José Bezerra Gomes podem funcionar como pontos de partida para discussões que se mantêm vivas na atualidade, com toda uma aura de tabu no tocante a questão étnica, seja no contexto cabo-verdiano, seja no potiguar. No caso deste último, a leitura aproximativa de obras como *Os Brutos* e *Famintos* nos fornece pistas para a problematização e compreensão de questões tão complexas, principalmente em um cenário onde a expressão literária e as questões de natureza étnica carecem ainda de visibilidade e discussões de maior fôlego e repercussão.

REFERÊNCIAS

ABDALA JR, Benjamin. PASCHOALIN, Maria Aparecida. *História Social da Literatura Portuguesa*. Editora Ática, 1984.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. “Enredos da tradição: a invenção histórica da região Nordeste do Brasil”. In: *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Jorge Larrosa e Carlos Skliar (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2001, pp. 139 a 161.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMADA, José Luís Hopffer. Que caminhos para a poesia cabo-verdiana? Antigos e recentes debates e controvérsias sobre a identidade literária caboverdiana. *Navegações*, Porto Alegre, v 4, n. 1, p. 92-106, jan/jun. 2011. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs/fo/ojs/index.php/navegacoes/article/viewfile/9446/6545>, acessado em 30 Maio 2012.

_____. “Problemáticas Actuais da lusografia e da universalização na literatura cabo-verdiana”. In: *Jornal A Semana*, Sexta-Feira, 25 de Fev. 2005. Disponível em: www.asemana.publ.cv/pdf/42234e1c2fc29.pdf, acessado em 31 Maio 2012.

ALMEIDA. José Américo de. *A Bagaceira*. 8 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Martins, s/d.

AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. São Paulo: Martins, s/d.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. O Bê-á-bá do Baobá. In: *Revista Palmares: cultura afro-brasileira: Fundação Cultural Palmares*, setembro de 2005. Disponível em: WWW.palamres.gov.br/wp-content/uploads/2011/02/revista01.pdf.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, Douglas. *A morte do sertão antigo no Seridó*. Fortaleza: BNB, 2006.

ASTURIAS, Miguel Ángel. *Hombres de Maíz*. Espanha: Biblioteca Asturias, 2005.

_____. *Leyendas de Guatemala*. Espanha: Biblioteca Asturias, 2005.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo/Campinas: Editora da USP/Editora da Unicamp, 2006.

CABRAL, Amílcar. *Unidade e Luta*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/memoria/livro_amilcar_cabral_unidade_e_luta.pdf, acessado em 26 Abril 2012.

CALDAS, Renato. *Fulô do Mato*. 8 ed. Mossoró: Queima Bucha, 2009.

CALEFFI, Paula. "O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI". In: SIDEKUM, Antônio (org.). *Alteridade e Multiculturalismo*. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2003, pp. 175-204.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.

_____. Literatura e Subdesenvolvimento. In: *A Educação pela Noite*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006, pp. 169-196.

_____. (et al). *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CAPUTO GOMES, Simone. *Cabo Verde: literatura em chão de cultura*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2008.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

CARVALHO, Alberto de. "Sobre a Diáspora e Emigração Cabo-verdiana". In: Revista *Via Atlântica*. N. 10. São Paulo: USP, 2006, pp. 11-31.

CASCUDO, Luís da C. *História da cidade do Natal*. Natal: Prefeitura da cidade do Natal, 1947.

_____. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

CASTALDI, João Luiz Xavier. *Representações da miséria em F. M. Dostoiévski e Luís Romano*. Disponível em <http://www.iel.unicamp.br/brevistaindex.phpsetaarticleviewFile12841483>, acessado em 26 de setembro de 2012.

CASTELO, José Aderaldo. Conceito de Literatura Brasileira. In: *A Literatura Brasileira: origens e unidade*. São Paulo: Edusp, 1999, pp. 17-33.

CASTRO, Nei Leandro de. Os Brutos: pioneirismo e atualidade (Prefácio). In: GOMES, José Bezerra. *Obras Reunidas: romances*. 2 ed. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2005, pp. 9 a 10.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

CAVIGNAC, Julie. “Índios, negros e caboclos: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte”. In: CARVALHO, Maria do Rosário. EDWIN, Reesink. CAVIGNAC, Julie. (org.). *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRN, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre a negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CHALENDAR, Pierrette et Gérard Chalendar. “Estrutura tipológica e alcance político de Famintos de Luís Romano”. In: ROMANO, Luis. *Famintos*. Lisboa: Ulmeiro, 1983.

CHIAPPINNI, Ligia. LEITE, Moraes. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 1991.

MADRUGA DANTAS, Elisalva. “A Repercussão de Manuel Bandeira na Poética Cabo-verdiana”. In: *Revista Sociopoética*. V. 1, n. 7. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <http://eduep.uepb.edu.br/sociopoetica/publicacoes/sociopoetica-v1n7.pdf>, acessado em 18 de setembro de 2012.

DANTAS, D. José Adelino. *Homens e fatos do Seridó antigo*. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

DIAS, Gonçalves. *I-Juca-Pirama e Os Timbiras*. São Paulo: DCL, 2006.

DUARTE, Zuleide. *Outras Áfricas: elementos para uma literatura da África*. Recife: Massangana, 2012.

EVORA, Cesaria. *Sodade*. Disponível em: <http://letras.mus.br/cesaria-evora/13414/>, acessado em: 22 de setembro de 2012.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Gabriel. “Da imigração à emigração: matizes e narrativas de uma sociedade em gestação”. In: *A Diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama pós-colonial*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002, pp. 25-52.

FERNANDES, Manoel. "O Universo Geográfico de A Triste Partida". In: *Literatura: da crítica à sala de aula*. PINHEIRO, Helder. NÓBREGA, Maria (orgs). Campina Grande: Bagagem, 2006.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Amadora: Biblioteca Breve, 1977.

FILHO, João Lopes. *Contribuição para o Estudo da Cultura Cabo-verdiana*. Lisboa: Ulmeiro, 1983.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 28 ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FURTADO, Hélio Dias. "José Bezerra Gomes e a agonia da masculinidade". In: *Dizeres díspares*. SANTOS, Derivaldo dos. GALVÃO, Marise Adriana Mamede. ARAÚJO DIAS, Valdenides Cabral de (orgs). João Pessoa: Ideia, 2010, pp. 79 a 95.

GALHARDO, Jussara. *Identidade indígena no Rio Grande do Norte*. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma Poética da Diversidade*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

GOMES, José Bezerra. *Os Brutos*. 3 ed. Natal: Sebo Vermelho, 2011.

_____. *Obras Reunidas: romances*. 2ed. Natal: EDUFRN, 2005.

_____. *Teatro de João Redondo*. Natal/RN: Fundação José Augusto, 1975.

_____. *Sinopse do município de Currais Novos*. Natal: Manimbu, 1975.

GRAÚNA, Graça. *Canto Mestizo*. Maricá/RJ: Blocos, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HAMILTON, Russel. *Literatura Africana, Literatura Necessária*. Vol. 2. Lisboa: Ed. 70, 1983, p. 204.

HERNANDEZ, Leila Leite. *Os Filhos da Terra do Sol: a formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002.

_____. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2 ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

INÁCIO, Maria Manuela Fontes. *Vidas Secas e os Flagelados do Vento Leste: veredas da seca e da fome*. Disponível on line em: [run.unl.pt/bitstream/10362/7276/1/Dissertação MI Setembro 2011 – Cópia.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/7276/1/Dissertação%20MI%20Setembro%202011%20-%20Cópia.pdf), acessado em: 30 Maio 2012.

IVAN, Francisco. *Currais Novos: imagem/tempo/espço*. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2005.

LARANJEIRA, Pires. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LOPES, Baltazar. *Chiquinho*. São Vicente: Edições “Claridade”, 1947.

LOPES, Manuel. *Os Flagelados do Vento Leste*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *A Penúltima Versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal/Campina Grande: EDUFRN/EDUEPB, 2012.

MARCOS, Eidson Miguel da Silva. BEZERRA, Rosilda Alves. “Representações do feminino em Famintos, de Luis Romano”. In: *Anais do VIII Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades*. Campina Grande: Realize Editora, 2012.

_____. “Literatura Africana nos espaços públicos e institucionais da modernidade: os jovens nos romances de Luis Romano e Pepetela”. In: *Anais do V Colóquio Internacional Cidadania Cultural: jovens nos espaços públicos e institucionais da modernidade*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MARIANO, Gabriel. *Cultura Caboverdeana: ensaios*. Lisboa: Vega, 1991.

MARTINS, Vasco. *A Música Tradicional Cabo-verdiana – I. A Morna*. Praia: Direção Geral do Patrimônio Cultural/Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1989.

MASSA, Jean-Michel. *Chiquinho: un ‘Bildungsroman’ exemplaire*. Lisboa/Paris: Gulbenkian, 1983, pp. 787-799.

MENDES, Algemira de Macedo. “Maria Firmina dos Reis: uma voz na História da Literatura Afro-Brasileira do século XIX”. In: *Literatura Afrodescendente: memória e construção de identidades*. FERREIRA, Elio. MENDES, Algemira de Macedo (orgs.). São Paulo: Quilombhoje, 2011, pp. 23-39.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, A. Daniel. *Motivação, Ideologia e Política na Ocupação do Espaço em Cabo Verde*. In: *Estudos da História de Cabo Verde*. Praia: Alfa-Comunicações, 2005.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de. *As Inscrituras do Verbo: dizibilidades performáticas da palavra poética africana*. Recife: UFPE, PGLetras, 2007. Tese de Doutorado.

REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Presença/INL, 1988.

RIOS, Dermival R. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edipar, s/d.

RISO, Ricardo. Prefácio. In: VICENTE, Abraão. *1980 Labirintos*. Póvoa de Santa Iria: Lua de Marfim, 2013.

RIVAS, Pierre. *Clairidade. “Émergence et différenciation d’une littérature nationale”*. In: *Literatures. Du Cap-Vert de Guinée Bissau de São Tomé et Príncipe*. Revue Du Livre: Afrique, Caraïbes, Océan Indien. Janvier-Mars, Paris: CLEF, 1993, nº 112. P. 20.

ROMANO, Luis. *Kabverd civilização e cultura*. Rio de Janeiro: Minerva Press, 2000.

_____. “Cem Anos de Literatura Cabo-verdiana: 1880/1980 (sinopse)”. In: *África*, 7. São Paulo: USP/CEA, 1984, pp. 38-75.

_____. *Famintos*. Lisboa: Ulmeiro, 1983.

_____. *Negrume (Lzimparin)*. Rio de Janeiro: Editora Leitura S/A, 1973.

_____. *Aspectos do Sal, na História e na Antropologia Cultural, Através dos Tempos*. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1965.

_____. *Clima*. Recife: Imprensa Oficial, 1963.

_____. *Famintos*. Rio de Janeiro: Leitura S/A, 1962.

SEMEDO, Manuel Brito. "O Modelo Brasileiro e a Literatura Moderna Cabo-verdiana. Estudo comparado". *África: revista do centro de estudos africanos*. USP, São Paulo, 22-23: 253-265, 1999/2000/2001.

SILVA, Antonio Gonçalves da (Patativa do Assaré). *Cante Lá que Eu Canto Cá*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, Vilma Nunes da. *Os Brutos: escrituragens de um escritor de província*. In: *Revista da Faculdade do Seridó*, v.1, n.0, jan./jun. 2006.

_____. *Os Brutos: tradição literária e a memória cultural do Seridó*. Natal/RN: UFRN/CCHLA/PPGEL, 2005.

SILVEIRA, Onésimo. *Consciencialização na Literatura Caboverdiana*. Lisboa: Edição da Casa dos Estudantes do Império, 1963.

SOUTO, Márcia. *Fenestra*. Praia: Publicom, 2013.

SOUZA, Joabel Rodrigues de. *Centenário de José Bezerra Gomes*. Currais Novos/RN: Fundação Cultural José Bezerra Gomes, 2011.

SPÍNOLA, Daniel. *Cabo Verde: As Ilhas da Morabeza*. Disponível em: http://www.aucv.rcts.pt/word/cabo_verde_site_final_revisto.pdf. Acessado em 12 mar 2012.

_____. "A cultura cabo-verdiana e suas raízes etno-culturais". Disponível on line em: <http://cabo Verde.vozdipovo-online.com/content/view/19/37/1/59/>, em formato pdf. Acesso em: 10 jul 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Um Breve Panorama #3 – Funaná. Disponível em: <http://dancingcheetah.com/category/funana/>, acessado em 22 de setembro de 2012.

VENÂNCIO, José Carlos. *Literatura e Poder na África Lusófona*. Lisboa: Ministério da Educação Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

VICENTE, Abraão. *1980 Labirintos*. Póvoa de Santa Iria: Lua de Marfim, 2013.

WALTER, Roland. *Afro-América: diálogos literários na diáspora negra das Américas*. Recife: Bagaço, 2009.

WEISSTEIN, Ulrich. *Comparative Literature one literary theory*. Indiana University Press, 1973 (edição alemã), 1968.

ZEPETNEK, Steven Tötösy de. *Comparative Literature: theory, method, application*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1998.